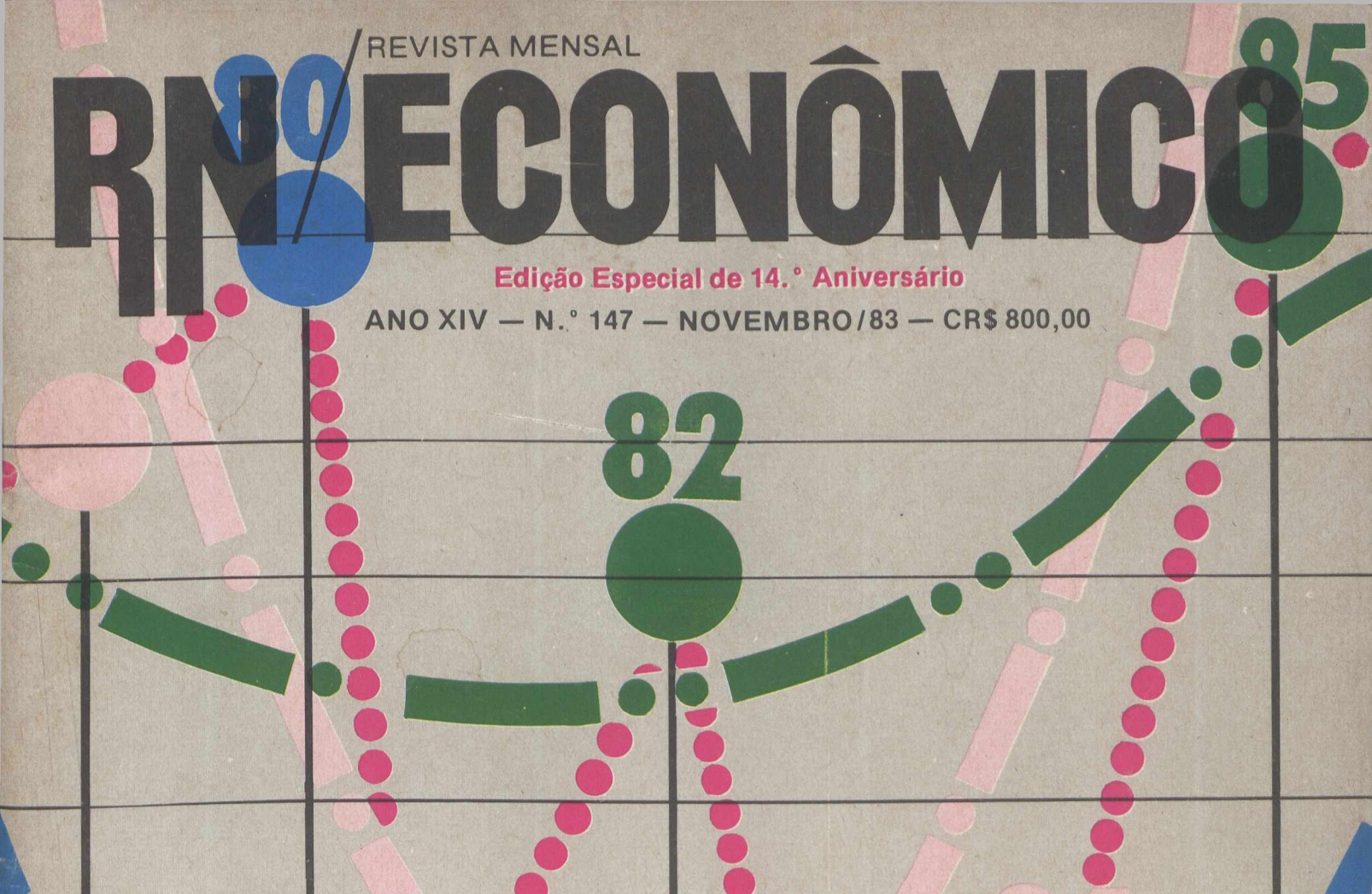


REVISTA MENSAL

RN **ECONÔMICO**

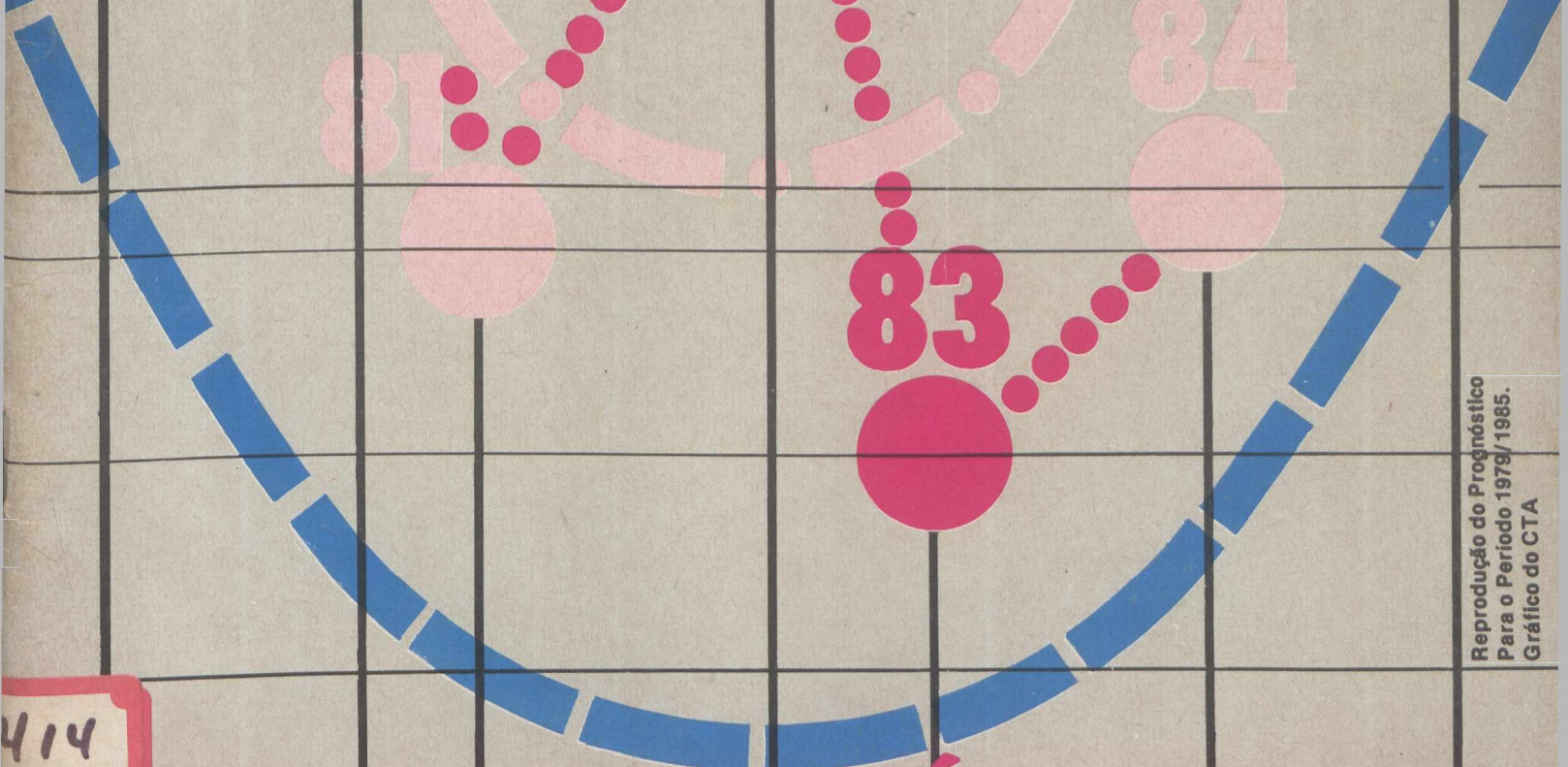
Edição Especial de 14.º Aniversário

ANO XIV — N.º 147 — NOVEMBRO/83 — CR\$ 800,00



414

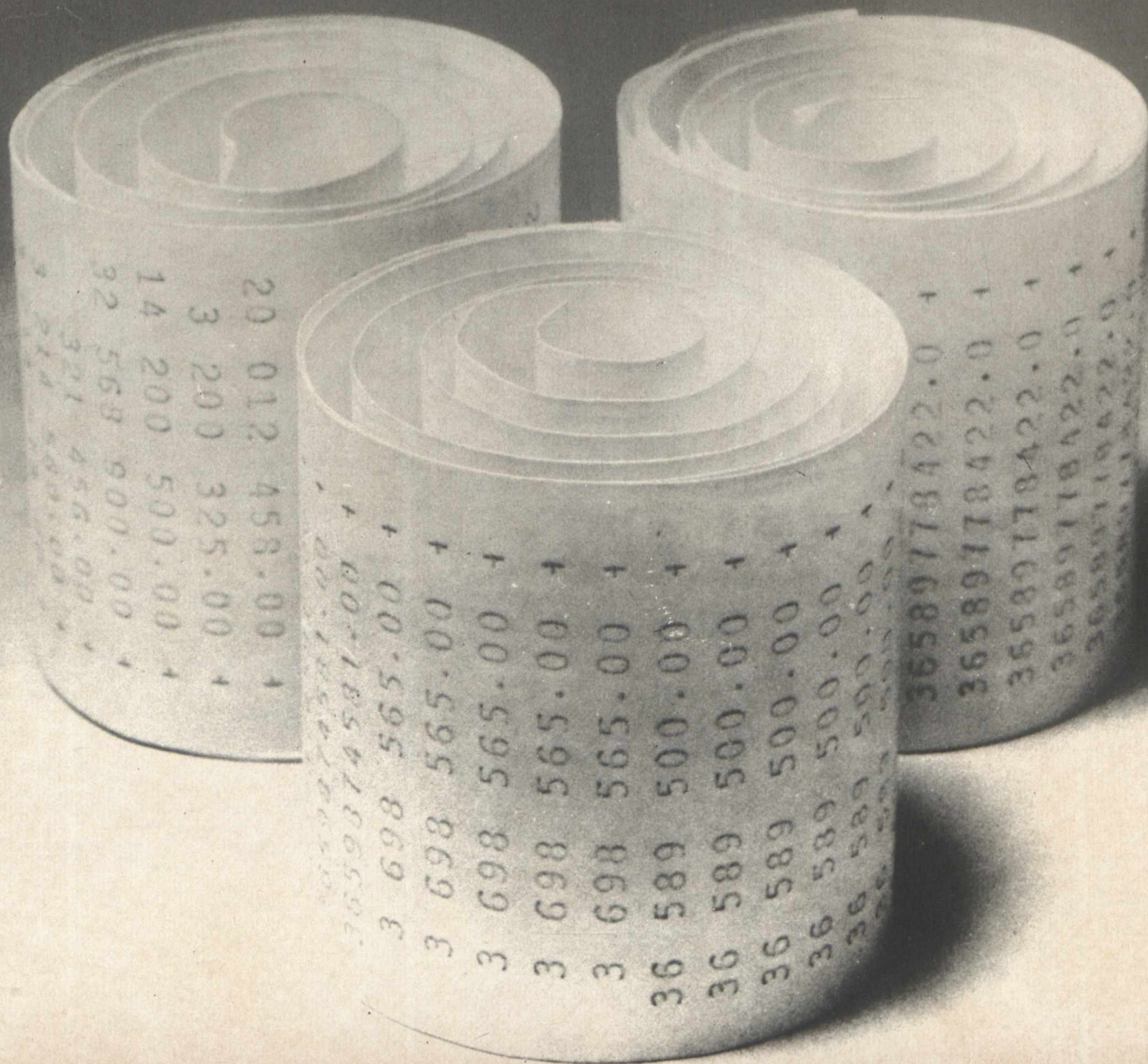
SECA: O PIOR ESTÁ PASSANDO



Reprodução do Prognóstico
Para o Período 1979/1985.
Gráfico do CTA

**Pela incalculável
importância
desta revista,
o BNB formula
incontáveis votos
de felicidade
no seu aniversário.**

MINISTERIO DO INTERIOR
bnb BANCO DO NORDESTE
DO BRASIL S.A.
O Conterrâneo



ÍNDICE

ESTADO

Energia do sol aproveitada para Nordeste	11
Natal tem também seu astrônomo	12
Magistrados vêem seus problemas	13
Deputados tiveram ano político movimentado	16
Muitos problemas e pouco dinheiro em Natal	23
Estado e municípios em situação ruim	24
Genivaldo vê UFRN sofrendo com a crise	28
Um estilo sem estilo	29
O campo não tem empregos	29
Emergência, mais uma vez	30
Mais um ano difícil no comércio	32
Já no fim, mais um problema	32
Verão, tradição que não morre para natalense	34
DCE ainda luta por uma Universidade aberta	37
Ano regular para produção cultural	44
Também em baixa produção da lagosta	54
Agripino parte para reação	58
Leão não deixa de agir com vigilância	59
Muita animação para o Festival de Artes	63

ARTIGOS

Manoel Barbosa	7
Ney Lopes	10
Raimundo Soares	31
Cortez Pereira	52
Rosemilton Silva	66

SEÇÕES

Homens & Empresas	4
Veículos	50

HUMOR

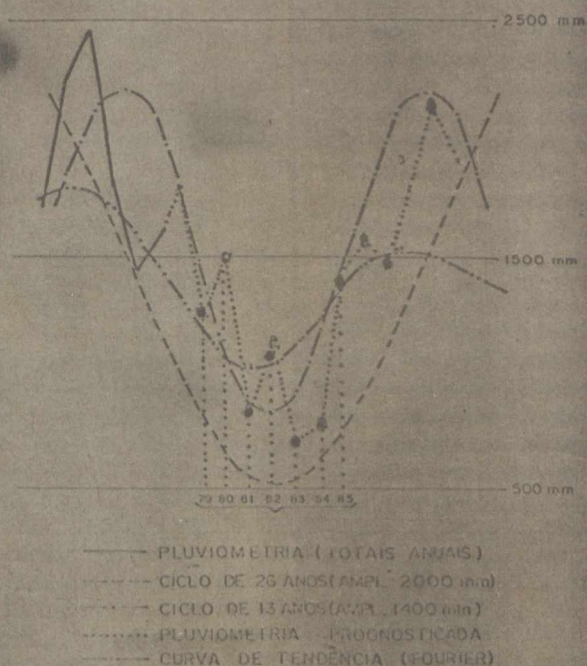
Cláudio	64
---------	----

CAPA

Flávio Américo, a partir de estudo do CTA para chuvas no Nordeste

ESPECIAL

PROGNÓSTICO PARA O PERÍODO 1979/1985



Fonte: CTA

A volta das chuvas

Em contato direto com técnicos do Centro de Tecnologia Aeroespacial RN/ECONÔMICO pôde obter o que, talvez, seja a notícia mais confortadora para este fim de ano: não será feita nenhuma correção no Prognóstico do Tempo a Longo Prazo (1979/1985) feito para o Nordeste e que previu a seca de cinco anos, pois a realidade vem correspondendo com os dados levantados. Se uma notícia dessa há quatro anos era ruim, agora não é tanto. Pois o estudo indica que o pior da seca está passando, tendo sido o menor índice de chuvas neste 1983.

A partir de 1984 as chuvas começam a voltar, com um ano menos ruim e, em 1986, haverá um inverno praticamente normal para, em 87, haver até enchente. Num ano repleto de acontecimentos inquietantes na área econômica, esta notícia é, no mínimo, estimulante. O Rio Grande do Norte tem sofrido com a crise econômica e com a seca. Com a seca amainando, as coisas têm a melhorar porque, quando nada, o Estado produzirá mais, circulará um pouco mais de riquezas. A partir da página oito um pouco das boas notícias.

RN/ECONÔMICO

REVISTA MENSAL • ANO XIV • N.º 147 • NOVEMBRO/83 • CR\$ 800,00

DIREÇÃO:
DIRETOR/EDITOR: Marcelo Fernandes de Oliveira
DIRETORES: Núbia Silva Fernandes de Oliveira, Maurício Fernandes de Oliveira e Fernando Fernandes de Oliveira.
REDAÇÃO
DIRETOR DE REDAÇÃO: Manoel Barbosa
ARTE E PRODUÇÃO
Edilson Martins de Araújo

PROGRAMAÇÃO VISUAL E DIAGRAMAÇÃO: Moacir de Oliveira.
FOTOCOMPOSIÇÃO: Antônio José D. Barbalho
DEPARTAMENTO COMERCIAL
GERENTE COMERCIAL: Vanda Fernandes de Oliveira
GERENTE DE ASSINATURAS: Antônio Emídio da Silva
RN/ECONÔMICO — Revista mensal especializada em assuntos sócio/econômicos do Rio Grande do Norte,

é de propriedade de RN/ECONÔMICO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA. — CGC n.º 08.286.320/0001-61 — Endereço: Rua São Tomé, 421 — Natal (RN) — Fone: 222-4722. É proibida a reprodução total ou parcial de matérias da revista, salvo quando seja citada a fonte. Preço do exemplar: Cr\$ 800,00. Preço da assinatura anual: Cr\$ 8.000,00. Preço da assinatura bienal: Cr\$ 13.000,00. Preço do número atrasado: Cr\$ 1.500,00.

HOMENS & EMPRESAS

INVESTIMENTO NO NATAL — O Grupo das Lojas União não se intimidou com a recessão. Acredita que haverá excelente recuperação das vendas neste mês de dezembro e investiu firme numa campanha publicitária de promoções, nas mídias impressa e eletrônica.

...

ALTO CUSTO — Será alto o custo do investimento das empresas de ônibus de Natal com a experiência do gás como combustível. Em cada veículo a ser testado a partir de março será necessário um investimento de Cr\$ 15 milhões. Evidentemente que, se o processo aprovar, como acreditam os técnicos, o retorno será altamente compensatório nestes tempos de subida acelerada dos preços dos combustíveis.

...

FINALMENTE A MESBLA — Agora realmente parece não haver mais dúvidas que a Mesbla se instalará mesmo em Natal, depois de confirmada a compra de um terreno pela direção do Grupo na Avenida Rio Branco, proximidades das Lojas Americanas. A vinda da Mesbla já foi anunciada e desmentida várias vezes mas, agora, parece, o processo é irreversível.

...

ATRAINDO INVESTIDORES — O Governo continua desenvolvendo uma ativa campanha no sentido de atrair investi-



Cada adaptação nos ônibus: Cr\$ 15 milhões

mentos para o Estado. No esquema, o Secretário Jussier Santos, da Indústria e Comércio, tem seguido um roteiro de viagens constante, inclusive no Rio Grande do Sul.

...

POSIÇÃO DO COMÉRCIO — A Federação do Comércio do Rio Grande do Norte se incorporou ao movimento desencadeado por outras Federações da Região no sentido de sensibilizar

ao Governo Federal para o atendimento de uma série de reivindicações. Documento nesse sentido foi enviado ao Presidente João Figueiredo enumerando as carências básicas da economia nordestina.

...

TARCÍSIO VENDE LOTEAMENTO EM MOSSORÓ — O Loteamento Cidade Nova, em Mossoró, com 1.100 lotes e pagamento em 24 meses, é mais um lança-

mento da Sotil Imobiliária e Imobiliária Solimões. O Loteamento está localizado à margem da Rodovia do Contorno e as terras são de propriedade de Tarcísio Maia.

...

MÓVEIS SUPER-EXCLUSIVOS — Uma idéia oportuna de Sérgio e o arquiteto Adler Fontenelle: uma loja de decoração no CCAB-Sul para a produção de móveis com design exclusivo. Os dois afirmam que o principal produto é a criatividade. Cada móvel não terá o modelo reproduzido para outro cliente. Eles se dispõem até ao requinte de oferecerem um certificado de garantia a cada cliente de que o móvel não terá outro igual.

...

FESTAS NO TERMAS — O Hotel Termas, de Mossoró, conseguiu atravessar o período de implantação e, hoje, é uma realização vitoriosa. De certo modo, o Termas já se incorporou, com tão pouco tempo, à paisagem de Mossoró e quem fala na cidade lembra logo dele. Agora, em 11 de dezembro, o Termas realiza festas para marcar a data.

...

AÇÃO DE ANTÔNIO CÂMARA — O Deputado Antônio Câmara fez questão de comunicar a **RN/ECONÔMICO** o sucesso da sua luta junto às autoridades federais, inclusive o próprio Presidente da República, para

HOMENS & EMPRESAS

conseguir a prorrogação dos débitos dos agricultores com os bancos oficiais para o fim do ano — 31 de dezembro. Ele diz que está lutando para que a cobrança de juros se efetue dentro das linhas especiais a que os empréstimos foram concedidos na época.

...

ARMAZÉM PARÁ COM PROCESSAMENTO DE DADOS — O Armazém dá um grande passo na sua organização comercial, ao implantar moderno sistema de processamento de dados, incluindo completo controle de estoque. É um avanço significativo no setor da comercialização de produtos para a construção civil no Estado. O empresário Marcantoni Gadelha de Souza, Gerente de Expansão e Planejamento do Grupo, informa também que em dezembro o Armazém Pará estará inaugurando mais uma loja na Avenida Prudente de Morais.

...

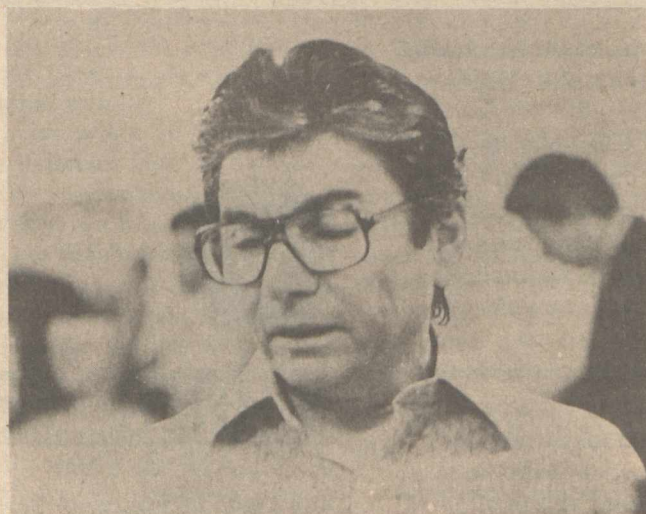
NOVOS RECORDES DA GUARARAPES — O empresário Nevaldo Rocha conduz a sua estratégia à frente das empresas que comanda com absoluto sucesso. Já este ano, 30 unidades das Lojas Riachuelo estão instaladas em diversas cidades brasileiras, inclusive no Parkshopping de Brasília, cuja área coberta é considerada a maior do mundo. Mais quatro novas lojas Riachuelo serão inauguradas neste final de ano em São José do Rio Preto



As vendas melhoram com o crédito

e Andradina, em São Paulo; Campo Grande, no Mato Grosso do Sul e Toledo, no Paraná. A Guararapes, com toda

sua produção entregue — compreendendo a etiqueta Pool e outras — chega ao final deste exercício com o capital



Nevaldo: superando a crise

integralizado de 75 bilhões de cruzeiros. Mas o grande recorde do Grupo é fechar o balanço do ano com um lucro maior do que os seus concorrentes mais próximos.

...

CRÉDITO EMPURRA AS VENDAS — Com a entrada em vigor do Crédito Natalino as vendas do comércio de Natal tiveram um grande impulso neste final de novembro e se iniciam em dezembro com novo alento, inclusive para o setor de eletrodomésticos, o que mais tem sofrido retração. A programação oficial do Natal foi lançada pelo Clube de Diretores Lojistas no último dia cinco de dezembro.

...

COMPUTAÇÃO NA APEC — A APEC foi a primeira organização de ensino em Natal a adquirir em grande escala computadores pessoais — 20 — para adaptar a Informática aos seus métodos de ensino.

...

OUTRO NORDESTÃO — Numa inversão surpreendente — o que prova o êxito da campanha para revitalização da sua marca — o Nordestão transformou o Hiperbox da Cidade Jardim num supermercado. Ou seja: o Hiperbox deu lugar a mais um Nordestão. A loja está passando por uma série de adaptações. É uma estratégia para enfrentar a concorrência que está surgindo na Cidade Jardim com a comercialização das lojas no Shopping Center.

VILANÍ VEÍCULOS



O MAIOR PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE CARROS NOVOS E USADOS EM CURRAIS NOVOS

Vilaní Veículos tem o maior parque de exposições de carros novos e usados em Currais Novos.

Toda a linha Ford, Chevrolet, Dodge e Volkswagen você encontra em Vilaní Veículos e compra o seu automóvel sem complicações; podendo utilizar o financiamento direto ou da financeira. Os planos de vendas a prazo são os melhores do Seridó.

Na hora da compra ou da troca do seu carro, seja qualquer for a marca, procure quem tem tradição no ramo, melhores preços e é o pioneiro na Região. Procure Vilaní Veículos.



Vilaní Veículos

J. VILANI & CIA.

Rua Teotônio Freire, 44 Currais Novos - tel. 431-2062

O País dos Déficits

MANOEL BARBOSA

As angústias dos empresários são as mesmas do início do ano. As angústias dos empresários são as mesmas, inclusive, dos trabalhadores. A crise econômica, especialmente aqui no Nordeste, teve a propriedade de igualar as preocupações. O choque é tão violento que faz a sociedade despertar como um todo. Não há mais escapatórias, nem fugas. Antes dessa crise, alguns segmentos sepultavam suas preocupações, ou encontravam meios de alientar-se da realidade. O Brasil é o País do samba e do futebol, dizia-se. Hoje, o samba está em crise também e o futebol mais ainda. Nada, absolutamente nada, ficou imune. A imagem de uma ilha de tranquilidade num mundo conturbado esvaiu-se. Há a solidariedade na desgraça e todos a compartilham, cada um a seu modo.

O ano foi rico em más notícias. Tornou-se rotina a cada dia buscar-se nas notícias dos jornais dados constangedores. Não se pode apontar, numa lembrança do ano, nenhum fator positivo, do ponto de vista econômico. Parece que se armou uma cadeia de acontecimentos trágicos, de suspense crescente e permanente, para não deixar a tensão baixar um só minuto de cada dia.

No Rio Grande do Norte, ninguém teve tranquilidade. O poderoso, sólido e bem estruturado grupo Guararapes teve de recorrer a uma medida como o fechamento da sua unidade de Mossoró para poder enfrentar a situação. Outros, com menor estrutura, nem com providências semelhantes puderam se aguentar e apenas sobrevivem na aparência, com seus patrimônios se deteriorando. Felizmente, uma boa parte resiste bravamente. E resiste porque o Rio Grande do Norte nunca viveu tempos que possam, na exata expressão do termo, ser considerados bons.

O próprio Poder público, com a sua variedade de recursos, passa mal. Na sua primeira fase de Governo, o sr. Agripino Maia teve de rondar semanalmente pelos corredores dos Ministérios, em Brasília, tentando fazer os recursos para pôr em funcionamento a máquina administrativa. Uma máquina emperrada, exatamente porque lhe faltaram as condições. O próprio funcionalismo tem estado perplexo. As leis salariais, dentro do bojo daquela rotina de notícias desagradáveis, poda os reajustes, sob o argumento da equipe delfiniana de que é preciso conter o déficit da conta interna, tão alarmante como o da conta externa.

Estamos num País de déficits. Do Nordeste, tiraram muito e, na hora em que ele mais precisa, não pode obter a justa retribuição.

Passa-se mais um ano e por mais um ano o Nordeste manteve-se defasado. O descompasso aumenta, em relação às regiões mais desenvolvidas do País. Na corrida da desigualdade cada marcada de passo significa um retrocesso real. De toda essa crise talvez esse seja o fator mais lamentável: o Nordeste perdeu outro ano na sua corrida com a pobreza.

Perder um ano, a essa altura, significa perder dez — ou mais. Desaparecem as condições objetivas para uma recuperação. A reação foi mais difícil. Ainda mais porque, então, nem sequer se pensa mais nela. Em cada um a preocupação vigente passa ser a de simplesmente conseguir sobreviver. Nada mais de superar ou alcançar metas. Sobreviver, escapar — é o lema e a palavra de ordem de cada um.

E o pior ainda não passou.

A receita para 1984 ainda vai ser dura. Sondamos alguns dos principais empresários de Natal e eles estão conscientes disso. Não há o que esperar de bom — ou pelo menos melhor — em 1984. O arrocho vai continuar. E o Governo Central jamais consegue perceber que a palavra arrocho não pode ter um mesmo significado para todo o País, do mesmo modo que não há um só salário-mínimo para todo o território. O arrocho de crédito no Sul significa, em última palavra, moralização. Significa providência para evitar que todos tenham acesso ao pote. Mas os grupos empresariais tradicionais não perdem o descaminho e, de qualquer modo, os recursos não somem. No Nordeste, arrocho é arrocho mesmo, porque, no normal, a situação já vive arrochada.

As rédeas têm de ser seguradas. Vai ser o ano do tudo ou nada. Um ano com um terrível presságio orwelliano. Quem aguentou até aqui, vai ter de reunir as últimas reservas de forças para aguentar por mais um ano numa situação mais angustiante ainda. Resta saber se o povo terá suficiente reserva de paciência. Ele já tem tido muita. É quem tem pago sistematicamente todas as consequências. Mas os homens de Brasília não se dão conta disso, apesar de todas as advertências, apesar de todos os alertas. De convulsão já se tem falado muito e vozes díspares em outros temas têm se mantido concordes neste.

Não é agradável não ter notícia agradável para dar.

Mas não se pode fugir à realidade. E ela continua desagradável e angustiante, como tem sido nos últimos cinco anos.



Depois do pique da seca em 1983, o relatório indica um tempo menos duro em 84 (Foto Emerson Amaral)

ESPECIAL

CTA acompanha atento ritmo de sua previsão. Nada a corrigir

“É definitivo. O Prognóstico para o Período 1979/1985 é definitivo. Não há qualquer outro estudo para atualizá-lo ou modificá-lo, pois todas as previsões vêm se cumprindo rigorosamente até agora.

Essa informação foi transmitida de modo seguro pelo Assessor do Centro de Tecnologia da Aeronáutica (CTA), José Eduardo Petronilo num contato que **RN/ECONÔMICO** manteve, através de telefone, diretamente com o setor encarregado dos estudos. O CTA, nos últimos cinco anos, assumiu um caráter quase mágico. A menção dessa sigla sempre tem despertado um misto de curiosidade, dúvida — e desejo de ineficiência. Sim, porque, desde que o estudo foi divulgado passou-se a torcer para que ele estivesse errado e suas previsões sombrias não se concretizassem. Inicialmente, o estudo teve o caráter secreto. Quando foi divulgado, cau-



A paisagem seca vai melhorar

sou celeuma, pasmo e incredulidade. E, daí então, todo o Nordeste passou a sofrer a expectativa de, a cada ano, torcer pela sua falibilidade. No entanto, desde 1979, o estudo tem se mostrado implacavelmente correto. Quando, no início de cada um dos últimos cinco anos ocorre alguma chuva, de imediato surgem vozes de todos os lados ridicularizando o Prognóstico dos técnicos paulistas. Mas, depois, as chuvas enganadoras sumiram, dando lugar, nos primeiros anos, à seca verde e, depois, à seca braba, cruel, terrível, implacável.

PAPEL DO ESTUDO — O pessoal do CTA, segundo José Eduardo — que falou em nome pessoal — que não procura se envolver nas especulações, nem pretendia causar polêmica com o estudo.

“Se” — pondera — “as coisas não estivessem ocorrendo segundo as

previsões, certamente o estudo já teria sido modificado. Mas como tudo vem se desencadeando de acordo com o previsto, só resta acompanhar.

Ele diz que o CTA tem suas bases de observação no Nordeste, uma das quais na cidade de Petrolina, no Alto Sertão de Pernambuco. As equipes observam o comportamento do tempo, ao mesmo tempo que elaboram um plano para tentar contornar as coisas — o Moclíma (Modificação do Clima). Esse plano consiste, basicamente, nos processos de nucleação para provocar chuva artificialmente. As vezes deparado com a pergunta sobre a possibilidade do processo provocar um desequilíbrio ecológico, o CTA reage e o próprio Eduardo argumenta:

“Desequilíbrio ecológico é a seca, a falta de chuva. Com a seca, não há vegetação para reter a água e ela se evapora com facilidade. Logo, a nucleação não significa desequilíbrio ecológico.

É óbvio, também, que segundo os ecologistas da Região, o processo da seca já foi provocado justamente pelo desequilíbrio ecológico. O devastamento da vegetação na Região, a violação do santuário da floresta



Perspectivas menos ruins para a fome no interior

atlântica e a devastação das margens dos grandes cursos d'água teriam sido causas das secas e, agora, do processo de desertificação. Mas, de qualquer modo, o CTA esclarece,

segundo José Eduardo:

“É preciso ficar claro que o CTA nada tem a ver com providências, nem com outros processos. O seu papel foi apenas de fazer o prognóstico do tempo. O CTA não tem responsabilidade de executar obras e tomar providências, porque isso fica a cargo de outros órgãos do Governo. O CTA é ligado ao Ministério da Aeronáutica. □

Theodorico, a experiência bate ciência

O «Majó» Theodorico Bezerra, 81 anos de idade, 36 anos de política e quase toda sua vida, fazendeiro e sertanejo, acredita que em 1984 as chuvas comecem a se regularizar na Região Nordeste. Para chegar a esse prognóstico otimista, o «Majó» Theodorico une os dados científicos do Centro Técnico Aeroespacial — CTA e antigas tradições sertanejas de previsão meteorológicas.

Enquanto cientistas do CTA anunciam que a partir do próximo ano haverá uma acentuada tendência de melhora nos índices pluviométricos, embora lembrem que a normalização dos períodos chu-



vosos no Nordeste só se dará, definitivamente, no ano de 1986, «Majó» Theodorico vai anotando esses dados e continua de olho aberto para as tradições sertanejas.

Entre estas tradições, que ele nunca desprezou, a de que quando os maribomdos cablocos procuram abrigo nos alpendres das fazendas é sinal de chuva. Ou quando a árvore conhecida no sertão por «barricuda» segura sua carga de algodão é bom sinal. “A barricuda segurou sua carga”, afirma Theodorico. Quanto aos maribomdos ele espera que nos próximos dias eles comecem a procurar abrigo, pois já “relampeou por Serra Negra e

choven bem no Piauí nos últimos dias”.

Aliás, este é outro dado empírico considerado muito importante pelo «Majó»: as chuvas que caíram recentemente nos municípios de Oeiras, Picos e Floriano no sertão do Piauí. Quando chove lá, os indícios apontam que, também por aqui, choverá ou de que teremos inverno (se é que ainda existe tal estação no Nordeste)

Na realidade, porém, outro bom motivo para o «Majó» Theodorico estar otimista é que ele simplesmente não pode ficar mais pessimista, sob pena de ver aumentar ainda mais os prejuízos causados em suas propriedades nestes quatro anos de estiagem. No que resultou na perda de muitas cabeças de gado, redução de suas culturas de feijão, milho, um pouco na de melão e, principalmente, na de algodão. Por falta dessa última matéria-prima Theodorico se viu obrigado a paralisar as atividades industriais de suas duas usinas de descaroçamento de algodão e sua refinaria de óleo.

Mudanças na concordata preventiva

NEY LOPES DE SOUZA

O Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, tem se revelado a altura do cargo pela preocupação constante e permanente com o ordenamento jurídico brasileiro. Poucos naquele Ministério da Justiça assumiram tal postura, limitando-se, na maioria dos casos, a ação político-eleitoral, nem sempre digna.

O instituto da concordata, ainda vinculado a lei de falências de 1945, reclama alterações profundas. Sensível à mudança, o Ministro Abi-Ackel convenceu o Governo e foi encaminhado, recentemente, ao Congresso inovador projeto de lei.

Das alterações propostas destacam-se:

1) A correção monetária sobre o passivo vem sendo objeto de decisões judiciais contraditórias. De um lado, aqueles que entendem ser devida a atualização dos débitos, sob pena de beneficiar o inadimplente. De outro a corrente jurídico-formal defensora do princípio da concordata preventiva como favor legal, destinada justamente aos inadimplentes, sendo, portanto, desfigurada a sua natureza legal, quando compulsória a correção.

A proposta em curso no Congresso opta por solução intermediária: correção apenas em caso de atraso no depósito da quantia devida, para evitar que a concordata gere prejuízos de monta para os credores a ela vinculados.

Cabe, igualmente, a correção para os créditos não incluídos no depósito por qualquer motivo. O juízo, após o depósito, será obrigado, sob pena de responsabilidade civil, a efetuar sua imediata aplicação em instituição financeira, à ordem judicial, em que a conta que gere juros e correção, até o levantamento pelos credores, sendo estes os beneficiários dos créditos atualizados monetariamente.

O projeto não prevê correção monetária para a falência, limitando-se a concordata preventiva.

2) O depósito a que se obriga o devedor, sob pena de declaração de falência, será exigido em dinheiro,

sem qualquer subordinação ao quadro geral de credores e cálculo do contador judicial. Isto evita que dúvidas sobre o quantum retardem o depósito da prestação devida, como ocorre atualmente, em prejuízo do credor.

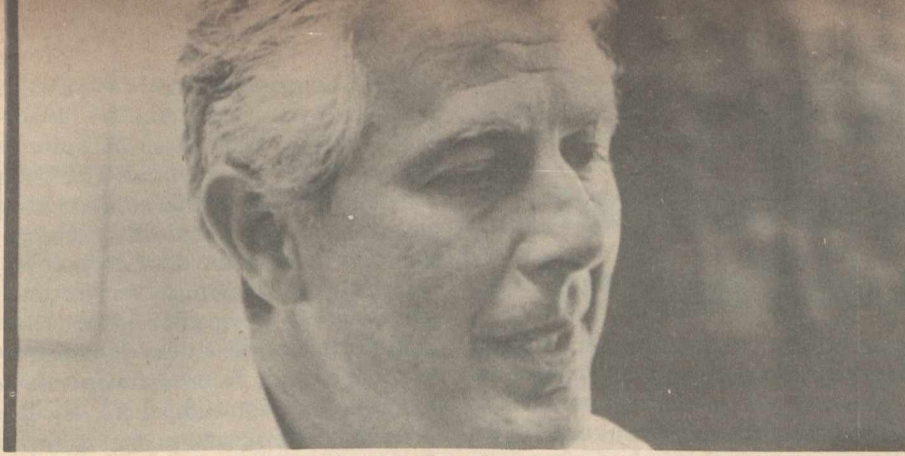
3) São abolidas as formalidades na elaboração do quadro geral de credores vigentes. A lista nominativa dos credores encaminhada pelo devedor com a inicial, seguida de publicação no Diário Oficial, ensejará ao comissário, salvo nas impugnações acolhidas, elaborar o quadro, seguindo-se a homologação judicial.

4) As cauções de imóveis e títulos de créditos, aceitas pelos Tribunais, em lugar do depósito em dinheiro serão abolidas, ante a proposta em curso no Congresso. Tal aspecto imprime maior austeridade no cumprimento das obrigações do concordatário, deixando, em parte, de ser um «bom negócio» requerer concordata.

5) Maior celeridade na tramitação das concordatas preventivas é outro objetivo perseguido pelo projeto de lei. Atualmente, o excesso de formalismo permite a procrastinação, em prejuízo dos credores e da própria economia nacional.

O instituto da concordata, caso aprovada a proposta do Ministério da Justiça, tornar-se-á atual e ágil, sem perder a sua natureza de «favor legal». É necessária tal medida, visto que os abusos de devedores relapsos põem em risco créditos legítimos, ficando os advogados sem meios legais de atender o direito certo e líquido dos seus clientes, face o anacronismo da atual legislação em vigor.

* O Autor é Senador-Suplente (PDS-RN), com Escritório de Advocacia instalado à Rua Mipibu, 350, exercendo o magistério superior na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Direito Constitucional e Direito Econômico).



Bruno: uma nova técnica

TEMPO

O sol que castiga na seca também serve como ajuda

O mesmo sol que castiga a região pode ser aproveitado como fonte natural e alternativa de energia. Exemplo de utilização de energia solar no Rio Grande do Norte é dado por, pelo menos, duas propriedades rurais que a utilizam para bombeamento de água para consumo humano e animal e para micro-irrigação, através de captação de água em rios, cisternas e poços. Além de servir para irrigação agrícola, o painel fotovoltaico heliowatt, gerador de energia solar, pode ser utilizado, por exemplo, em hospitais (aquecimento de água para utilização em lavanderias, refeitórios, cozinhas, sanitários e também aquecimento ambiental) e indústrias (em qualquer processo industrial que necessite de água quente de até 85° C.).

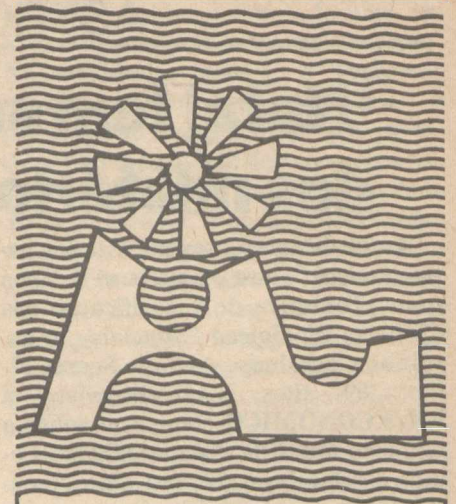
Na agricultura, a mais recente propriedade rural a utilizar a energia solar, talvez a segunda no Estado, é o Engenho Carnaubal no Vale do Ceará-Mirim. O proprietário do Engenho, Ari Alecrim, adquiriu recentemente, através de financiamento na área de crédito rural do Bandern, o equipamento a uma empresa paulista com tecnologia especializada no ramo. O equipamento para bombear água compreende um conjunto de painéis heliowatt — que captam a luz do sol através de células industrializadas de Silício Monocristalizado — gerando energia para uma bomba de alta eficiência e um motor de corrente contínua de ímã permanente, sob controle eletro-automático.

Experiência semelhante para bombeamento de água por energia solar vem sendo feita, pioneiramente, pela

«Fazenda Barbosa de Baixo» no semi-árido de Caicó. Desde julho de 1981, está operando com quatro painéis fotovoltaico, cada um medindo 1 metro por 40 centímetros, com 36 células de silício por painel. O Diretor-Presidente da Empresa, Bruno Topel, físico polonês naturalizado brasileiro, explicou que quanto mais sol, “maior quantidade de água que poderá ser bombeada”. Mesmo em dias nublados o sistema funciona, embora com menor potência. “O equipamento começa a funcionar automaticamente aos primeiros raios de sol. Da mesma forma, se auto-desliga ao anoitecer”.

Bruno Topel esteve em Natal, e em entrevista a **RN/ECONÔMICO** lembrou que recentemente o Presidente Figueiredo assinou o Decreto-Lei 2.032 que assegura o ressarcimento, pelo Governo Federal, de até 50 por cento do valor dos investimentos em irrigação no Polígono das Secas, realizados por pessoas físicas ou jurídicas. Adiantou ainda que a sua Empresa, a única a desenvolver tecnologia própria no 3.º Mundo, já começa a exportar peças para sistemas de aproveitamento dessa energia para a Argentina, Egito, Quênia e Estados Unidos.

“A energia solar é uma fonte alternativa e renovável amplamente disponível, não poluidora, descentralizada e generosamente gratuita, o que representa, pelas características geográficas e sociais do Brasil a solução mais natural para substituir os recursos energéticos fósseis, o petróleo”, explicou ele. □



Mais um ano de uma revista que tem prestado tantos serviços ao Rio Grande do Norte é motivo de satisfação para todos os que também estão empenhados em servir ao povo deste Estado.



- HENRIQUE LAGE
SALINEIRA DO
NORDESTE S/A
- HENRIQUE LAGE
AGRO-PECUÁRIA
LTDA
- HENRIQUE LAGE
MARINOCULTURA
LTDA

Natal tem seu estudioso dos mistérios do Cosmos

Autor de interessantes estudos astronômicos, entre os quais se destaca uma «Tentativa de Classificação das Ciências Biológicas Espaciais», o astrônomo natalense Antônio Soares Filho, 69 anos, em entrevista a **RN/ECONÔMICO** comentou sobre a situação atual da Astronomia no Estado e lembrou a época em que essa ciência, ao contrário do que ocorre atualmente, despertava grande interesse entre dezenas de astrônomos amadores de Natal. Em parte por causa disso, a cidade ainda hoje é conhecida, e cantada em verso e prosa como a «Cidade Espacial» do Brasil. O slogan é válido somente se se levar em consideração que a Barreira do Inferno continua em atividade. Mas se a cidade atualmente depender da Astronomia amadora para sustentar o título de «espacial» irremediavelmente cairá das alturas cósmicas para a realidade dura do chão ressequido pela eterna estiagem.

Na verdade, porém, os astrônomos amadores de Natal fizeram, durante praticamente duas décadas, um dos trabalhos mais importantes de contribuição científica à Astronomia, tanto a nível regional e nacional, como internacionalmente. Esse trabalho teve grandes momentos, como por exemplo a fundação da ANRA — Associação Norte-Riograndense de Astronomia, da qual a primeira diretoria era composta por notáveis personalidades da vida sócio-cultural da cidade: Presidente, Desembargador José Gomes da Costa; vice-Presidente, jornalista Luiz Maria Alves e 1.º Secretário, Professor Antônio Soares Filho. Foi em 1956 e da fundação da entidade participaram mais de 100 pessoas, entre astrônomos e interessados afins. Outro grande momento ocorreu dez anos depois, quando a ANRA patrocinou o IV Congresso Latino-Americano de Astronomia, realizado em Natal em 1967, reunindo então dezenas de astrônomos do Brasil e da América Latina.

NORDESTE — Hoje, diz melancólico o Professor Soares Filho, a ANRA “está estagnada: vive de algumas correspondências com astrôno-

mos”. Não culpa ninguém, embora tenha ficado decepcionado com o desinteresse da maioria dos antigos sócios da entidade, até que a ANRA chegasse ao atual estado diagnosticado por ele. Soares Filho, contudo, continua se informando acerca das últimas descobertas astronômicas. Entre as personalidades com as quais mantém correspondência, inclui-se o Padre norte-riograndense Jorge O’Grady de Paiva, autor do «Dicionário de Astronomia e Astronáutica»



Soares: estudos antigos

e Ronaldo Rogério de Freitas Mourão, astrônomo chefe do Observatório Nacional, ambos morando no Rio de Janeiro.

Questionado a respeito do desinteresse dos jovens natalenses pela Astronomia, que Soares Filho considera “a mais bela e antiga ciência”, discordou: “Na realidade, não se trata de desinteresse. Os jovens são interessados. O que falta são observatórios, ou então planetários para que a juventude norte-riograndense manifeste mais ainda interesse por assuntos astronômicos”. Se desinteresse existiu, pelo menos com relação à

vontade do professor de construir um planetário em Natal, este foi do Governo. Não o atual, mas os anteriores. Embora no Governo Walfredo Gurgel a ANRA tenha contado com todo apoio para realizar o IV Congresso Latino-Americano de Astronomia.

Apesar do Rio Grande do Norte ter uma situação geográfica próxima ao Equador terrestre e um céu constantemente limpo, fatores favoráveis a observações astronômicas, o Rio Grande do Norte não possui grandes observatórios. Tem, ou tinha, um pequeno observatório localizado nas Quintas, levado adiante pelo heroísmo do astrônomo Roque José da Silva. Para Soares, sempre faltou recursos financeiros para construção de tais observatórios. Agora, então, falta principalmente recursos humanos. Em termos de Nordeste, uma das contribuições que um observatório de grande porte poderia trazer seria, sem dúvidas, a de auxiliar na prevenção contra secas e enchentes, pois, ao que indica, tais fenômenos dependem das manchas solares.

COMETA — O cometa de Halley, que poderá ser visto a olho nu no início de 1986, marcou muitas personalidades ao ser visto por milhões de pessoas em 1910. O poeta mineiro Murilo Mendes, na época com nove anos, muito tempo depois dataria daí o início de sua «vida secreta» de poeta. Se Murilo ficou «deslumbrado» quando viu o cometa passar pelos céus de Juiz de Fora, aqui em Natal quatro anos depois, 1914, nasceu Antônio Soares Filho que hoje afirma ter sido influenciado por «Halley», pois na sua infância o cometa ainda era motivo de comentários na cidade, o que despertava a sua curiosidade para o céu.

Paralelo à sua carreira profissional como advogado e político, Soares Filho prosseguia no estudo da Astronomia. Na década de 50, após a fundação da ANRA, lançou a sua teoria de que a Terra tem duas luas, “uma perpetuamente encoberta pela outra para os habitantes do nosso planeta, em virtude dos três corpos se encontrarem em linha reta e os dois satélites percorrem as órbitas em tempos iguais” — segundo explicou.

A teoria parte da constatação de que a atração do Sol e da Lua é considerada insuficiente para explicar os fenômenos das marés. Há uma preamar máxima teórica, com base nos cálculos de Laplace a Lei de Newton. Mas, outros fatores, como o relevo

submarino e as correntes marinhas fazem com que a maré suba ainda mais do que a maré teórica. É tão grande essa elevação em determinados pontos da Terra que ele chegou a conclusão de que haveria outro astro influenciando para **completar a massa** causadora da atração. À teoria eram acrescentados outros dois fenômenos, o de liberação física e aceleração secular da Lua.

Em 1961, o astrônomo polonês Kordiléwski conseguiu fotografar dois astros em forma de nuvens, que têm massa equivalente a três por cento da Lua, correspondendo a novo satélite da Terra. Antônio Soares admite que essas "Nuvens de Kordiléwski" seriam o **complemento** de massa que ele reclama para a sua teoria.

Se no início dos anos 60, década que foi marcada por grandes transformações, especialmente nas áreas de Astronomia e Astronáutica o Professor Soares Filho lançava a teoria das duas Luas, que após as descobertas de Kordiléwski não pode ser mais desprezada, dez anos depois, durante a V Convenção da Liga Latino-Americana realizada em 1971, em Lima, Peru, ele voltou a apresentar outra interessante pesquisa. Desta vez, a sua «Tentativa de Classificação das Ciências Biológicas Espaciais».

EXTRATERRESTRES — O cientista Joshua Lederberg, Professor de Genética da Universidade de Stanford, USA, Prêmio Nobel de 1959 e Assessor da Nasa, após ler o trabalho

de Soares Filho, escreveu uma carta para ele na qual aprecia o trabalho e põe restrições ao vocábulo **Astrobotânica**. Soares explicou: "Criei apenas dois neologismos: **Astrozoologia** e **Astroprotobiologia**, pelos motivos expostos no texto. No mais, procurei uniformizar a terminologia muito divergente, propondo definições que considero mais apropriada. No final, sugiro que os cientistas ofereçam melhor taxinomia".

Na sua pesquisa, Soares procura discernir o uso das palavras Cosmobiologia, Astrobiologia e Exobiologia que ele nega sejam sinônimas. "Parece-nos, entretanto, que se impõe diferenciação, estabelecendo-se uma classificação das ciências biológicas espaciais, limitando-se, em consequência, o conceito de cada uma, dividindo-se, em ramos, a vasta ciência que abrange hoje a biologia espacial, a ecosfera dos astros, a influência dos fenômenos cósmicos nos organismos vivos da Terra".

Analizados alguns argumentos científicos, o professor concluiu que "**deve existir**", frisava ele, "vida em outros mundos". Daí, sob esse pressuposto e pela "necessidade de terminologia uniforme para tudo que diga respeito à biologia fora da Terra e à repercussão dos fenômenos do espaço exterior nos organismos vivos do planeta em que habitamos, é que se torna necessária uma classificação para as ciências biológicas espaciais".

Após a sua conferência, os jornais e TV de Lima noticiaram que um cientista brasileiro afirmara que exis-

te vida em outros planetas. Notícia também publicada nos jornais do Brasil e, em particular, os de Natal. Na realidade, porém, o Professor afirmara diferente: "Ninguém, **a priori**, pode negar a existência de vida em corpos celestes carentes de biosfera. Admiti-la, porém, no estado atual da ciência, é penetrar no campo da ficção ou especular sobre morfologia inteiramente diversa da conhecida da Terra, imaginando-se, por exemplo, seres vivos de sílica ou organismos desprovidos de carbono, oxigênio, nitrogênio e hidrogênio".

ASTROLOGIA — Outro trabalho do qual Soares Filho participou e que causou grande polêmica na imprensa, foi o «Manifesto dos Astrônomos do Brasil». Nesse manifesto, redigido e divulgado em 1978, astrônomos amadores e profissionais denunciavam "o clima de fatalismo, o entrave ao desenvolvimento cultural e econômico, as infrações penais diariamente perpetradas pelos astrólogos e outros adivinhos".

Os astrólogos, naturalmente ficaram irritadíssimos e pensaram até em processar os astrônomos. A briga continuou por algum tempo, mas depois tudo voltou ao normal: os astrônomos continuaram suas pesquisas científicas nos observatórios e os astrólogos divulgando suas adivinhações. Mas, ainda hoje, o Professor Soares condena a Astrologia: "Na verdade, nada da Astrologia tem fundamento científico, pois ela é, na realidade, geocêntrica. E só poderia funcionar num Universo imóvel". □

JUSTIÇA

Magistrado na hora dos problemas

Juizes e desembargadores do Estado, além de representantes das Associações de Magistrados da Paraíba, Pernambuco e Fortaleza, estiveram reunidos nos dias 25, 26 e 27 de novembro, no Auditório da Reitoria da UFRN, no III Encontro de Magistrados do Rio Grande do Norte, oportunidade em que discutiram seus problemas, invariavelmente relacionados com falta de verba. Considerando muito bom o nível das exposições e



Carlos Maia: sugestões serão encaminhadas

dos debates, o Presidente da Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte — órgão que promoveu o evento —, Carlos Roberto Coelho Maia, adiantou que todas sugestões apresentadas pelos participantes serão encaminhadas ao Palácio da Justiça para, posteriormente, serem levadas ao Poder Executivo e submetem-se à aprovação.

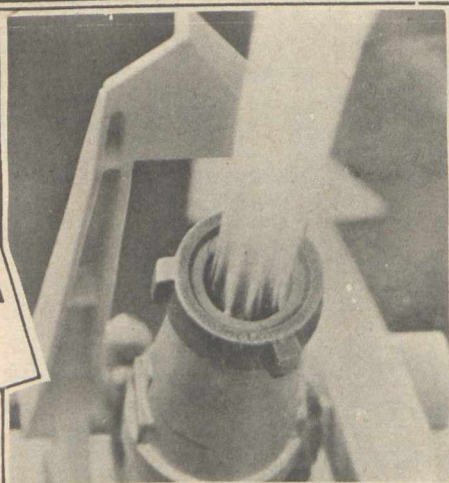
Os quatro temas abordados pelos magistrados ocuparam os dois expedientes do dia 26, e foram eles: “O Decreto-Lei n.º 2.019 de 28.03.83 e sua aplicação nos Estados” — pelo dr. José Augusto Delgado, Juiz Federal do Rio Grande do Norte; “Gratificação pela prestação de serviços à Justiça do Trabalho, nas Comarcas onde não forem instituídas Juntas de Conciliação e Julgamento”, proferida pelo Juiz Trabalhista (RN) Aluizio Rodrigues; “Ajuda de custo para moradia, nas Comarcas em que não houver residência oficial para Juiz, exceto nas Capitais”, pelo dr. Cristovam Praxedes, Juiz de Direito da Comarca de Currais Novos, e “Necessidade da criação de Varas e Cartórios nas Comarcas de Natal, Mossoró, Caicó e Currais Novos, abordado pelo Desembargador Manuel Araújo Silva, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

RESULTADOS. — A apresentação de conclusões do Encontro, segundo Coelho Maia, sugere, entre outros

pontos, a implantação da reforma tributária, “mais verba para o Estado, menos para a União”, como solução para suprir algumas das inúmeras dificuldades orçamentárias do Judiciário. Aliás, fica bem claro ser esta a causa das principais reivindicações da classe, explicada da seguinte maneira: cerca de 1/3 das Comarcas do Estado (excetuando a Capital) não têm residências oficiais para Juizes, não têm até mesmo foros, improvisadamente estabelecidos na residência do Escrivão local. Além deste desconforto inoportuno, os Juizes percebem diárias que chegam a ficar acumuladas durante 1 ano, por falta, simplesmente, de condições de pagamento. Outras melhorias, por exemplo, também são necessárias em Natal. A cidade só conta com três Varas de Família, preenchidas por 22 Juizes, o que pode ser considerado muito pouco, já que neste setor há grande tramitação de processos. Seria preciso, no mínimo, segundo acham os magistrados, mais duas Varas para atender toda demanda, ainda mais considerando que as que existem, com seus atuais titulares, são exatamente as mesmas que atendiam Natal com 100 mil habitantes. Acrescente-se ainda, a necessidade de mais Varas e Cartórios nas Comarcas de Mossoró, Caicó e Currais Novos, assim como a urgência em nomear concursados, ajudantes de Cartórios e Oficiais de Justiça. □

O PROJETO, A IRRIGAÇÃO E O TÉCNICO.

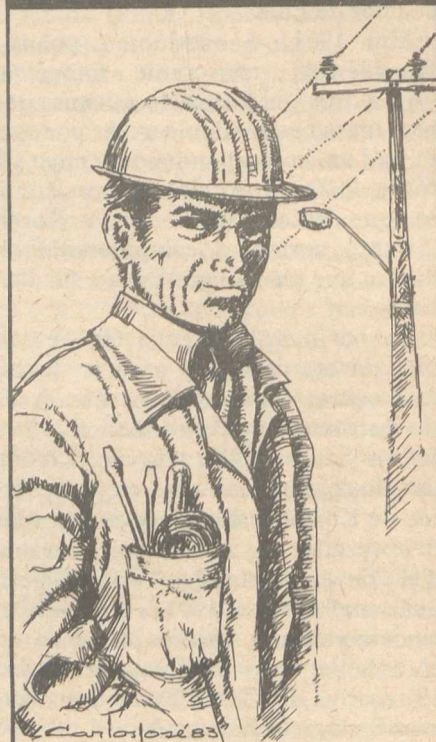
Tudo isso você consegue de uma só vez. Basta solicitar um projeto de irrigação. Terá, com o projeto, a assistência técnica e um agrônomo especializado. Resolverá vários problemas de uma só vez. Procure-nos.



PAULA, FILHOS COMERCIAL, LTDA.

PÇ. AUGUSTO SEVERO, 260 — TEL.: 222-0916 — TELEX: 084-2265 — NATAL-RN
AV. SERIDÓ, 621 — TEL.: 421-1369 — CAICÓ-RN

Boas novas a Comercial José Lucena está com secção de material elétrico



Fios, lâmpadas, tomadas, interruptores, chaves monofásicas, cabos e tudo para você instalar mais e melhor.

Aproveite os descontos especiais de inauguração desta secção!

COMERCIAL JOSÉ LUCENA
— meio século fornecendo qualidade.



COMERCIAL JOSÉ LUCENA LTDA

Rua Frei Miguelinho, 120 — Ribeira
Tels.: 222-2311 — 222-1506
Rua Dr. Mário Negócio, 1470 — Alecrim
Tels.: 223-2228 — 223-4820
Natal — Rio Grande do Norte

83
HIGH
SUMMER
MULTI

rosset®

TEC 12/83

Pool®

Deputados fazem balanço de 83 e concordam: foi difícil

Um ano difícil. Assim, deputados estaduais viram 1983, muito embora manifestassem um certo desafogo quanto ao período, lembrando as conquistas sócio-políticas como um representativo esforço histórico em direção a uma sociedade em vias de democratização. Mas, mesmo assim, citações de problemas não faltaram, indo desde as tradicionais abordagens quanto à prolongada, terrível estiagem que abate-se sobre o Nordeste e especificamente arrasando a economia rural do Estado, até a pressão política que reentronizou o PDS no Governo do Estado.

Mas uma pesada maioria de opiniões voltou-se, inegavelmente, para realçar a revalorização alcançada pelo Legislativo, citando como exemplo maior a demonstração de força do Congresso Nacional, no caso da votação de decretos-leis, levando em sua torrente, de aluvião, as pretensões governistas, que visavam atender interesses extra-nacionais, o que, de passagem, acabou afinal conseguindo, de conluio com o PTB.

A luta por eleições diretas em todos os níveis e até os vastos problemas que sobrecarregam o homem público, levando à morte o Senador Nilo Coelho, Presidente do Congresso Nacional, também foram pontos destacados, além, inquestionavelmente, da realização do Congresso Nacional da Classe Trabalhadora — Conclat, na cidade de Praia Grande, São Paulo. Abaixo, o que pensam os parlamentares do ano de 1983:

A respeito do assunto, disse o Deputado Paulo de Tarso, líder do PMDB na Assembléia Legislativa: "O ano de 1983 foi marcado por amplo debate dos mais representativos segmentos da sociedade nacional, a respeito não só de assuntos conjunturais de ordem política, como de problemas aflitivos da situação econômica brasileira. Esse amplo debate, independente de suas consequências, de seus matizes, de suas nuances, este amplo debate, entendo, que foi a marca maior e a mais notável do ano político de 1983".

Segundo o parlamentar, nesse período, o fato de maior destaque coloca-se nesse mesmo contexto, ou seja: o interesse nacional em aprofundar a discussão dos problemas que afligem a vida brasileira, citando a postura do Congresso Nacional, através de sucessivas votações, com referência a legislação tratando de matéria salarial, readquirindo, pouco a pouco, o seu poder decisório, e marcha, defen-



Deputados tiveram um ano com problemas delicados

de Tarso, para a reanquirição completa de suas prerrogativas, com a consolidação do Estado democrático.

Oreingresso na ordem da democracia, diz o Deputado, não advém de qualquer concessão do sistema político dominante, mas decorre das conquistas populares, como a mobilização de sociedade civil em favor de seus princípios, manifestos na liberdade do Parlamento, liberdade de imprensa, atividade sindical, posições da Igreja, realização de eleições e elevação do nível de conscientização popular.

SACRIFÍCIOS MAIORES — O também peemedebista Garibaldi Filho, assim viu o ano político de 83: "Este ano foi marcado, sobretudo, pelos desafios econômicos. O País voltou-se, principalmente, para os problemas econômicos. E eu acredito

que a classe política tenha dado uma contribuição para a discussão e equacionamento desses problemas. O próprio Congresso Nacional, mesmo diante do cerceamento de suas prerrogativas, não deixou de exercer um papel de vigilância: cada vez que o Governo solicitava medidas econômicas, como a votação de decretos-leis, o Congresso, através da resistência oposicionista, antepôs-se o quanto pôde e o que é certo é que nós podemos assinalar que alguma coisa foi amenizada, no sentido de poupar o povo brasileiro de sacrifícios maiores".

Acrescentou Garibaldi que via também como destaque neste ano a proposta peemedebista, coordenada pelo ex-Ministro Celso Furtado, com soluções aos problemas econômicos na-

cionais, voltando-se especialmente para a tentativa de resgatar o País da recessão a que está atirado. Voltando-se para o Nordeste, lembrou o colapso econômico, com a falência do setor agrícola e disse que, a simples afirmação de que 1983 foi um ano de desafios econômicos, não encerra toda a questão. Para Garibaldi, é preciso salientar também que 83 foi um ano político, com a classe política assumindo o seu papel, valorizando a figura do parlamentar e levando à frente um debate que até então não vinha sendo adiantado: a eleição direta para todos os níveis, assunto que magnetizou toda a comunidade nacional.

A ÚNICA ARMA — Também chamado a opinar a respeito do assunto, o Deputado Padre Cortez começou dizendo: "Não houve mudanças funda-

mentais, porque, o que seria importante mesmo para a Nação, era a tentativa de consolidar a abertura democrática, com eleições diretas para Presidente da República, para que o direito do povo eleger fosse respeitado. Então, nós vemos que houve algum processo de melhoria, principalmente em relação ao Legislativo. O Legislativo, nessas medidas e decisões da área econômico-financeira, nas votações do Congresso Nacional, deu um grito na busca da sua liberdade, enfrentando as injunções do Executivo federal.

Segundo entende, no plano local não haveria qualquer fato político de maior relevância, continuando-se um processo político repetitivo, desde "há não sei quantos anos". Justificando seu ponto-de-vista, disse que, na Assembléia estadual, a maioria numérica do PDS é tão elástica, que o Governo sequer precisa dos seus próprios deputados. O que se sente, afirma, é a necessidade de utilização da única arma de que dispõe a oposição: "A palavra, já que, através dela, nós temos contestado, temos denunciado, temos solicitado e também dado informações à opinião pública sobre o que se passa no Governo Estadual, muitas vezes pelos bastidores, e que vem à tona através da Assembléia Legislativa e pela imprensa".

MUITA GENTE VAI MORRER —

Para o Deputado Amaro Marinho, do PDS, 1983 foi um ano que caracterizou-se por problemas vários: "Em nosso Estado, neste rincão nordestino, nós atravessamos a pior de todas as estiagens, uma seca causticante, sem crédito para qualquer atividade agro-pastoril, a luta para salvar os rebanhos que restam aos nossos pequenos criadores, a falta de assistência técnica e financeira que as fazendas fiquem conservadas. A fome, a fome que se apresentou como uma constante em todas as oportunidades, a luta pela sobrevivência, a desvalorização da moeda, a crise nacional, que se acentuou nos últimos dias, trazendo consequências imprevisíveis. Eu até acho que a morte do Senador Nilo Coelho foi mais provocada pelo stress, em consequência de tudo isso que ele viu no seu Estado de Pernambuco".

Amaro Marinho, ex-Desembargador, maçom, continua afirmando que o período não marcou-se pela prosperidade, "porque eu só vi sofrimento do meu povo e da minha gente". Continuando, disse pedir a Deus que



Amaro: "vi sofrimento"

este final de ano passe com a maior rapidez, para expressar em seguida a expectativa de que o próximo ano venha a ser melhor. Na área política mais propriamente, disse ver a crise se acentuar, com a falta de condição dos Governos em amenizar a situação, com o desemprego galopando, seja no Estado, na Região ou no País.

Classificando a situação como "uma verdadeira angústia", seja da juventude, ou da parte de sofridos chefes de família, o Deputado diz que, todo o quadro que traçou, serviu para inusitar o ano de 1983, apesar da mobilização do Programa de Emergência para os flagelados da seca, "um paliativo", como deixou bem claro, pelas limitações do Programa, que paga uma bolsa mensal de Cr\$ 15 mil 300 aos seus cadastrados, que recebem sempre com atraso.

Rogando a Deus "chuvas no próximo ano", Amaro Marinho vê nessa ocorrência certamente a única maneira de que a crise seja amenizada, "porque, se nós não tivermos um inverno no próximo ano, tenho a impressão de que os nossos rebanhos se exterminarão e muita gente vai



Mônica: foi um fenômeno

morrer de fome e vamos encontrar um problema social terrível: o homem do campo invadindo as cidades, trazendo consequentemente problemas difíceis para os governantes".

Enfatizando a posição dos representantes pedessistas e sua responsabilidade, afirmou que vive a banca de uma luta difícil, angustiante, em função da falta de condições de ajudar aos que o procuram, seja pedindo um emprego, seja tentando solucionar a questão social da seca. E enfatizou: "Eu luto através de todas as formas, todos os meios, lançando mão de todas as fontes que possuo, na qualidade de um maçom devotado, eu faço com que a minha Maçonaria se integre nesta luta de refazimento sócio, político e econômico de nosso Estado".

CONTRAVERSÃO DA ORDEM —

A única mulher na Assembléia Legislativa, mas já uma experiente parlamentar, com vários mandatos, a peemedebista Mônica Dantas colocou como a maior ênfase do ano político de 83, como "um fenômeno". E explica: "Vi da pior forma possível, pois, vimos a contraversão da ordem. Vimos imperar, na última campanha política, o suborno, a traição, os interesses próprios. Quer dizer: todos esses adjetivos, são coisas verdadeiramente contrárias à boa norma de uma política que faz-se pensando no benefício do povo. Acredito até que em outras situações, o resultado eleitoral de 1983 fosse outro. Mas o Governo Federal se empenhou de tal maneira na campanha, aproveitando-se da falta de meios, da pobreza dos nordestinos e para cá lançou muito dinheiro, comprando a consciência desses pobres nordestinos, que se venderam mais por sobrevivência, do que mesmo por interesses políticos".

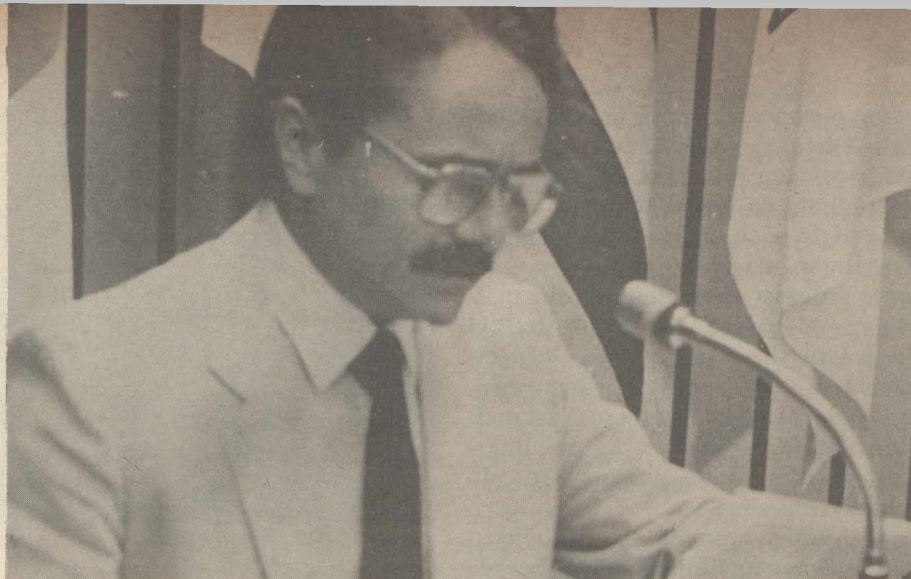
Enfatizando sempre a campanha, que na verdade aconteceu em 82, mas cujos efeitos históricos mais fortes fazem-se sentir agora, a Deputada pelo PMDB afirmou que seu Partido esperava uma mobilização política "mais ou menos regular", comportando-se, a sigla oposicionista, como políticos levando adiante as suas pregações: "Mas não sabíamos do montão de dinheiro que rolava atrás de tudo isso e que veio para o Governo do Estado distribuir a seu bel prazer e comprar todo esse eleitorado". E detalhou:

"Municípios há em que o PMDB teve um voto. Não se compreende uma coisa dessas, não é? Se fora uma

campanha mais racional, em termos mais ou menos iguais, eu acredito, até, que o Governo pudesse ganhar, mas não no descalabro que foi. O que me amedronta, o que assustou, o que me decepcionou, foi justamente o resultado da campanha, porque ficou claramente nítido que essa campanha foi uma campanha comprada”.

O GOVERNO RECUA — Também opinando a respeito, o Deputado Hermano Paiva, do PMDB, viu assim 83: “Este foi um ano pródigo em discussões políticas. A sociedade brasileira avançou nas discussões políticas da maneira mais ampla. Foi, portanto, o primeiro grande passo para uma abertura democrática propriamente dita. Uma abertura democrática menos concedida e mais conquistada. Os trabalhadores brasileiros tiveram a grande oportunidade de realizar um Congresso Nacional, e, neste Congresso, não só apontaram soluções para a crise econômica e política do País, como também exigiram a sua participação na resolução dos nossos problemas, os problemas brasileiros”.

O parlamentar opositor, que cumpre o primeiro mandato, disse acreditar que as oposições se cons-



Hermano: “Pródigo em discussões”

cientizaram de que são uma alternativa de Governo, passando a dialogar com o Governo “de forma mais incisiva e produtiva”. E o Governo, entende o Deputado, reconhecendo que o processo de democratização exige de sua parte uma maior disponibilidade, passou ao exercício de uma atuação menos coercitiva: “E, nessa questão de poder, pressionado pelas oposições, começa a fazer, senão uma auto-crítica, pelo menos a recuar de suas imposições, de seu autoritarismo”.

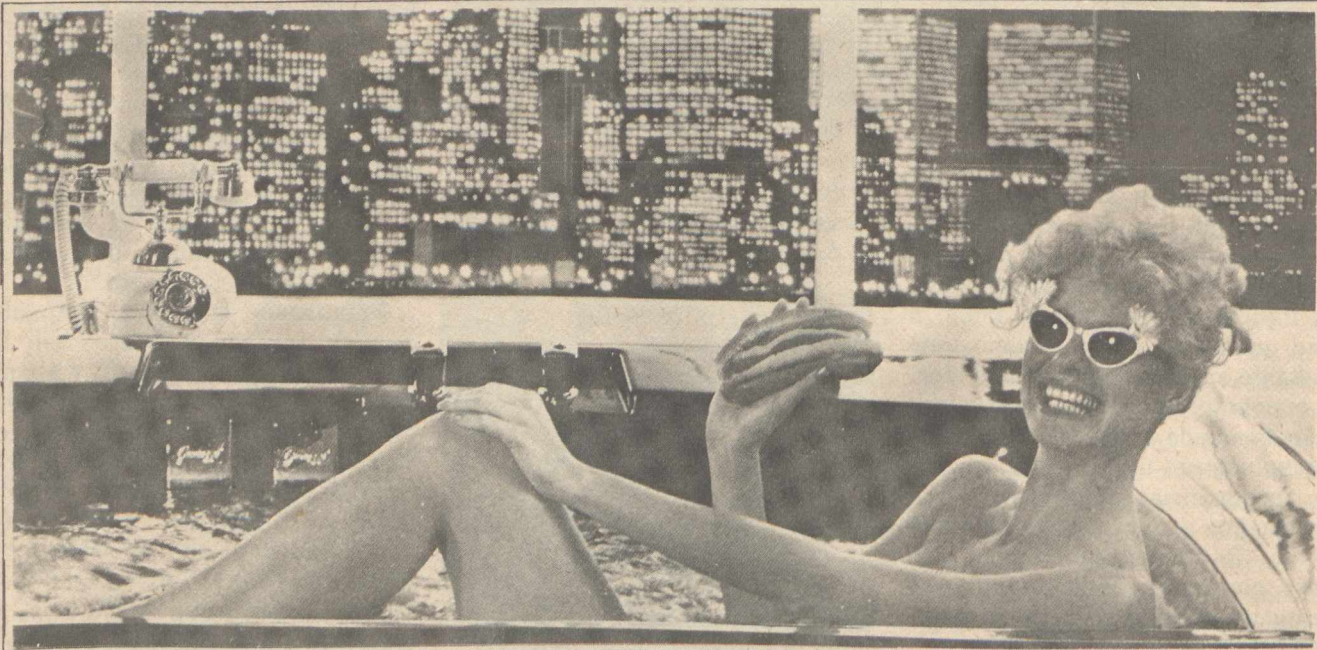
Por isso, continuou, o ano de 83 foi produtivo para a grande maioria dos brasileiros, não só os trabalhadores, mas as classes empresariais, que começaram a ver que a solução do setor não passa “necessariamente pela ajuda do FMI”.

Além disso, citou, as classes médias conscientizam-se da necessidade de engajamento na discussão dos problemas nacionais, o que, insistiu, veio caracterizar o ano que ora termina como “proveitoso para a sociedade brasileira”. □

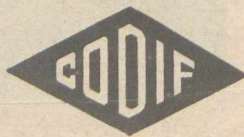
CODIF TEM

Um Departamento Especializado em: piscinas, equipamentos e acessórios, sistemas de iluminação e som subaquático,

produtos químicos p/tratamento d'água, banheiras com sistema de hidroterapia, bombas hidráulicas e sistema de pressão.



Com pessoal tecnicamente capacitado para orientar, dimensionar e construir sua piscina, obedecendo aos mais modernos padrões de qualidade e aos mais atualizados critérios técnicos para seu maior conforto e segurança.



Companhia Distribuidora de Ferragens

Rua Dr. Barata, 190/192 — Ribeira
Fone: 222-3571 — Natal-RN

VENCE A QUALIDADE

Em tempos de crise, qualidade é sinônimo de economia. Qualidade é garantia de uma opção segura.

A expansão dos produtos Vencedor é a certeza do consumidor na qualidade de uma marca que conquistou Natal e Currais Novos e logo estará em Caicó e toda a Região do Seridó.

Café Vencedor, Colorau Coração de Ouro, Creme de Milho PL são alguns dos produtos que se impõem pela qualidade e ganham a preferência do consumidor.

A expansão dessa preferência consolida uma tradição e amplia os horizontes de produtos que conquistam as diversas áreas do Estado. Critério, empenho na qualidade, desejo de servir com o feitio bem potiguar são os lemas dos produtos Vencedor.



VENCEDOR

é café puro

Colorau Coração de Ouro Creme de Milho PL

Rua dos Paianazes, 1490 — Tels.: 223-4400/4401 — Alecrim — Natal-RN.

Leonardo Arruda, um líder sem saudade da paz pública

Cumprindo o seu primeiro mandato parlamentar, responsabilidade que acumula na Assembléia Legislativa com o desempenho da árdua representação de um Governo que enfrenta uma das mais sérias crises que o Estado já suportou, o Deputado Leonardo Arruda, mesmo consciente das dificuldades e limitações que o próprio período impõe à vida pública e administrativa, manifesta a disposição de empenhar-se a fundo para colaborar com o Palácio Potengi, ao mesmo tempo em que não poupa críticas à oposição, a quem chega a apontar comportamentos fisiológicos, lembrando o tempo da chamada «paz pública», no Governo Tarcísio Maia.

A respeito de sua eleição, disse inicialmente que acontecimentos alheios à sua vontade o levaram a disputar o mandato, citando então a morte em acidente automobilístico do ex-Deputado Demócrito de Souza, cunhado do parlamentar, que exercia liderança na Região Oeste do Rio Grande do Norte. Assim, conta, amigos comuns o convocaram a continuar o trabalho de Demócrito, cujas bases eleitorais fixavam-se nos Municípios de Alexandria, Tenente Ananias, Paraná, Pilões e João Dias. Em seguida, garantiu: «Esse compromisso eu acho que está sendo honrado, e creio que, dentro das limitações e das dificuldades do Estado, eu tenho conseguido levar para aquela região algo que poderia ser levado por Demócrito se não fosse vítima da fatalidade».

QUINZE LÍDERES — Além da Região Oeste, disse que tem raízes no Agreste, especialmente em Nova Cruz, ressaltando que a comunidade entendeu o sentido de sua candidatura, recebendo também boa votação em São José de Mipibu e Passa e Fica, e, contrariando expectativas, ressaltou, acabou conseguindo eleger-se Deputado Estadual. Após afirmar intenção de contribuir com a administração estadual, garante que, pelo seu desempenho parlamentar, tem efetivamente se engajado na prática de tal propósito.

Referindo-se ao fato de, ainda em primeiro mandato haver assumido a



A «paz» do tempo de Tarcísio lembrada por Leonardo

liderança do Governo, diz que a escolha foi uma atitude de ordem pessoal do Governador, movido por critérios subjetivos, para então acrescentar que, em uma primeira reunião de bancada, Agripino advertira a todos de que a nomeação de um líder obedecia a uma determinação regimental, esperando porém de todos que tivessem uma atuação como se fossem líderes da bancada.

Assim, afirma Leonardo, assimilou a determinação do Governador «e encaro o fato como sendo apenas um dos 15 líderes do PDS. A bancada tem sido coesa e o desempenho está sendo muito bom. Tanto que, toda matéria encaminhada pelo Governador, tem o interesse não só do Deputado Vivaldo Costa — líder do PDS —, como o meu interesse, con-

tando também com o esforço de todos os deputados do PDS».

Chamado a manifestar-se quanto ao vigoroso e intenso comportamento da bancada oposicionista, que tem despejado uma pesada carga de críticas ao Governo José Agripino, Leonardo Arruda raciocina a respeito citando o exemplo de um deputado paulista, que exercia a vice-liderança do Governo Paulo Maluf. Segundo conta o parlamentar norte-riograndense, o colega do Sul, quando exercia a responsabilidade de defender o Governo, não tinha qualquer espaço na imprensa, nem tinha possibilidade de dar uma maior assistência ao seu eleitorado, já que estava sempre às voltas com problemas próprios da área.

QUER DESCARREGAR — Hoje na oposição, afirma Leonardo, o Deputado Marceliano, esse o nome do parlamentar, tem mais tempo de visitar suas bases, não tem mais a preocupa-

ção em resolver problemas de amigos, já que não mais dispõe de ligações com o Governo, nas mãos do PMDB, limitando-se, a, pela manhã, fazer uma consulta aos jornais, detectar problemas e partir para a sua abordagem da tribuna, com uma boa cobertura da imprensa.

Arrematando sua colocação, afirmou: «Sobre esse ímpeto oposicionista, eu devo dizer que, muitas vezes, eu acho que está sendo feita não uma oposição contestatória, mas uma oposição sistemática. Alguns pontos, que por conta de um certo período, que se chamou aqui de paz pública, nesse período em que não houve oposição, durante todo o Governo Tarcísio Maia e grande parte da administração Lavoisier Maia, eu acho que está havendo, até como fase de com-

pensação, esse ímpeto oposicionista, que está querendo se descarregar todo agora no Governo de José Agripino”.

Citando fatos, disse que, em recente movimento dos professores, que faziam reivindicações trabalhistas, a oposição teve um comportamento de exigência quanto a uma imediata e rápida adoção das medidas pleiteadas, esquecendo, disse Leonardo, o difícil período enfrentado pelo Estado: “Mas essa mesma oposição”, continuou, “há três anos, assinou uma nota de solidariedade ao Governo do Estado, se posicionando contra os professores. Talvez até por um interesse político, por ter sido aquela época o tempo da chamada paz pública”.

ARAUTOS DOS RECLAMOS —

Insistindo no tema, disse que em caso recente, quando das obras da residência oficial, na Via Costeira, foi feita uma dotação orçamentária para a conclusão dos trabalhos, já que a estrutura encontrava-se ameaçada de comprometimento pela maresia e depreciação. “Esse fato”, comentou, “gerou os maiores protestos por parte da oposição”, apesar do Governador haver informado à Assembléia, por seu intermédio, que não tinha qualquer interesse maior na obra, limitando-se a tentar impedir que a obra se transformasse em ruínas. E acrescentou:

“Então, essa mesma oposição, que fez essa carga quando a residência oficial necessitava apenas de acabamento, não manifestou, por alguns dos deputados que se assumiram como os arautos dos reclamos do povo, não se ouviu na época do início da construção, nenhuma palavra de protesto. Então, em tom de blague, poderia ser dito: a oposição do Rio Grande do Norte, com exceção, na época, do Deputado Roberto Furtado, não foi contra a construção da casa do Governador, nem o andamento da obra — foi contra o acabamento da casa”.

Afinal, citando publicação da imprensa, lembrou que recentemente foi cobrada a conclusão da casa, o que, entende Leonardo Arruda, vem apenas confirmar a razão do Governador José Agripino, desejoso de acabar a obra, o que não fez, disse, por falta de recursos. Mais adiante, falando a respeito do empréstimo de 20 milhões de dólares, comentou que quando do pedido inicial para a celebração da dívida, que no seu total é



Lavoisier: pouco criticado

de 60 milhões de dólares, divididos em três parcelas, a mensagem governamental, então ocupando o Palácio Potengi o Governador Lavoisier Maia, obteve aprovação por unanimidade. E hoje, mesmo com as frações do empréstimo obedecendo a um cronograma de liberações, a oposição volta-se contra o tema, advertindo para o endividamento do Estado, diz o deputado.

GIGANTESCA CAMPANHA —

Leonardo passou a criticar diretamente a bancada oposicionista e afirmou que os parlamentares do PMDB estão cobrando do Governo José Agripino a realização de grandes obras, num período de grandes dificuldades para o Estado. E retrucando, disse que durante o mês de novembro teve a oportunidade de participar de solenidade de inauguração de estrada asfaltada, com ponte,

na Região Agreste, para vazão de produção agrícola e pecuária. Em seguida, lembrou o programa de perfuração de poços, para atender à demanda d'água no interior do Rio Grande do Norte, com a escavação de dois poços por dia, existindo hoje mais de 300 em funcionamento, em todas as regiões do Estado.

Citou como uma efetiva realização do Governo, em atividade de caráter emergencial, a distribuição de alimentos aos flagelados da seca. Detalhando, afirmou que, quando da realização da gigantesca campanha do Globo «Nordestinos — o Brasil em busca de soluções», a poderosa rede de TV angariou, em todo o território nacional, pouco mais de duas mil toneladas de alimentos. E completou: “O Governo José Agripino, já trouxe para o Rio Grande do Norte, cerca de seis milhões de quilos, seis mil toneladas de alimentos, que estão sendo repassados a preços bastante subsidiados”.

Acrescentou afinal a preocupação do Governo quanto à questão da falta d'água em Natal, o que deverá ser suprido com o desvio do curso do rio Tabora para o manancial da Lagoa do Jiquí. Encerrando, afirmou: “O Rio Grande do Norte, como confiou na liderança jovem de José Agripino, quando o elegeu Governador do Estado, que o Rio Grande do Norte, através do seu povo, continue a confiar nesse jovem governante, porque ele fará o Governo que todos nós esperamos dele”.

CONJUNTURA

Desemprego na construção civil é cada vez maior

“Os desempregados do setor da indústria de construção civil no Rio Grande do Norte estão passando fome. Muitos deles já estão vendendo seus pertences para suprir as suas necessidades. A situação é de calamidade”. Quem afirma isto é Francisco Silva do Nascimento, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil no Estado. De acordo com seus cálculos, o desemprego no setor já atinge em torno de 30 mil dos 45 mil trabalhadores engajados no ramo de construção no Rio Grande do Norte, caracterizando uma crise global cujo início coincide com os primei-

ros dias de Governo da gestão José Agripino, mas cujo ônus é atribuído por ele à crise conjuntural da economia brasileira.

Para Francisco Nascimento a desativação da indústria da construção civil no Rio Grande do Norte já é uma realidade. Mais de 70 por cento das indústrias desse setor estão paralisadas à falta de trabalho, dentre elas, grandes firmas, como a Enarq, a A. Azevedo, a Souto Engenharia e a Ecocil que, quando em atividade, conseguem ocupar de dois mil ou mais trabalhadores, cada uma. Lembra Francisco Nascimento que o de-

sempre só não é total no setor porque algumas das indústrias de construção estão operando com recursos próprios para sobreviver, principalmente no ramo de edificações urbanas destinadas a moradia. Mas o nível de ocupação de mão-de-obra desses trabalhos não atende a mais do que a 20 ou 30 empregados.

CAUSAS — A principal razão do crescente nível de desemprego na área da construção, segundo Francisco Nascimento, deve-se à paralisação das obras do Governo, representadas pelos programas da Cohab e

De acordo com Francisco Nascimento as perspectivas para o próximo ano também não oferecem razões para otimismo, vez que a conjuntura de crise econômica que atravessa o País não mostra evidências de recuo. E no momento, o quadro se agrava a cada dia, sendo mesmo que muitas firmas, que já haviam reduzido seus contingentes de mão-de-obra, estão partindo para novas medidas de contenção de gastos demitindo, em alguns casos, engenheiros e mestres-de-obras, o que, no seu entender é o sinal mais dramático da crise: “Quando uma firma demite um mes-

segundo diz, porque estão aumentando também os saques do Fundo de Garantia), esse estímulo, por outro lado, está gerando desemprego. Lembra que o pequeno comerciante, que antes investia em seu próprio negócio, já prefere depositar em caderneta, atraído pelos rendimentos altos oferecidos pelo Governo (em torno de 10 por cento ao mês) do que arriscar no mercado: “Na construção civil essa política pode gerar empregos, mas em termos globais ela é recessiva e geradora de mais desemprego”, diz.

Francisco Nascimento reconhece que o Sindicato da categoria pouco ou nada faz diante desse quadro, uma vez que não cabe a ele dar emprego, mas sim assistir a seus associados, dentro de recursos limitados. Observa que a situação é preocupante porque vem aumentando o número de trabalhadores desempregados que procuram a sede do Sindicato em busca de ajuda, sendo assistidos pela entidade apenas com medidas paliativas e assistencialistas, que solucionam apenas problemas imediatos, como na compra de um remédio, no pagamento de uma conta de luz ou água atrasada, etc.



Desempregados nas ruas...

Incoop, atualmente desativados e que, em tempos normais, dão emprego à quase totalidade dos 45 mil trabalhadores do setor no Rio Grande do Norte. Em vista disso, diz, o Sindicato da categoria vem intensificando contatos junto às autoridades estaduais e federais a fim de obter soluções para o problema, mas até o momento tem conseguido apenas promessas de reativação do mercado, sem, no entanto, ver atendidas as reivindicações da categoria.

Mas o desemprego que se abate sobre o setor de construção civil no Rio Grande do Norte não se limita apenas a essa área. Na opinião do representante classista, o problema da falta de ocupação da mão-de-obra se estende muito além, afetando a indústria de apoio da construção civil, como o setor ceramista, de serrarias e atingindo inclusive o comércio, haja vista que todas essas áreas são mobilizadas pela construção civil em tempos normais.



... Francisco: números da construção

tre-de-obras é porque praticamente já não tem mais nenhum empregado”, observa o Presidente do Sindicato da Construção Civil no RN.

POUPANÇA — O estímulo à poupança como vem sendo praticado atualmente pelo Governo, não é visto com bons olhos por Francisco Nascimento. Em sua opinião se, por um lado, serve para aumentar o volume de captação de recursos (fato duvidoso,

SOLUÇÃO — Para Francisco Nascimento só restam duas saídas para a crise da indústria de construção civil no Rio Grande do Norte. A primeira está na dependência do fim da estiagem de cinco anos consecutivos que afeta o Estado, provocando a migração em massa de trabalhadores rurais para os centros urbanos. A volta das chuvas traria, segundo Francisco, a possibilidade de o trabalhador retornar à atividade agrícola em seu próprio lugar de origem, aliviando em grande medida o drama do desemprego no setor da construção civil. Outra saída, a mais óbvia, no seu entender, seria a reativação da construção de obras a partir de uma readaptação dos Programas de Emergência dirigidos pelo Governo, a fim de que fossem construídos açudes, barragens e obras de irrigação, vez que esses Programas de Emergência não têm produzido nenhuma obra concreta, apesar de representar uma fonte de imensos gastos governamentais. Afora essas alternativas, diz Francisco Nascimento, pouco há a se fazer para reverter o quadro de agravamento social na área da indústria de construção civil no Rio Grande do Norte que está caminhando para tensões imprevisíveis a médio prazo. □



Natal é fácil de administrar. Mas fica difícil com poucos recursos

CIDADE

Muitos problemas e poucos recursos, o dilema de Natal

Com uma população que se aproxima dos 500 mil habitantes e uma área em crescente expansão, Natal é uma cidade que toma ares de cidade grande, principalmente se tomarmos como referência os diversos problemas que afligem os que aqui moram. Desde a violência que se torna assustadora, até a falta e precariedade do serviço de transporte, habitação, saúde e desemprego, que têm deixado com fome e ao relento milhares de pessoas.

Segundo o Prefeito de Natal, Marcos César Formiga, que assumiu a Prefeitura há oito meses e desde aí tem enfrentado problemas decorrentes, principalmente, da falta de recursos, "Natal não tem um grande problema". Todos problemas têm igual peso, continua, só que a sua importância difere de bairro para bairro. Ele explica que os problemas são detectados por cada comunidade e que são comunicados ao Prefeito, nas reuniões semanais.

"Eu poderia afirmar que alguns problemas seriam segurança, calçamento, limpeza. Depende de cada bairro e de pessoa para pessoa, de-

pendendo da raiva que ela tem. Todos os problemas são sérios e urgentes".

Diz Marcos César Formiga que a partir dos contatos feitos com a comunidade, é estabelecido um quadro das necessidades e prioridades, em função dos recursos disponíveis e da urgência do problema. Essa seleção é feita tendo em vista os recursos

disponíveis, mas a prioridade quem define é a população, frisa Formiga. Somando os esforços e trabalhos com a comunidade e apoio dos órgãos federais e estaduais, o nível de realizações vai tornando a administração muito dinâmica, argumenta o Prefeito.

RESTRICÇÕES — Não só pelo período de crise que atravessa o País e especialmente o Nordeste, mas pela quantidade de dinheiro que foi gasto no período pré-eleitoral, salta aos olhos a diferença, em termos de realização, da administração Marcos César Formiga para a administração José Agripino. Considerado um dos melhores Prefeitos que a cidade já teve, José Agripino foi privilegiado pelos



Praças: também é preciso dinheiro

recursos disponíveis em época de campanha e agora, quando entramos num período de recessão braba, as comparações seriam inevitáveis, mas Formiga descarta falar sobre o assunto. Ele reconhece que as cobranças da comunidade existem. "Estou num corpo a corpo com ela, mas o jogo tem sido franco e honesto. Não estou esperando que a cobrança da comunidade chegue a mim. Estou indo até lá. A comunidade está consciente da crise, sabe das dificuldades que a Prefeitura tem e o País atravessa".

Embora o assunto esteja bastante gasto, não se pode deixar de se referir a crise, presente em cada momento da vida da população e Marcos César Formiga afirma que o primeiro reflexo da crise é a retração na arrecadação de impostos. Os encargos que o Município tem são permanentes e crescentes, "os recursos federais sofrem restrições de liberação, pela política de combate ao déficit público".

Para amenizar as dificuldades, Formiga diz que tem buscado apoio dos órgãos federais, onde ele possa existir, mas destaca a ajuda da EBTU, que "continua me apoiando" e há perspectivas de apoio do BNH (cita o Projeto Cura II) e Finsocial (para área de educação, emprego e melhorias de sub-habitação). Neste primeiro ano de administração os recursos aplicados deverão totalizar Cr\$ 1 bilhão e meio, enquanto que o quadro previsto para o próximo ano (1984) deverá se apresentar em torno de Cr\$ 10 bilhões.

"Tô lutando por esses recursos, alguns já garantidos, mas as perspectivas são alvissareiras", diz o Prefeito, acrescentando que, de qualquer forma, os recursos orçamentários da Prefeitura poderão apresentar um quadro satisfatório — "seguramente, se não existisse a crise do País a situação seria melhor", completa.

CONTINUIDADE — Apesar dos poucos recursos disponíveis, Formiga adianta que nenhuma obra foi paralisada. No momento a Prefeitura executa vários novos projetos, outros são dados continuidade e outros dependem de recursos. A cidade se ressentiu de cemitérios, drenagem e iluminação pública, dentre tantos outros problemas, incluídos no Projeto Natal e que se pretende cumprir na medida do possível.

Formiga afirma que se tem feito alguma coisa na área de transporte coletivo, esporte amador e educação, que «não parou», frisou ele, lembrando

em seguida que, ao contrário, foi ampliada com o aumento do número de salas-de-aula, convênios firmados com a LBA. "Sempre buscando somar esforços, envolvendo e exigindo a participação da comunidade. Estamos até exigindo mão-de-obra".



Os problemas começam a se tornar complexos

"Nenhuma obra foi paralisada, pelo contrário, algumas que estavam em projeto foram implantadas. A Prefeitura está com mais de 70 obras em andamento".

POUCO POLÍTICO — Criticado por alguns por desenvolver uma administração eminentemente técnica — na polêmica mudança de secre-

conscientes dos problemas", argumenta.

Sem se alongar no assunto, ele conclui dizendo que "críticas a gente recebe sempre. Tenho sorte de ser entendido nesse negócio (ele se refere aqui no relacionamento com as pessoas), de chegar lá e dizer porque não posso fazer. Com franqueza no diálogo". □

FINANÇAS

Estado e município passam apertados com a caixa baixa

O ano de 1983 está prestes a expirar, atravessando sérias dificuldades, com a inflação subindo vertiginosamente, a seca no Nordeste desesperando milhares de pessoas e o desemprego chegando a índices alarmantes e, de quebra, o trabalhador sofrendo sérias restrições com o Decreto 2065. Esse quadro geral tem dificultado também a vida do Estado, segundo depoimento a **RN/ECONÔMICO** dos Secretários da Fazenda, Haroldo Bezerra, e de Finanças do Município, Francisco Rêgo.

Depois que José Agripino Maia assumiu o Governo, a 15 de março últi-

mo, os problemas no Rio Grande do Norte têm sido sucessivos. Além da crise financeira, a crise política. No entanto, o que mais tem preocupado a população do Estado é o cumprimento do Governo com suas obrigações, principalmente no que diz respeito ao pagamento do funcionalismo, segundo boatos insistentes, ameaçado algumas vezes de atraso e que foi salvo através de empréstimo ao BNB (Banco do Nordeste do Brasil).

Segundo Haroldo Bezerra, realmente em agosto passado foi preciso fazer um empréstimo no BNB, mas

frisa que de acordo com a proposta orçamentária do ano em curso, estava prevista uma antecipação de receita no valor de Cr\$ 4 bilhões, porém foi utilizado apenas Cr\$ 1 bilhão. "O custo desse dinheiro é bastante elevado. Tem correção monetária plena, mais 2% ao mês". Até o momento os compromissos do Estado estão em dia, embora bastante apertados. Como exemplo ele cita que a "folha de pessoal no mês de novembro vai ser de Cr\$ 4 bilhões, contra uma folha de Cr\$ 2 bilhões e 804 milhões no mês de outubro".

Esse aperto se deve ao aumento de pessoal e reajuste do salário-mínimo — "aquém de nossas previsões". O Secretário da Fazenda assegura que as contratações, terminantemente proibidas pelo Governador, abre exceção para a Secretaria de Educação que necessita de ampliação do quadro de pessoal, à medida em que são construídas novas escolas.

Conter os gastos é a palavra de ordem do Governador para diminuir ou eliminar o déficit, já bastante volumoso, do orçamento da Secretaria da Fazenda. Os investimentos realizados, segundo Haroldo Bezerra, foram salvos com os recursos de convênios com o Governo Federal. A arrecadação de impostos teve uma retração no crescimento real, vez que não acompanhou o ritmo inflacionário.

A arrecadação é utilizada no pagamento de pessoal, encargos de pes-



préstimo de fora, "apesar do sufoco", diz Francisco Rêgo, Secretário de Finanças. Tem sobrevivido com a própria arrecadação das receitas de transferências normais", frisa ele.

Com uma retenção de 20 por cento, o Município não vem cumprindo integralmente com os cumprimentos de repasses para as secretarias de manutenção, "isso até o mês de julho. Daí para cá essa retenção está



Francisco e Haroldo: situações difíceis

soal, encargos da dívida, repasses do ICM e ITBI (Imposto de Transmissão e Bens Imóveis) e custeio da máquina da administração direta e algumas da administração indireta.

"O Governador tem mantido sob controle a máquina administrativa. Um controle bastante rígido e somente com esse posicionamento foi possível chegarmos até esse mês com os pagamentos em dia".

MUNICÍPIO SOBREVIVE — Também bastante «apertado», o Município conseguiu sobreviver até hoje sem que fosse preciso recorrer a em-

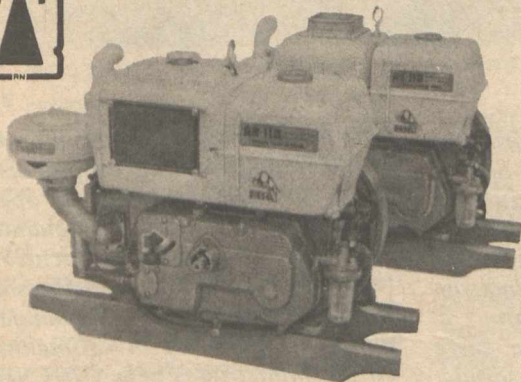
em torno de 40 por cento do que ela teria direito pelo orçamento previsto". O orçamento previsto foi de 7 bilhões e segundo Francisco Rêgo, está sendo realizado.

O problema maior é com as despesas de pessoal, embora a nível de Município também não tenha havido contratações, mas o que pesou foi o aumento do salário-mínimo, situação semelhante a do Estado. Em maio o Governador deu um aumento de 70 por cento, parcelado (40% a partir de 1.º de maio e 30% a partir de 1.º de novembro). Para 83 foi projetada que a folha de pagamento ficaria em torno de Cr\$ 450 milhões a partir de novembro (Cr\$ 350 milhões até maio), mas com o aumento do salário-mínimo esse montante passou para Cr\$ 520 milhões.

"Isso porque os professores ganham com base no salário-mínimo e por força da inflação, os 30 por cento ficam em torno de Cr\$ 64%, que representam em cruzeiros um acréscimo de Cr\$ 70 milhões nas despesas da Prefeitura e para o final do exercício representam mais 200 milhões. Por isso estamos tentando arranjar dinheiro no BNH, mais 300 milhões de cruzeiros".

ANO DIFÍCIL — Para o Secretário de Finanças, este é um dos anos mais difíceis, mas pior será 84, prevê ele. "Cada ano que passa está piorando mais", continua Francisco Rêgo, frisando, no entanto, que a Prefeitura de Natal é a única do Nordeste que vem pagando em dia, com a tabela de pagamento sendo rigorosamente cumprida até esse mês de novembro. □

A CENTRAL/RN ESTÁ COM VOCÊ



MOTOR DIESEL COM 2 ANOS DE GARANTIA!

Na comercialização de insumos agrícolas a CENTRAL/RN tem defensivos, produtos veterinários e ferramentas agrícolas, além de material de irrigação, com total assistência técnica, a partir da elaboração de projetos. E nesta área, ela dá mais a vantagem de dois anos de garantia nos motores TOBATA. A CENTRAL/RN está do seu lado, amigo agricultor.

COOPERATIVA CENTRAL DO RIO GRANDE DO NORTE LTDA.

PRAÇA AUGUSTO SEVERO, 91 — RIBEIRA — FONES: 222-6059 — 222-7008 — TELEX: (084) 2313

RUA DR. LUIZ DUTRA, 329 — FONE: 223-3564 — ALECRIM

NATAL — RIO GRANDE DO NORTE

1983: ANO DE REESTRUTURAÇÃO DA SIC

Logo após tomar posse à frente da Secretaria de Indústria e Comércio, há nove meses, o então Presidente da Emproturn, Jussier Santos, de uma coisa tinha certeza: precisava reestruturar o sistema de Indústria e Comércio do Estado, tornando-o, sobretudo, mais coeso e de operacionalidade mais rápida. Sabia, de antemão, que o ano de 1983 seria, praticamente, dedicado à «arrumação da casa», embora sem prejudicar a operação do sistema, tendo em vista que, em 84, seria necessário contar com um substancial apoio de estrutura, visando a perseguição dos objetivos maiores exigidos pelo setor. E assim foi feito. Entre criação e implantação de projetos, treinamento de recursos humanos e desenvolvimento de estudos «a casa está arrumada». A Secretaria de Indústria e Comércio, ou melhor, o sistema de Indústria e Comércio do Rio Grande do Norte capacitou-se, estruturalmente, para a busca de soluções alternativas da problemática por ele agregado.

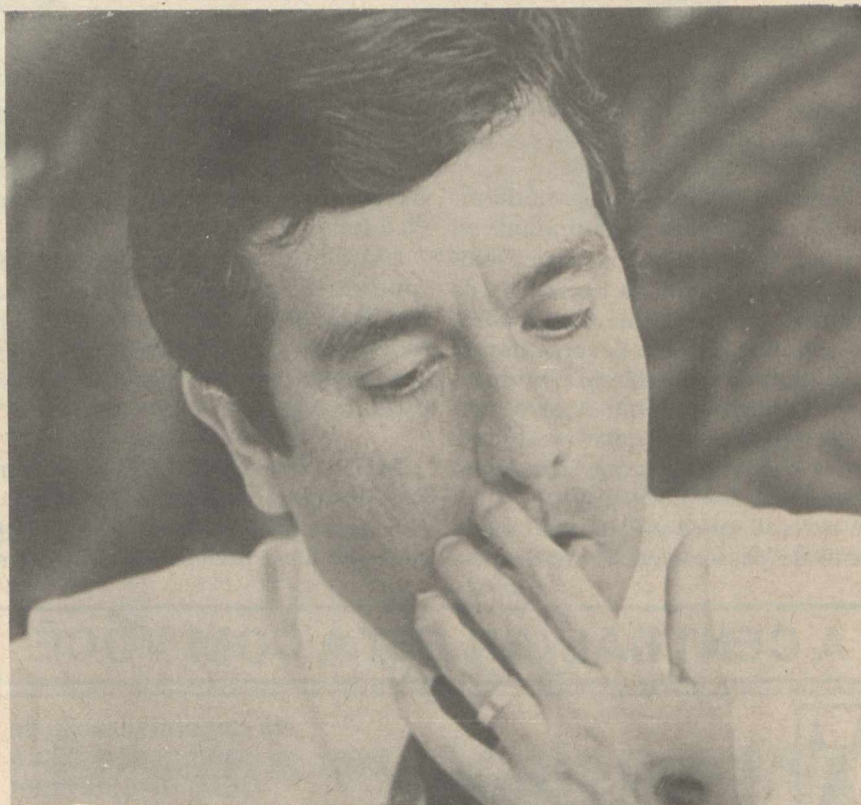
A reestruturação do Condic — Conselho de Desenvolvimento Industrial e Comercial —, objetivando aproximar as classes empresariais com a SIC; a estruturação de planejamento criada por aquela Secretaria, capacitando-a, hoje, a exercer uma programação integrada com as suas vinculadas, são exemplos de trabalhos de organização executados pela Secretaria de Indústria e Comércio, dando um maior cunho de coesão e operacionalidade ao setor.

APROXIMANDO AS CLASSES — Não se entende administrar os segmentos de Indústria e Comércio de um Estado sem a aproximação das classes empresariais, forças vivas do Estado. E, foi justamente pensando nesse sentido que a Secretaria de Indústria e Comércio, SIC, reestruturou o Conselho de Desenvolvimento Industrial e Comercial — CONDIC. O referido Conselho, hoje formado com

equilíbrio de representação, discute, analisa e aponta sugestões para os problemas inerentes à Indústria e ao Comércio norte-riograndense, aproximando, por conseguinte empresários desses setores com a SIC. O sistema cooperativista, nos segmentos da Agroindústria, como o industrial, também é analisado pelo CONDIC.

mo por telefone.

ESTRUTURA DE PLANEJAMENTO — A estrutura de planejamento a nível da SIC, com equivalência a todas suas vinculadas, consubstanciou-se no treinamento de recursos humanos, capacitando a Secretaria a exercer uma programação integrada ao sistema de Indústria e Comércio do Estado. E



Jussier Santos

Considerado um Secretário receptivo ao diálogo, Jussier Santos faz questão de frisar que “durante esses poucos meses de minha administração, a reestruturação do CONDIC, foi uma das principais realizações dessa Secretaria. É uma forma real de coesão entre Secretaria e classes empresariais, já que o CONDIC reúne-se periodicamente para tratar assuntos a elas inerentes”. Acrescentou Jussier que a existência do CONDIC não exclui outras formas de contato com o empresariado, as chamadas maneiras informais, até mes-

tudo foi realizado com base no primeiro Plano Diretor do próprio sistema, dando maior cunho de operacionalidade tanto à SIC, quanto às outras a ela ligadas. Os técnicos responsáveis por esse trabalho são treinados nas áreas de planejamento e análise de investimento, cursos ministrados pela SUDENE, no Recife, em Aracaju, e também em Natal, por intermédio das Secretarias de Administração e Planejamento.

A iminente necessidade de se ter uma estrutura de planejamento ágil e capaz fez com que a SIC não

medisse esforços na formação de mão-de-obra especializada. Só esse ano foram treinados — e estão trabalhando — dez técnicos. “Podemos, doravante, programar, integradamente, nossos projetos, com uma estrutura, realmente, funcional”, aduziu o Secretário Jussier Santos. Afirmando ainda que essa estrutura está capacitada a orientar o sistema de Indústria e Comércio na elaboração de propostas de projetos para serem negociadas junto aos órgãos regionais e federais.

Do mesmo modo que o CONDIC fora reestruturado com a finalidade de integrar classes empresariais, a Secretaria de Indústria e Comércio criou e implantou também o CONETUR — Conselho Estadual de Turismo, formado pelas forças vivas do turismo estadual, objetivando o desenvolvimento do setor. Desta maneira, o Rio Grande do Norte passa a ter representatividade junto à Empresa Brasileira de Turismo, EMBRATUR.

A vivência que o Secretário Jussier Santos teve à frente da EMPROTUR, Empresa de Promoção do Turismo do Rio Grande do Norte, durante anos seguidos, lhe fez um homem consciente da importância econômica do turismo “essa indústria sem chaminé”. Então, teve a idéia de criar o CONETUR, reunindo todos os agentes do sistema de turismo do RN, com vistas a incrementar a atividade. O Conselho de Turismo define política, implementa operacionalização e preenche uma lacuna existente.

OUVINDO EMPRESÁRIOS — A recessão que atinge, particularmente, à indústria nacional, diariamente é matéria de primeira página da grande imprensa. E, no Rio Grande do Norte, considerando as proporções, as coisas não são outras. A Secretaria de Indústria e Comércio, com vistas a esses fatos, elaborou um programa de apoio ao desenvolvimento industrial do Estado para incrementar a produção do setor. O mencionado programa, intitulado PROAD, visa injetar incentivos financeiros à atividade, como forma de superar os efeitos da crise que se abate sobre o segmento industrial. O PROAD, afirmou o Secre-

tário Jussier Santos, está sendo analisado pelos órgãos de representatividade empresarial e o Governador José Agripino deseja ouvir a classe empresarial para, só a partir daí, formando Conselho, remeter mensagem à Assembléia Legislativa, esperando, assim, a aprovação daquela Casa. Chegará, então, a hora de operacionalizar o trabalho.

Mesmo dizendo que “o momento nacional é difícil e que a hora é de agregação de esforços para a busca de soluções”, Jussier Santos acha que as nossas indústrias, ainda poderão sair desse impasse, se reerguerem. É preciso criatividade e coordenação por parte do empresário. E, quanto ao apoio oficial, sem dúvida, virá. “Não vir em números vultosos, mas alguma coisa de bom acontecerá em favor da indústria potiguar e prá isso o Governador José Agripino vem trabalhando”, arrematou.

APOIO À MICRO-EMPRESA — O Estado desenvolve ação de apoio à micro-empresa potiguar, através da Secretaria de Indústria e Comércio. Cabe ao CEAG, Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa, à Companhia de Desenvolvimento Industrial, à Secretaria de Bem-Estar Social, à Secretaria da Agricultura, ao BDRN e ao BANDERN a execução das atividades setoriais.

O programa de apoio à micro-empresa desenvolvido e coordenado pela SIC, consiste no apoio financeiro e gerencial técnico a essas pequenas firmas, ordenando-lhes ações para o melhor rendimento de sua produção.

POLÍTICA PARA O COMÉRCIO — Há bem pouco tempo, Natal foi palco de um Encontro, de nível nacional, que tratou sobre a problemática comercial do Nordeste, com a finalidade de se achar medidas que levem à solução do problema. Participaram representantes de todas as Secretarias de Indústria e Comércio do Nordeste, como também classes empresariais, além de enviados do Ministério da Indústria e Comércio. Em decorrência do Encontro, foram apresentadas ao Governador José Agripino sugestões, com vistas à implantação de uma nova política

governamental à atividade comercial do Estado. O Secretário de Indústria e Comércio afirmou que “estamos estudando essas sugestões. E, no próximo ano deverão os estudos estarem concluídos, podendo-se, daí, se repensar uma nova política em favor do comércio norte-riograndense”.

AS COMPRAS DO GOVERNO

O Ministério da Indústria e Comércio, MIC, lançou um programa objetivando que os Estados brasileiros consumam o que produzam. E, em termos de Rio Grande do Norte, a Secretaria de Indústria e Comércio procede num levantamento para detectar os bens de consumo oficial. Isto é, saber o que os órgãos públicos compram, geralmente lá fora. Feito o levantamento “vamos nos adequar à adaptação técnica do produto”, disse o Secretário Jussier.

Parece mentira. O ano passado só o Governo do Estado do Rio Grande do Norte comprou, em bens de consumo, Cr\$ 2 bilhões e meio. E 70% dessas compras foram realizadas em outras praças. “Chegou a hora, portanto, de adequar às especificações técnicas dos produtos às exigências das licitações, podendo-se assim concorrer em pé de igualdade com os fornecedores de fora”, é este o conselho do Secretário de Indústria e Comércio.

A consolidação de credibilidade junto a órgãos regionais e federais, como também a grupos empresariais, contratando compromissos que possam, efetivamente, serem cumpridos, é outro assunto que merece destaque por parte da SIC. Se não fosse isso, por exemplo, a SUDENE dificilmente alocaria recursos para o nosso Estado. Se não fosse isso, em hipótese alguma renomados grupos nacionais se interessavam para investir no Rio Grande do Norte, como é o caso do Pólo Metalúrgico. Se não fosse a credibilidade conquistada, a FINEP não se disporia a financiar uma usina de sulfatos, num valor aproximado de 2 milhões de dólares. A «casa está arrumada». Se não fosse isso a SIC não viria num crescendo de confiança perante o MIC. A «casa está arrumada». Vamos esperar o desempenho previsto para 1984.



A UFRN também sente a crise

UNIVERSIDADE

Genivaldo vê crise no país afetando potencial da UFRN

Os tempos mudaram e, para alguns, fecharam na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Falou-se em processo de «desdiogenização», ou seja, apagar a marca deixada pelo ex-Reitor Diógenes da Cunha Lima, fazendo da UFRN uma verdadeira dependência do Palácio Potengi — alusão à ligação do atual Reitor Genivaldo Barros ao Governo do Estado e respectiva influência. Para o Reitor, que ri ante a pronúncia do recém-criado termo «desdiogenizar», o que existe é uma crise nacional que, conseqüentemente, tem atingido profundamente a Universidade e, portanto, limitado suas atividades.

“Não há nada de desdiogenizar. Diógenes foi Reitor, deixou de ser. Agora eu sou. O neologismo não me preocupa porque inexistente. Sempre me identifiquei com Diógenes. A convivência sempre foi muito próxima. Fui assessor direto dele durante muito tempo”. Com esse comentário, Genivaldo deu por encerrado o assunto que deu matéria de página inteira numa das edições do jornal O Poti, no mês de setembro passado que, dentre outros aspectos, legou a Diógenes da Cunha Lima a responsabilidade pela inclusão de Genivaldo na lista sêxtupla para indicação de Reitor da UFRN.

CRISE — Nesses primeiros meses que Genivaldo Barros está à frente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte não houve grandes atritos entre professores, alunos e Reitor, exceção feita ao caso da nomeação ilegal da Diretora do Centro de Ciên-



Campus: dias difíceis

cias Humanas, Letras e Artes, Maria das Graças Viveiros e contratação de outros tantos professores, também de forma ilegal, além do protesto dos alunos do Curso de Zootecnia, em Currais Novos, insatisfeitos com a to-

tal falta de condições de estudo e ensino naquele Campus Avançado.

Para Genivaldo, que se diz uma pessoa aberta ao diálogo e que tem mantido bom relacionamento com professores, alunos e funcionários, a comunidade universitária está entendendo a difícil fase, que também tem atravessado toda comunidade brasileira. Ele diz ainda que os problemas que existiram foram com os cursos do interior, onde há uma maior dificuldade, “mas espero que melhore a situação, para melhorar a estrutura dos cursos do interior”.

Fazendo um balanço do que tem enfrentado, Genivaldo afirma que “as maiores dificuldades de qualquer administrador de qualquer Universidade encontradas no momento são as de ordem financeira, em função da situação difícil que o Brasil atravessa. Isso repercute sobre todos os segmentos da Universidade”. Isso, continua ele, não constitui motivo de desânimo e “essa situação difícil enseja uma adaptação à crise que o Brasil atravessa”.

Embora as reclamações surjam de todos os setores — não há material de limpeza suficiente, fala-se em suspensão de pagamento do funcionalismo —, o Reitor afirma que a Universidade não parou nenhuma de suas atividades e nem pretende parar. “Apenas será mais cautelosa nos seus empreendimentos”, frisou. Ele garante que o pagamento de pessoal está resolvido e que a grande preocupação é com as verbas de manutenção, que estão bastante diminuídas.

“Logo que assumi, determinei o levantamento das nossas necessidades até o fim do ano e infelizmente esse quantitativo não foi assegurado. Tenho recebido alguns desembolsos financeiros bastante aquém do que havíamos pedido. Isso nos obriga a fazer uma administração muito comedida e com restrições de despesas”.

Com exceção do Restaurante Universitário e dos hospitais, a UFRN está restringindo os gastos com aquisição de equipamentos, obras, viagens e conseqüentes diárias, combustível, festividades e coisas consideradas supérfluas. Genivaldo Barros afirma que tem pregado a economia de uma maneira geral, ou seja, com energia, telefone e material. Das obras paralisadas por falta de verba, ele citou as salas-de-aula que estavam em construção no Campus de Nova Cruz e o setor de vestiário de Educação Física.

“Momentos difíceis sempre têm e eu tenho enfrentado com calma e

entendendo que o Brasil atravessa momentos difíceis, que nós temos de atravessar também”.

PRIORIDADES — Apesar dos tempos difíceis, o Reitor afirma que ficará satisfeito se conseguir dar um melhor destaque aos Cursos de Graduação, principalmente no interior do Estado, eleita uma das metas principais de sua administração, embora haja outras metas a alcançar com vistas à pesquisa, pós-graduação e extensão. A prioridade para os Cursos de Graduação, continuou, “além de eu entender assim, foi uma das sugestões incluídas num documento básico elaborado por uma equipe de professores da UFRN” e entregue a Genivaldo logo após ter assumido a função de Reitor.

A equipe, auto-constituída, foi composta por professores, diretores de Centro e Pró-Reitores da administração de Diógenes da Cunha Lima, e se propôs a levar subsídios para o novo Reitor. No documento estavam contidas sugestões referentes à graduação (24 tópicos), pós-graduação e pesquisa (7 tópicos), extensão (7 tó-

pícos), administração (11 tópicos) e assistência estudantil (14 tópicos).

Dentre as propostas para graduação, destacam-se o fortalecimento do Departamento, com eleições diretas e descentralização orçamentária; fortalecimento dos coordenadores de cursos; estímulo à produção científica e regularização dos cursos e currículos, cargas horárias, habilitação e pessoal docente contratado.

CONTINUIDADE — De uma forma geral, Genivaldo deixa claro que “a administração é sempre uma sequência da anterior” e ele acha possível que, pelas dificuldades financeiras, alguma coisa da administração de Diógenes não tenha continuidade agora, mas garante que na medida do possível as atividades que porventura estejam paralisadas serão retomadas.

“Apenas devem ser feitos os naturais ajustes. Uma administração deve sempre analisar a atuação anterior e naturalmente fazer os ajustes que se fazem necessários. Atualmente estou diminuindo o ritmo por falta de recursos”, justificou. □

AGRICULTURA

O campo não tem como dar empregos

O processo de produção agrícola no Estado do Rio Grande do Norte está em colapso total e, como consequência, toda mão-de-obra está desempregada, com raríssimas exceções. A informação foi prestada pelo Presidente da Emater-RN, José Mariano Nobre, que argumenta ainda: “Como a atividade agrícola é excessivamente dependente d’água e estamos num período de grande falta d’água, daí o desemprego”.

A Emater, prossegue ele, é um órgão que vem sendo afetado diretamente a partir do momento em que a atividade agrícola não tem condições de sobrevivência com essa demorada estiagem. “Mas por outro lado não

Um estilo que se destaca porque não tem estilo

O estilo do Reitor Genivaldo Barros tem se destacado por não ter nada a destacar. Seu modo de administrar, pelo menos nesses primeiros meses, é bastante diferente dos seus predecessores — Diógenes da Cunha Lima, Domingos Gomes de Lima e Genário Fonseca. Antes de Genivaldo, os Reitores imprimiam uma marca muito pessoal ao seu trabalho. Ainda hoje se fala muito na comunidade universitária sobre o desejo de cada um desses Reitores de deixar obras duradouras marcando a sua passagem. Genário, por exemplo, pegou a Universidade numa fase de complementação de obras e foi o último Reitor a ocupar a antiga Reitoria na Avenida Hermes da Fonseca, onde hoje funciona a sede do III Distrito Naval. Domingos Gomes de Lima foi o que se chama de Reitor-Executivo, técnico, preocupado com a formação de quadros e de novos cursos — in-

clusivo os profissionalizantes de curta duração. Diógenes procurou expandir a Universidade para a sociedade em geral, numa ânsia de integração e de novos objetivos para a produção cultural que, as vezes, se confundia com autoritarismo.



DELEGAÇÃO DE PODERES — Os jornalistas que fazem cobertura dos assuntos universitários têm se mostrado surpresos com a habi-

lidade de Genivaldo para lidar com estudantes e professores, especialmente a Adurn. Célia Freire, do jornal Tribuna do Norte, há quase três anos no setor universitário, é de opinião que o segredo de Genivaldo tem sido a maneira como ele delega poderes aos chefes de Departamentos e Pró-Reitores. Isso não acontecia com Diógenes, cuja prática era a de estar à frente de todas as questões. Isso o colocava muito no foco dos acontecimentos e, naturalmente, fazia experimentar certas consequências desagradáveis. A fama de «autoritário», para Célia, nasceu daí. Já Genivaldo Barros deixa os integrantes da sua equipe mais à vontade para falar e resolver muitos assuntos. Isso o tira do foco de certos acontecimentos e, naturalmente, evita também desgastes, pois estudantes e professores passam a identificar melhor de onde partem os problemas. Talvez por isso os primeiros meses do novo Reitor não tenham sido tão ásprios como se esperava, pois ele era tido como uma pessoa sem a menor afinidade com a comunidade universitária.

poderíamos desativar a mão-de-obra qualificada (aproximadamente 500 técnicos), que está distribuída entre os noventa e cinco municípios atendidos pela Emater. A prestação de serviço diminui, porque não está havendo produção”.

Apesar de não saber responder sobre as dificuldades enfrentadas pela Emater nos últimos anos — “porque eu fui indicado para esse lugar em março desse ano”, desculpou-se — Mariano Nobre diz que pegou um ano muito difícil e a cada dia que passa fica mais difícil ainda se administrar nessas condições. Mesmo assim, ele acredita que, com a normalização do inverno e o interesse do Governo em resolver o problema (Mariano adiantou que a prioridade do Governo José Agripino é terra, água e crédito), esse problema de seca e consequente crise no Rio Grande do Norte será resolvido. Embora nada de concreto esteja sendo feito neste sentido, o Presidente da Emater diz, frisando ser uma opinião pessoal, que o Governador ainda está arrumando casa.

Embora o País esteja atravessando um grave período de crise e o Nordeste esteja prestes a completar seis



Desemprego no campo

anos consecutivos de seca, a Emater-RN, órgão vinculado à Secretaria da Agricultura e cujo objetivo é dar assistência técnica ao agricultor, do ponto de vista orçamentário e financeiro, vai muito bem, mas em compensação a falta de chuva impossibilita o trabalho que se é feito na zona rural. Ele reconhece que o órgão tem passado por grandes momentos de crise, principalmente este ano, mas tudo está normalizado, “o Governo está acompanhando os problemas da

empresa, conseguiu recursos junto ao Governo Federal, para que este ano de 83 não precisasse desativar”.

EMERGÊNCIA — O Programa de Emergência, que hoje reúne mais de duzentos mil trabalhadores rurais atingidos pela longa estiagem, somente no Rio Grande do Norte, até o ano passado era coordenado pela Emater, porém este ano a responsabilidade está dividida e, além da Sudene e Emater (esta entra apenas com 70 técnicos e os veículos necessários), trabalha também o Exército.

O trabalho da Emater na Emergência, este ano, está um pouco diferente, conforme confessou Mariano Nobre. Ele explicou que os técnicos ajudam os trabalhadores a descobrirem pontos de água para construção de poços e açudes e não se preocupa com a assistência agrícola, diante da quase total falta de produção no Estado. O Presidente da Emater aproveita para destacar o trabalho da Emergência, na medida em que a grande massa de desempregados, quase 200 mil entre pequenos proprietários e trabalhadores rurais — está agora ocupada. □

Emergência emplacará ano

A Emergência vai dobrar 83 e entrar por 84. Só no Rio Grande do Norte ela já consumiu mais de 35 bilhões de cruzeiros. Segundo muitos especialistas em Nordeste, só com o dinheiro gasto com esse Plano, em toda a Região, nos últimos quatro anos, teria sido possível construir obras de infra-estrutura com o alcance suficiente para solucionar a questão de uma vez por todas. Pode ser. Mas sobre o que não existe dúvida é com o fato de todo esse dinheiro ter sido gasto em vão. O em «vão» aí vai no sentido de, após os gastos, nada ter ficado de substancial, além de ter servido para enganar a fome por algum tempo de milhares de pessoas. «Esmola», é como mais frequentemente tem sido chamado o dinheiro da Emergência. Para outros, ele teria efeito semelhante aos das esmolas: vicia. Muitos proprietários de terras têm reclamado das distorções provocadas pelo dinheiro da Emergência:

“Ninguém quer mais traba-



lhar” — é o que se ouve com mais frequência.

O QUE FICARÁ — Mas, com os efeitos que possa ter, ainda não foi encontrado outro instrumento suficientemente eficaz para substituir a Emergência. Milhares de famintos dos sertões secos ficam apavorados só em pensar em perdê-la. Até agora a Sudene pensou noutra providência para substituir a Emergência. Ninguém que faz críticas a esse Plano pôde idealizar qualquer coisa para substituí-lo. Há muitas opiniões, mas todas vagas e inconsistentes. Ao que parece, a Emergência vai continuar até enquanto persistir a seca. E, segundo a tendência, é até possível que, como prevêem alguns técnicos, quando as chuvas voltarem e os campos se tornarem verdes outra vez, talvez não seja fácil desativar a Emergência. Tantos se acostumaram a receber o dinheiro uma vez por mês por tantos meses que dificilmente vão se acostumar com outro tipo de remuneração, nascida exclusivamente do fruto do seu trabalho e das duras leis de mercado.

Honra ao mérito

RAIMUNDO SOARES

Este número de RN/ECONÔMICO assinala o transcurso do 14.^o aniversário de fundação da revista. Pela posição conquistada com méritos no cenário cultural do Nordeste, e, particularmente, em nosso Estado, merece que nos detenhamos nas origens e itinerário de um veículo de opinião que hoje desfruta do respeito da comunidade e se constitui, pela seriedade de sua orientação editorial, numa fonte de pesquisa valiosa para quem se interessa pelo conhecimento da realidade social, política e econômica norte-rio-grandense contemporânea a seus arquivos.

Sob este aspecto, destaca-se o prestígio moral e intelectual da revista que guarda a característica pessoal de seu criador, Marcelo Fernandes e da equipe que o ajuda. Sente-se a preocupação de preservar, na linha de atuação, a isenção, a independência, a repulsa a questões menores ou mesquinhas, e manter a publicação num plano elevado, ligada exclusivamente aos interesses do Estado, objetivando a construção de uma comunidade estruturada em outros padrões diferentes da imagem negativa que nosso radicalismo erigiu imprudentemente perante toda a Nação.

Sem pretendê-lo, a revista vai-se tornando num centro de aglutinação e acumulação de forças, onde desaguam aspirações de muitos que reclamam uma mudança de comportamento e de costumes, fora da ebulição de paixões e desvarios, cujas sequelas aumentam nossas dificuldades e perturbam nossa travessia. Neste sentido, duas circunstâncias devem ser realçadas. Em primeiro lugar, o rígido controle do debate que se assegura restrito ao plano das idéias, sem discriminação de cor religiosa ou política, e, em segundo, o estabelecimento de um gabinete de estudo, na medida em que foram convocados elementos de primeira grandeza para sua equipe de colaboradores, com exceção de meu nome, os quais vêm garantindo os objetivos de se constituir a revista, dia-a-dia, registro definitivo e permanente de fatos históricos, preferindo-se a seriedade à sensação, as idéias à personalidade, a sinceridade à mentira, a verdade ao erro, a independência à sabujice.

Sem dúvida foi este o sopro de criação da revista. Marcelo Fernandes não se afeiçoou à atividade partidária, a qual muito haveria de enriquecer com seu talento e experiência, talvez por sua condição de ex-ator enfatiado não com o papel que lhe distribuíssem, mas com o próprio teatro onde se desenrolam cenas

que repugnam. Impunha-se-lhe, porém, o dever de participar e ele procurou e achou nesta iniciativa o espaço para essa participação. Seu mérito todavia não foi ter fundado mais uma revista, mas a RN/ECONÔMICO como ela se apresenta: um eficiente e duradouro instrumento de cultura a serviço das causas que o inspiraram, para projeção moral, política e intelectual da sociedade.

Ao fazer, certa vez, o elogio de Rodolfo Dantas, fundador do «Jornal do Brasil», e traçando um paralelo entre ele e seu pai, Nabuco aludiu aos espíritos, como foram Thiers e Gladstone, que, quanto mais envelhecem, mais confiança adquirem no futuro e menos receio têm do desequilíbrio social gerado por grandes e profundas concessões ao espírito de novidade. Por isto, aliam-se sem constrangimento aos elementos transformadores de todos os matizes, na convicção de que os revolucionários ficarão sendo somente transformistas, desde que o futuro reduzirá sempre a revolução a mera reforma.

Podem ser um ideal utópico, se considerarmos irreversível a inclinação da sociedade para sua auto-destruição, na medida em que se invetera no desrespeito aos valores éticos e religiosos de suas nascentes. Todavia o ideal será sempre o componente essencial da vontade humana nos seus propósitos de perfeição. O contrário é a omissão ou indiferença, mais funestas do que a sandice de se atirar contra moinhos de vento.

Ninguém ignora a importância da imprensa como poderoso instrumento de afirmação comunitária, mas pode desfigurar-se em fator de desagregação. Tudo depende da missão a que se proponha e do processo que utilize, com base na fidelidade da informação. Com esses ingredientes, fabrica-se uma opinião pública saudável responsável pela mecânica da democracia, cujos frutos são as autênticas lideranças populares.

Não sei se a revista alcançará estas metas de certo ambiciosas, mas situadas no desejo sincero de ser útil ao Estado. Pelo menos não mude de rumo, para que sua voz continue com a autoridade que todos lhe reconhecemos e possam alguns espíritos abnegados, através dela, dar a exata dimensão histórica da província, às vezes tão mal posta pela irresponsabilidade e pelo delírio.

Mais um ano tumultuado e com problemas para todos

Foi um ano totalmente tumultuado para todas as empresas comerciais de um modo geral. Assim o sr. Zildamir Soares, de A Sertaneja, definiu 83. Ele não acredita que algum comerciante tenha se saído bem esse ano, ou seja, tenha superado a inflação em termos de venda. Mas o mais atingido foi o comércio de eletrodoméstico. Não que o eletrodoméstico seja propriamente supérfluo, porém se pode adiar a compra de um refrigerador, um televisor, enquanto os demais, por exemplo, não se pode deixar de usar as roupas necessárias, como também a alimentação. A alimentação é essencial, não se pode deixar de comprar. Quando muito, se pode diminuir ou trocar por um alimento mais barato. Mas mesmo assim houve baixa.

Se não houve falências, talvez seja até pela própria fragilidade do comércio de Natal. Na realidade as empresas no caso não são grandes assim. São empresas de médio e pequeno porte. Talvez até também pela seriedade com que o comércio de Natal en-

cara as coisas. Não existe aqui empresas que crescem em cima de crises. São empresas sérias que procuram crescer comercializando. Já em outras partes existem empresas fantasmas que crescem em cima de crises. E aqui não existe isso, as empresas locais primam pela seriedade.

CRIATIVIDADE — Zildamir acha que para amenizar a crise, em primeiro lugar, é preciso mais criatividade e capacidade de trabalho. Com isso não teria condições de superar a crise, mas pelo menos de estabilizar. Ele acha que o importante para as empresas esse ano não seria superar



a crise, mas sair dela ilesas. Porque dentro das formas encontradas para subsistir, uma delas foi diminuir os custos de um modo geral. E não permitir que as empresas cresçam dentro da situação atual. Essa foi uma das maneiras encontradas para não embarcar tanto na crise. Dentro do seu ponto de vista, a crise existe realmente mas o fator psicológico, às vezes, é maior que a crise real, que vem em cadeia, de uma série de dificuldades. No entanto, na hora em que um empresário consciente, com responsabilidade, parte para a criatividade e violentamente para combatê-la, pelo menos em termos psicológicos, ele tem mais condições de dribrá-la.

Zildamir não vê com bons olhos o princípio do ano que vem. Entretanto, apesar das falhas do Decreto-Lei 2065, ele acredita que a tendência é haver uma queda da inflação, mesmo com a recessão que vai haver no início do ano, como consequência. Mas acha que pouco a pouco, a situação será superada e daí o comércio irá partir para uma realização plena.

Com o aumento do combustível, com o Decreto 2065, Zildamir acredita que isso vá influir negativamente na comercialização. Mesmo assim, em termos proporcionais aos meses anteriores o comércio terá condições de se sair melhor nesse final de ano. □

Já no final um problema

a mais para completar

O último pesadelo do comércio de Natal é o aumento da alíquota do ICM. Aliás, esse aumento vem assustando empresários de todos os níveis. O ano de 1983 foi pródigo em surpresas, em inquietações para o comércio e o empresariado em geral. Justamente quando chega a época em que voltam as esperanças de boas vendas, há essa notícia para contrabalançar. Como de resto as más notícias não deixaram de chuvejar na horta do empresariado do comércio nestes tempos de seca. A redução do poder de compra da classe média, a ameaça de mais arrocho de crédito para o

próximo ano, a continuidade da seca e o receio do consumidor em geral de comprar em função dos tempos incertos que estão para vir são fantasmas eternamente presentes.

Com todo esse sufoco, o comércio lojista de Natal acaba o ano alimentando um sonho: ser a sede da Convenção Nacional Lojista em setembro de 1985.

UM SONHO BOM ENTRE PESADELOS — É, como raciona o Presidente do Clube de Diretores Lojistas de Natal, Antônio Gentil, um sonho bom entre tantos pesa-

delos. Gentil está empenhado em armar uma estratégia eficiente que possa convencer a maioria dos lojistas do País da viabilidade de Natal ser a sede da Convenção Lojista. Trunfos eles acham que tem. Hotéis, local para convenções, uma cidade basicamente lojista, um povo acolhedor e o apoio do Governo. Tem, até, um convincente argumento adicional: o vice-Governador do Estado, Radir Pereira, é lojista. Seria para compensar os anos ruins que o comércio da cidade vem tendo. Gentil não deixa de contar nos dedos as vantagens que acredita ser possíveis com um evento deste tipo. Sabe, contudo, que não será um trabalho fácil. Terá de se esforçar bastante e realizar um esforço satisfatório de convencimento, de modo a criar opinião favorável entre os lojistas de todo o País. E isso ele está fazendo.

**Comemore
Natal
o ano inteiro.**



NOSSA CIDADE

NATAL



Genipabu, a simpática praia do litoral norte

VERÃO

Tradição natalense que não se abala com tempos difíceis

Se tem uma instituição que não fica abalada em Natal com as crises econômicas e as secas é a das férias. Há, no natalense, um sentido de reverência muito especial com as férias e o período mais agudo do verão. É certo que existe a lenda de «o verão o ano todo», como o slogan preferido da cidade, adendo inseparável do termo «Cidade Sol». Mas, na verdade, o legítimo verão natalense se inicia no fim do ano, com as férias de janeiro e fevereiro. Há como que uma sintonia de propósitos nessa ocasião. Parece que a maior parte da cidade ajusta sua vida para que possa extrair, durante esse período, o máximo dos dias de sol mais quente, o pique do calor. Curiosamente, é sempre nesse período que também se define, para o Estado, se vai haver inverno regular ou não. Pois são algumas chuvas caídas em fins de dezembro e meados de janeiro que evidenciam o nível pluviométrico da temporada. Para quem está lembrado, no ano passado pratica-

mente não houve esse recado do tempo, em termos de inverno. Por isso mesmo, no ano passado, justamente o do pique da seca, foi um dos mais quentes dos últimos tempos, com toda a faixa de orla pegando uma alta intensidade de sol no fim e princípio do ano, praticamente quase sem chover. Bom para alguns. Sobretudo, bom para os que se mandam para as praias do litoral norte, as mais belas e preguiçosas, como Barra de Maxaranguape, a cálida Muriú, Genipabu, entre outras.

MAIS UM VERÃO — Não é só Natal que tem despertado, nos últimos anos, para faturar o seu verão. O Nordeste todo de repente despertou para uma irônica realidade: se, como vem ocorrendo há séculos, tem sofrido tantos castigos por causa da maneira como recebe o sol o ano todo, com prejuízos para sua agricultura, por que não transformar esse fenômeno do tempo numa atração turística?

Idéia simples e lógica, quando, em outras partes, o tempo é mais caprichoso e, quem vive nas regiões mais frias — onde, por outra ironia, há mais condições econômicas — procura sempre o sol. No Nordeste, é verão todo o ano. Este slogan já vem se vulgarizando na Região. Pelo menos a Paraíba, Pernambuco e Alagoas o vêm usando com insistência para atrair turistas. As chamadas do turismo oficial da Paraíba, de algum tempo para cá, vêm, inclusive, procurando se apropriar de um slogan típico de Natal, aquele tão conhecido «Cidade Sol». Não há, é evidente, exclusividade, nem o título é registrado. A Embratur em alguns folhetos o tem usado, de forma mais abrangente, para todo o Nordeste, dizendo que nessa Região o verão tem 365 dias.

COMO PODERÁ SER — Como poderá ser o verão da crise?

Segundo **RN/ECONÔMICO** pôde apurar, sondando os veraneáveis tradicionais, um verão como todos os outros. Pode ser, claro, que sejam levadas algumas garrafas a menos de scotch para certos veraneios onde, antes, o líquido escocês corria com mais fartura. Pode ser até que, em veraneios mais contidos, o próprio scotch seja contido. Mesmo no paralelo afir-

ma-se que está difícil e caro, porque o dólar está nas alturas e a correção monetária vale para todas as atividades. Mas há bons uísques engarrafados no País. Dizem até alguns bebedores mais conformados que essa questão de rótulo não é tão importante, enquanto os mais conhecedores afirmam que é, sim, é como — a diferença sendo tão grande como da água para o vinho.

Beber, porém, não é uma questão insolúvel. Só os gostos mais exigentes passam vexames. A maioria pode ir até mesmo de rum, a popular caninha ou batidas. Tanto faz. O importante é o sol.

Tem, também, a gasolina. A gasolina tem dificultado bastante os últimos verões. Especialmente para aqueles que não exercitam um veraneio integral, tentando conciliar as coisas, indo e voltando para a cidade. Tudo é contornável, no entanto, quando se tem imaginação — e não se pode dizer que o natalense não a tenha. Há ônibus. No ano passado um grupo de veranistas encontrou uma maneira cômoda e econômica, fretando um serviço regular de ônibus que o levava de manhã para a cidade e o trazia de volta no fim da tarde. Tudo na maior organização e com relativo conforto, com um mínimo de despesas. O ônibus ainda se dava ao requinte de passar na porta do local de trabalho de cada um. Igualzinho a esses ônibus escolares que diariamente vão apanhar as crianças em casa para conduzi-las aos colégios. Funcionou bem.



O Monte do Galo, outra atração



A beleza de Ponta Negra: um trunfo sempre importante



O pôr-do-sol no Potengi: poesia urbana

É uma prática a ser repetida. Até o início do veraneio é muito provável que a gasolina tenha dado novo salto. E talvez até mesmo antes dele terminar dê mais um. A Petrobrás precisa de dólares e, para piorar, é também possível que o preço internacional do petróleo não se mantenha todo o tempo tão estável como se vem mantendo. Aí, sem dúvida, será a catástrofe. Mais uma, enfim. O que, de resto, apenas encorajará os que estão a fim de descanso, de relaxamento, para a recuperação das forças perdidas durante um ano que foi realmente árduo, como se pode observar pelos depoimentos que foram prestados nos diversos setores ao longo das matérias publicadas nesta edição.

A Emproturn, da sua parte, está muito animada. O fluxo de turistas tem aumentado, de qualquer forma, a cada ano, em Natal. A rede de hotéis já não faz vergonha a nenhuma cidade ou Estado. Mesmo com dificuldades, o turismo vai em frente. Não dispõe, ainda, dos recursos suficientes para campanhas de grande porte e de alto nível, para promoções de repercussão nacional.

Ainda assim, já se pode falar em turismo em Natal com letra maiúscula, mesmo se reconhecendo o empenho de outras cidades em conseguir atrair visitantes.

As vezes, em tempos mais ou me-

nos negros de crise, a modéstia de Natal e do Estado funcionem como chamariz. Todos passam a ter o medo da ostentação, que é sinônimo de altas despesas que, por sua vez, faz lembrar inflação.

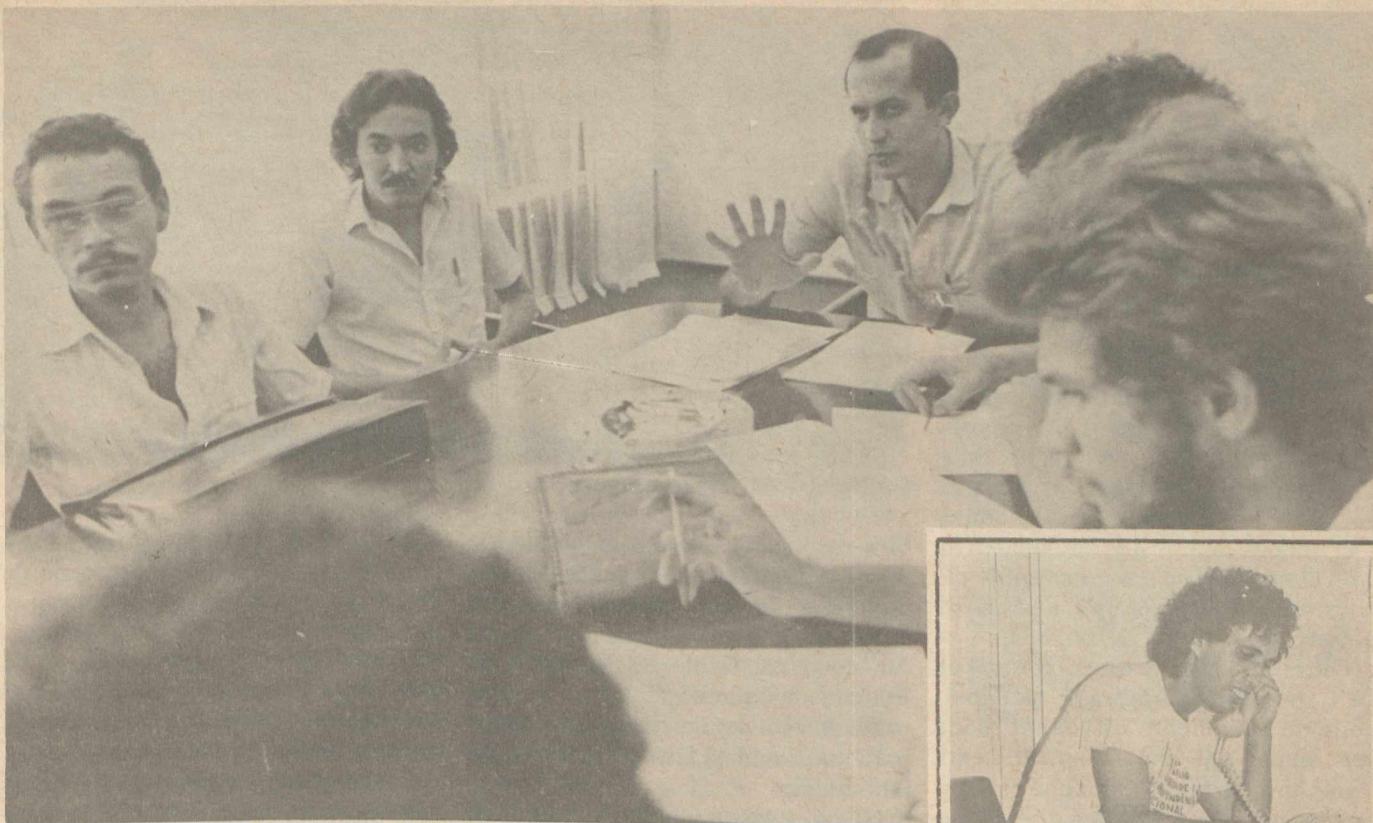
Para melhorar, há algumas pers-

pectivas que não são de todo má para o próximo ano. Como a de chuvas. Vem, sim, mais Aperto econômico. Mas, em compensação, virá um pouco mais de chuvas.

talvez voltem as chuvas de verão. □



Folclore: cores vivas



Estudantes têm estado ativos nas reivindicações. Christian: muitas metas

ESTUDANTES

DCE não perde esperança de ver uma Universidade aberta

Em seu quarto ano de atividades, o Diretório Central dos Estudantes — DCE —, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, atravessa uma fase de revitalização e, embora tenha seus passos tolhidos por um regimento limitador, prossegue em seu propósito de busca de uma Universidade mais aberta, democrática e autônoma. Para o atual Diretor do DCE, Christian Lira de Vasconcelos, do Curso de Geologia, a entidade representativa dos estudantes da UFRN dispõe tão-somente do poder de organização e mobilização da categoria estudantil, mas na prática vai muito além disso:

— Do ponto de vista das lutas estudantis e da situação por que passa a Universidade brasileira, — diz Christian — a Diretoria do DCE desenvolve esforços no sentido de conhecer melhor a realidade da UFRN e, com base nesse quadro, detectar onde se faz mais necessária a aplicação de recursos e verbas suplementares, acompanhando suas aplicações e avaliando seus resultados. Entre os pro-

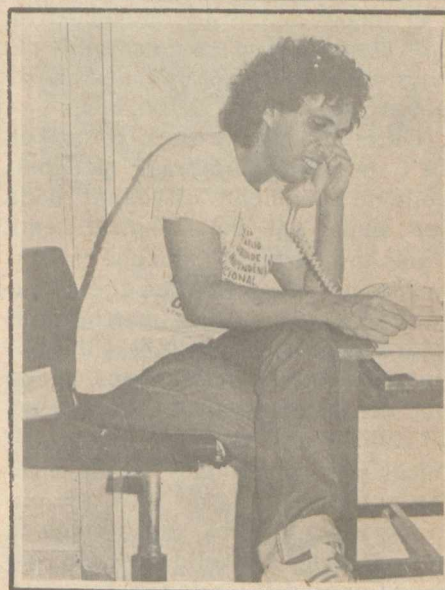
blemas diagnosticados pelo DCE na atual gestão, Christian aponta os problemas localizados nos Campi Avançados de Nova Cruz e Currais Novos — respectivamente, os Cursos de Zootecnia e Engenharia de Minas — “onde conseguimos sensibilizar a administração da UFRN para os problemas desses cursos e trabalhamos decisivamente para sua solução”. Em outros níveis, porém, admite ele, “não conseguimos influir na aplicação desses recursos da forma em que pleiteamos”.

Quanto ao problema relacionado ao Restaurante Universitário, Christian observa que é um problema em curso. Lembra que as verbas destinadas ao funcionamento daquele Restaurante para o corrente ano foram insuficientes e tiveram de ser suplementadas, várias vezes, não se sabendo ainda hoje, se elas serão suficientes para fechar o semestre”. Mas salienta porém que o DCE conseguiu neste semestre melhorar a qualidade das refeições, mesmo que a limitação de recursos persista, o que pode tornar

isso uma conquista temporária, haja vista que a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis tem planos de limitar o acesso de alunos ao Restaurante Universitário, vetando o ingresso ao RU daqueles classificados como «não-carentes» e liberando apenas os «carentes».

De acordo com Christian, o DCE não aceita essa classificação, já que “a política da Reitoria não resolve o problema estrutural da Universidade, que existe hoje na política de cortes de verbas”. Lembra que o DCE representa todos os estudantes e visa defender indistintamente o direito de todos. Para contornar a proposta da Reitoria, revela ele que o DCE está realizando uma pesquisa sócio-econômica com vistas a traçar um perfil da situação geral do Restaurante Universitário, cujo objetivo final é fornecer elementos concretos para a elaboração de uma política de utilização do RU, que será apresentada como alternativa à proposta da Reitoria.

DIFICULDADES — Mas as dificul-



dades enfrentadas pelo Diretório Central dos Estudantes, são inúmeras, como demonstra Christian. Dentre elas, aponta, a nível mais geral, a estrutura da Universidade, a seu ver antidemocrática, no sentido de não dar estímulo à participação estudantil, quer a nível dos colegiados dos cursos e dos departamentos, quer a nível dos estatutos (“defasados, castradores”) não-condizentes com a gama de conquistas do povo brasileiro em termos políticos.

A existência da ASI (Assessoria de Segurança e Informação) é outro obstáculo apontado pelo DCE. Mas Christian admite que esse órgão já teve maior influência e hoje desempenha um papel mais discreto dentro da Universidade, “mas sabemos que ele possui um dos maiores cadastros de pessoas do Estado”, adverte.

Outra dificuldade que o Diretor do DCE reconhece, localiza-se na debilidade do movimento estudantil, dado ser ainda um movimento recente “pois só a partir de 79 foi que realizamos as primeiras eleições diretas para o DCE”. Essa data marcou também o início da reconstituição das entidades estudantis dos cursos, sendo que dos 43 cursos da UFRN, apenas 13 contam com seus Centros Acadêmicos já reconstituídos, desde a reforma universitária de 1968 que eliminou esses Centros, substituindo-os por entidades a nível de Centros, como o Centro de Ciências Exatas, etc.

Mas fazendo um paralelo entre a administração atual e a anterior, o Diretor do DCE reconhece que houve uma mudança para melhor. Diz Christian: “A atual administração da Universidade está mais aberta, a prova disso é que a Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis convidou o Diretório Central dos Estudantes para participar do seu Plano de Ação para o quadriênio 84/87. A Reitoria também agiu dessa maneira”.

De acordo com Christian, essa abertura é fruto, em parte, das reivindicações feitas pelas entidades estudantis. De outra parte, surge como uma tentativa de legitimação daqueles setores dirigentes da Universidade perante os estudantes, uma vez que o processo de escolha de seus dirigentes foi feito à revelia da participação estudantil.

CURSOS — Quanto à qualidade dos atuais cursos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, eles estão sofrendo uma queda bastante acentuada, de acordo com Christian



Contra a ASI: idéia antiga

Lira de Vasconcelos, principalmente no que respeita àqueles cursos que dependem de uma quantidade maior de recursos, como é o caso dos cursos de Medicina, Geologia, Engenharia. Resulta daí que o número de aulas práticas vêm sendo reduzidas de ano para ano devido à falta de material de laboratório.

No que respeita às atividades políticas do Diretório Central dos Estudantes, Christian lembra que o DCE é uma entidade política, mas não partidária. É política, diz, porque empreende uma tomada de posição hoje, em favor do ensino público e gratuito, em favor de uma Universidade democrática, autônoma, voltada para os interesses do País e do povo, o que, segundo Christian, significa uma

contraposição bastante profunda à política educacional do Ministério de Educação e Cultura. Por isso, assinala, o DCE é uma entidade política, mas não é partidária porque entende e aceita a liberdade que cada estudante tem de se filiar ao partido político que melhor lhe represente.

Posicionando-se diante da política desenvolvida pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Christian destaca que de uma forma abrangente, não existe democracia na UFRN, observando que a busca dessa democracia tem sido uma prática constante das entidades estudantis. É de se notar, inclusive, diz, que de um ano para cá, tem-se realizado eleições para escolha de dirigentes universitários e de Centros, mes-

ATUALIZE-SE COM WALTER PEREIRA

A maior rede de livrarias do Estado está em WALTER PEREIRA, Livraria e Papeleria. Lá você encontra o que há de mais atualizado em literatura, um grande elenco de material didático, material para escritório das mais variadas e conhecidas marcas. A tradição do seu comércio com as repartições públicas estaduais e federais, comércio e indústria, além do público intelectual, garante a qualidade e a disposição de bem servir da sua diretoria.



WALTER PEREIRA LIVRARIA E PAPELARIA LTDA.

PAPELARIA WALDUPE
RUA VIGÁRIO BARTOLOMEU 847
TELEFONE 222.2426 • 222.2507
NATAL - RIO GRANDE DO NORTE

LIVRARIA MODERNA
RUA JACQUES BARNETI 1237
TELEFONE 222.2841 • 222.4548
NATAL - RIO GRANDE DO NORTE



LIVRARIA UNIVERSITÁRIA
RUA VIGÁRIO BARTOLOMEU 847
TELEFONE 222.2181 • 222.2617
NATAL - RIO GRANDE DO NORTE

LIVRARIA ISMAEL PEREIRA
RUA DA BARATA 177
TELEFONE 222.7028 • 222.4548
NATAL - RIO GRANDE DO NORTE

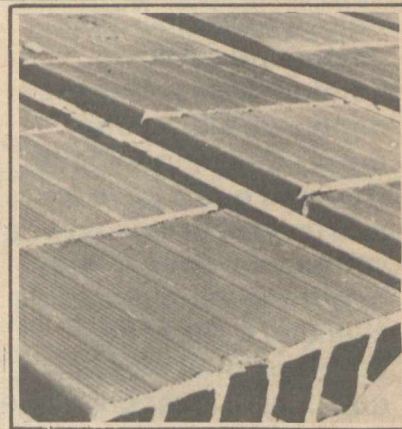
mo à revelia de setores da administração e de regimentos defasados, o que demonstra que a comunidade universitária, mesmo com as dificuldades que são impostas, luta por uma participação maior nas decisões que lhe dizem respeito.

Como exemplo da influência do DCE sobre as decisões acadêmicas no âmbito da UFRN, Christian lembra que a entidade estudantil participa de um Conselho Superior de Pesquisa e Extensão, embora sua influência seja limitada, haja vista que só tem três estudantes, de um total de 17 conselheiros. Observa que os estatutos da Universidade rezam que a representação estudantil naquele Conselho não pode exceder um quinto do total de membros, "desde que esse número não ultrapasse três". Para Christian, essa limitação é injustificável, vez que as decisões ali tomadas afetam diretamente a vida universitária em seu todo. Nesse sentido é que ele defende o aumento do número para um terço da participação estudantil, ficando os dois terços restantes divididos entre professores e funcionários.

PAPEL DO ESTUDANTE — Referindo-se ao papel do estudante universitário numa sociedade em crise, como a sociedade brasileira de hoje, Christian acha que o estudante tem

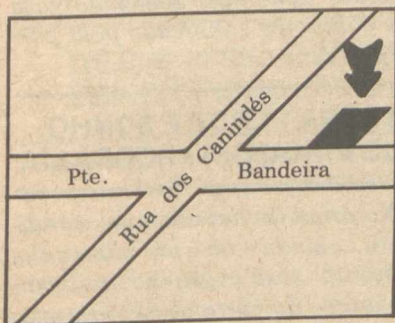
um papel fundamental. Explica: em primeiro lugar, é seu dever conhecer bem o quadro desta crise, que significa conhecer bem os acordos do Brasil com o FMI (Fundo Monetário Internacional) e saber quem foram realmente os responsáveis por esta situação em que o Brasil chegou. Em segundo lugar, o estudante universitário deve saber com que forças se aliar para travar essa luta política pela reversão deste quadro. E rebate a posição daqueles que, pessimistas, afirmam que a Universidade é uma instituição superada: "A Universidade tem um papel importante e prioritário, principalmente na resolução dos problemas mais gerais porque passa o País, como centro da cultura, da ciência e do saber, que deve ser". Prosseguindo, observa, a Universidade brasileira não tem se caracterizado como este necessário centro de cultura, ciência, saber e por outro lado, também não tem conseguido atingir os objetivos daqueles que vêm elaborando a política educacional brasileira, principalmente a partir de 1964, colocando-a portanto num nível em que nem é o que poderia nem o que deveria. E remata: "Isto tem feito com que muitas vezes coloquemos a instituição como um todo, como superada, e não a sua política, ou seja, e não a sua relação com a sociedade", conclui. □

UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA



Usar laje, seja de piso ou forro, hoje, é quase uma obrigação de quem constrói. A laje é uma questão de segurança, estética e beleza. E, se utilizadas nervuras e blocos, formando a conhecida Laje Volterrana, aí, o construtor terá mais economia de tempo e dinheiro, mais simplicidade na instalação, menos peso e uma qualidade sem igual. A Laje Volterrana, pela sua praticidade, tornou-se um produto nacionalmente conhecido. No Rio Grande do Norte é fabricada pela Saci-Material de Construção Ltda. Todo calculista criterioso determina Laje Volterrana para sua obra. Os investidores da construção civil também fazem isto. A Saci, detendo exclusividade no fabrico e comercialização do produto, ensina tudo sobre Lajes Volterrana. E ainda vende pré-moldados de cimento para pronta entrega.

PARA COMPRAR PEÇAS FIAT VOCÊ NÃO PRECISA SAIR DO ALECRIM. SAVEL ABRIU SUA FILIAL



Peças genuínas Fiat, você agora pode adquirir no centro do bairro do Alecrim, num local de fácil acesso. Próximo ao cruzamento da Presidente Bandeira com a Olinto Meira foi inaugurada a primeira filial da Savel.



SAVEL. SALUSTINO Presidente Bandeira, 737
Alecrim — Tel.: 223-1551
Natal-RN



Pte. Bandeira, 828 Tels.: 223-3626 / 3627 / 3628
Av. Rio Branco, 304 — Ribeira — Natal-RN

Governo José Agripino. Pela vontade do povo.

Há um ano o povo expressou sua vontade. Pelo voto democrático elegeu um estilo de administração. Um ano depois de eleito, oito meses de empossado, o Governo que o povo fez, mostra que deseja fazer a vontade do povo. Hoje, quebrando oito meses de silêncio, o Governo José Agripino mostra o que já está fazendo, o que pretende realizar e expõe uma filosofia administrativa que determinada pelo cidadão, procura canalizar toda a sua força em benefício deste cidadão. São os primeiros frutos de um trabalho sério e persistente, de quem teve humildade de pedir, e competência para expor argumentos capazes de superar um deficit previsto de Cr\$ 10 bilhões, permitindo já apresentar acervo de realizações, em tempo tão curto e condições tão adversas. Veja, confira, analise e julgue. Prestando contas ao povo que o elegeu, o Governo José Agripino apresenta uma pequena súmula de sua ação e da definição de alguns programas nascidos desta nova mentalidade. Mas, mantendo a todo custo o estilo consagrado pelas urnas, de prometer somente o que vai ser feito realmente. Um estilo que respeita a verdade acima de tudo.



Projeto Crescer, instrumento de promoção social das comunidades mais pobres

OUVIR O POVO PARA FAZER SUA VONTADE

Nos últimos vinte anos a ação do Governo permitiu a pequenas comunidades conquistadas como a televisão a cores, o sistema de discagem direta à distância na telefonia e mesmo o computador. Essas conquistas chegaram juntamente com a energia elétrica e o abastecimento d'água.

Mas, será que isso foi realmente suficiente para melhorar a qualidade de vida do povo?

Era essa a grande prioridade popular?

Nesse processo foram montadas indústrias, como as fábricas de sacos plásticos que compram matéria-prima no Sul, e tem seu maior mercado consumidor também nessa região. Uma ação do Governo que mesmo válida só serviu para aumentar a dependência com as regiões mais adiantadas.

Foi por isso que José Agripino, em vez de apresentar um Plano de Governo, impondo soluções, preferiu ouvir o povo através dos Conselhos Comuns.

Com isso estabeleceu-se um canal de diálogo que vem lhe permitindo fazer a vontade do povo e identificar suas vocações. Esse es-

tilo é que permite o estímulo à pequena unidade produtora de detergente, em São Tomé, em vez de importar o produto de São Paulo. Da mesma maneira que em São Gonçalo do Amarante foi identificada uma vocação para a produção de bolas de futebol. A idéia é tomar a ação do Governo compatível com as necessidades e aspirações do povo, respeitando sua cultura e aproveitando a sua capacidade.

Os Conselhos Comuns também serão, ao lado da representação política, o veículo de reivindicação e determinação do aporte de recursos públicos em obras que realmente beneficiem a sociedade por inteiro.

É a opção por um tipo de planejamento dinâmico, realizado fora dos gabinetes e marcado pela participação.

TERRA VERDE É SONHO QUE VIROU UM PROGRAMA

No primeiro debate entre candidatos, ainda na pré-campanha eleitoral, José Agripino apresentou a tese da carta de seguro para o agricultor através do trinômio terra-crédito-água. Percorrendo o Estado, na sua campanha, notou que todas as vezes que expunha essa idéia recebia aplausos, numa

demonstração de que ela correspondia ao verdadeiro anseio do agricultor.

Agora, a idéia de realizar o sonho do sertanejo começa a se concretizar numa ação efetiva e positiva do Governo: o Projeto Terra Verde.

Uma ação capaz de canalizar todo o potencial do Governo em favor do cidadão, atendendo a grande maioria da população, que trabalha na agricultura. O Projeto vai beneficiá-lo com obras públicas (estradas, açudes, barragens, poços, eletrificação), promover o seu acesso ao crédito, e transferir-lhe assistência técnica, e a partir daí torná-lo apto a desenvolver a pequena irrigação.

Pequena irrigação transformada em carta seguro contra as incertezas climáticas, diminuindo o risco da agricultura e ensejando sobretudo a produção de alimentos.

Identificadas as regiões mais favoráveis, o Projeto Terra Verde começa a ganhar corpo. Como no Vale do Encanto, na Zona Oeste. A concorrência foi ganha pela EIT para construir num prazo de 90 dias a barragem que vai perenizar o Rio Encanto garantindo água para um dos mais férteis vales secos.

Da mesma forma que se inicia o Terra Verde num vale úmido o do Pium, nas cercanias de Natal, onde já se trabalha para drenar as águas que inundam terras, que depois de enxugadas vão se tornar produtivas e geradoras de empregos.

Este programa vai se multiplicar por todas as regiões do Estado, onde se possa levar a legalização da propriedade da terra, o acesso à água, a eletrificação rural, as estradas, integrando todo um esforço governamental.

DE CR\$ 10 BILHÕES O DEFICIT FICOU ZERO

Administrando dificuldades, o Governo José Agripino foi iniciado diante da perspectiva de um déficit de Cr\$ 10 bilhões, o que poderia significar uma dupla ameaça. O atraso no pagamento do funcionalismo estadual e a paralisação de todas as obras.

O Governador José Agripino viajou várias vezes a Brasília, bateu portas, criou alternativas,

apresentou soluções, e termina o ano com o déficit reduzido a zero.

Sem arrocho fiscal, com o funcionalismo em dia, concedendo aumento a todo o pessoal e regularizando a situação de 2.200 servidores da Secretaria da Educação.

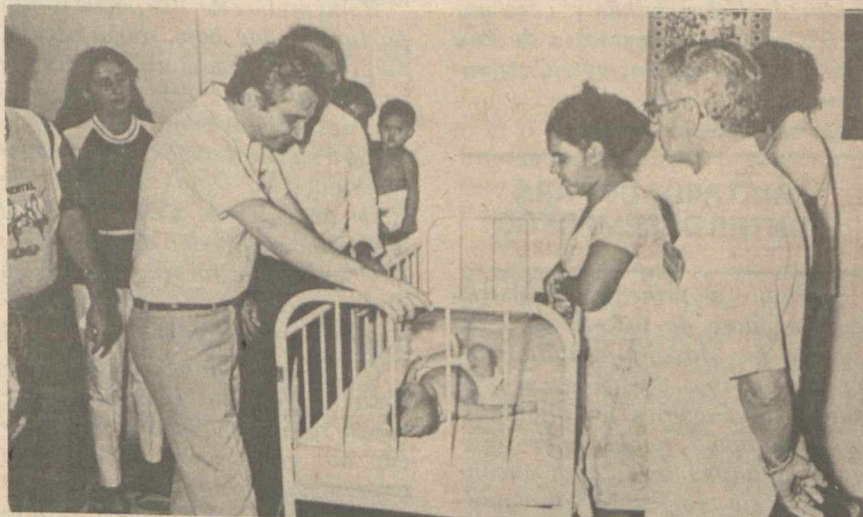
E pagando os compromissos do Estado. Uma etapa que já foi vencida.

NOVA FÓRMULA PARA MUDAR A EMERGÊNCIA

No quinto ano consecutivo de seca, 250 mil norte-riograndenses estão sobrevivendo graças ao Programa da Emergência.

As condições são adversas, os recursos limitados, as necessidades enormes.

Dentro de sua esfera de competência, o Governo José Agripino agiu, inovou e melhorou o Programa, oferecendo exemplos para toda a região.



A partir do Hospital Walfredo Gurgel se desenvolve uma reformulação completa de saúde pública

Criou em nove municípios o Projeto Garimpo aumentando a renda de alguns milhares de alistados, que apoiados com compressores, poços perfurados, ferramentas e explosivos fornecidos pelo Governo e se dedicando a uma atividade que já conheciam, conseguiram ampliar os seus ganhos na exploração do minério da terra seca.

Também instalou pioneiramente o sistema de tarefas, que respeita hábitos e costumes da região, valorizando o homem e aumentando a eficiência do trabalho.

Foi pioneiro e inspirador do Programa de Cesta Alimentar pela distribuição de comida aos alista-

dos na Emergência, num programa que já distribuiu seis milhões, duzentos e trinta mil quilos de alimentos.

As crianças, esquecidas em toda a ação de combate a seca, pela primeira vez foram lembradas.

ENERGIA PARA O CAMPO E TODOS OS LUGAREJOS

Dentro da filosofia de investir para produzir é meta do Governo eletrificar cinco mil propriedades rurais em quatro anos e, para tanto, já foram garantidos recursos no valor de Cr\$ 6 bilhões.

Nesses primeiros oito meses de administração, já foram eletrificadas 313 propriedades e outras 347 estão com os serviços em fase de conclusão.

Também é meta do Governo levar energia aos 326 povoados que ainda não contam com este bene-

fício. Numa primeira etapa, com recursos já assegurados, estão sendo iniciados os serviços em 103 desses povoados.

Até aqui, o Governo executou a implantação das redes de distribuição para os Conjuntos Residenciais Bairro Latino, Flamboyants, Colina dos Flamboyants e Jardim Lissiane, todos em Natal. No interior foram implantados sistemas de energia em conjuntos residenciais nos municípios de Apodi, Mossoró, Martins, Currais Novos, Ceará-Mirim e Areia Branca.

Ainda no interior, foram ampliadas as redes das cidades de Antônio Martins, Messias Targino, Pa-

tu, Jucurutu, Encanto, Pau dos Ferros, São Tomé, Eduardo Gomes, Vera Cruz (povoado de Cobé), Bento Fernandes, Touros, Tangará, Riacho de Santana, Mossoró, Guamaré, Areia Branca e Santa Cruz.

No tocante a novas linhas de transmissão, foram concluídas as ligações Mossoró-Caraúbas; Natal II-Eduardo Gomes e Natal II-Igapó, perfazendo um total de 91 quilômetros de extensão.

A Cosern também investiu recursos na ampliação das subestações de São José de Mipibu, Mossoró III, Serra Vermelha e Açú, acrescentando 25 mil KVA à potência instalada.

Outros investimentos estão sendo feitos na construção de novas subestações, destacando-se entre elas as de São Miguel, em Angicos; Macau e Ceará-Mirim, e na ampliação de Natal I e Igapó.

Estão assegurados recursos no valor de Cr\$ 1 bilhão e cem milhões para as subestações de Pau dos Ferros, Pendências e Canguaretama.

E isso é só pra começar.

CRIATIVIDADE PARA CONTER DESEMPREGO

Quando a principal indústria empregadora de mão-de-obra da cidade de Mossoró decidiu suspender as suas atividades, a presença do Governo foi imediata, levando apoio e buscando soluções. Soluções que foram encontradas pela mobilização da vontade e pelo encontro de idéias. Com financiamento assegurado e orientação técnica já se conseguiu eliminar o drama do desemprego que ameaçava mais de quatro centenas de operárias que criaram seus próprios empregos.

Exemplo semelhante ocorre na Fábrica de Etiquetas Sitex, que virou Cooperativa e se transformou na primeira experiência estadual de auto gestão. Um exemplo que o Rio Grande do Norte está dando ao Brasil.

Da mesma maneira o artesanato e a micro-unidade de produção estão merecendo as maiores atenções do Governo que usando os bancos oficiais passou a democratizar o crédito. Isso ocorreu em Arená, onde a produção de man-

dioca, antes vendida in natura a preço vil para outros Estados, é agora beneficiada nas casas de farinha que o Bandern financiou. A mesma coisa está fazendo com pequenos engenhos de rapadura em Japécanga, na execução prática de uma filosofia de identificar e estimular vocações para produção, permitindo a participação efetiva da comunidade no processo de desenvolvimento.

LUTA CONTRA A SECA TEM DOIS POÇOS/DIA

Numa época de seca, quando o Estado sofre as mais sérias consequências em todos os setores produtivos, levar água para as populações tem sido a preocupação fundamental do Governo. Por isso, a perfuração de poços e a construção de açudes vêm se constituindo numa ação do dia-a-dia da administração José Agripino.

Nada menos de 224 poços foram perfurados até hoje, numa escalada crescente que já atingiu a marca de dois poços por dia, em média, nos últimos trinta dias.

Para suprir deficiências no abastecimento de Natal, recursos do BNH no valor de Cr\$ 1 bilhão e 400 milhões já estão assegurados, ensejando a perfuração de mais 26 poços para reforço do abastecimento d'água da capital.

O Governo também está investindo no Vale do Pium, nos serviços de regularização e na perenização dos rios Seridó/Acauã e na construção de 14 barragens submersas. Mais 2.500 cisternas e tanques estão sendo construídos como forma de melhorar o sistema de distribuição d'água operado por mais de 400 caminhões-pipa.

Estão em construção as barragens de Campo Grande (São Paulo do Potengi), Tourão (Patu), Gangaorra (Currais Novos), Ribeiro e Caetano (Almino Afonso), e entrando em concorrência a barragem de Encanto.

Na área de esgoto sanitário, estão sendo executados trabalhos na rede coletora de Mossoró, enquanto a equipe técnica da Caern desenvolve um novo modelo simplificado, de custo baixo que vai servir de modelo para um programa nacional, a partir de método não convencional, já testado em

Natal (Rocas, Santos Reis e Brasília Teimosa), e em implantação em Currais Novos, Goianinha e Eduardo Gomes.

CRESCER É UM DIREITO DE TODOS, TORNADO PROJETO

O Governo José Agripino entende que hoje já são poucos os que podem pagar a prestação da casa própria, mas sabe que é muito grande o número dos que nunca puderam pagar esta prestação. São os moradores dos bairros periféricos, vivendo em barracos de taipa, chão batido e só.

A eles o Governo está chegando, diretamente, como já fez com 150 famílias moradores do bairro de Carnaubais, em Mossoró, transformando seus barracos em casas rebocadas, com piso cimentado, luz, água encanada e banheiro.

É o Projeto Crescer. Que não objetiva, apenas, melhorar habitações, mas, levando educação e saúde, promover a organização comunitária e despertar, em cada um, vocações e potencialidades capazes de transformar o antigo aspirante a um modesto emprego público em fabricante de chapéu de palha, prato de barro, alpercata de rabicho, seja o que for, mas, que represente atividade que, incentivada e aperfeiçoada, por uma ação de Governo, signifique a geração de renda para um antigo desempregado.

A experiência vitoriosa de Mossoró vai permitir que o Projeto Crescer prossiga atendendo inicialmente as vinte maiores cidades do Estado, materializando um compromisso de Governo: gerar empregos e atender aos mais pobres.

ABRIR ESTRADAS PARA CONDUZIR A PRODUÇÃO

É meta do Governo, em quatro anos, pavimentar mil quilômetros de estradas. Pavimentação que não servirá apenas para apagar a poeira, mas para fazer dessas estradas instrumentos de integração e geração de riquezas.

Em oito meses da administração foram implantados 97,20 quilômetros de estradas e pavimentados outros 82, representando um investimento global de Cr\$ 1 bi-

lhão e 500 milhões.

Entre os trechos implantados destacam-se: Ceará-Mirim-Estivas, Passa e Fica-Monte das Gameleiras, Vera Cruz-Monte Alegre, Monte Alegre-Lagoa Salgada, São João do Sabugi-Ipueira e BR-226-Portalegre.

Os principais trechos pavimentados foram: Jundiá-Serrinha (49,6 quilômetros), Ceará-Mirim-Destilaria Agromar (10 quilômetros), São José de Mipibu-Monte Alegre-Lagoa Salgada (22 quilômetros).

Entre as obras do Governo para este setor, existe a previsão de 28 terminais rodoviários no interior.

No momento, está concluído o terminal de Pendências e estão em processo de licitação os de Açú, Macau, Nova Cruz, Pau dos Ferros e Santa Cruz. Os de Macaíba e Ceará-Mirim estão com projetos em conclusão para início das obras ainda este ano.

WALFREDO GURGEL: DESAFIO DE GOVERNO

Consciente de que não é apenas ampliando de 36 (1983) para 500 milhões (1984) a dotação orçamentária do Walfredo Gurgel que se resolve o seu problema, o Governo do Estado buscou o assessoramento do único hospital nota 10 no Brasil (Sarah Kubistchek) para promover os seus ajustes administrativos e montou o programa Periurbano que assegurou um bilhão

e meio de cruzeiros para a construção de Centros de Saúde, ou Unidades de Pronto Socorro nos diversos bairros de Natal, de modo a atender, no próprio bairro, muitos dos pacientes que só tinham a alternativa de atendimento no Walfredo Gurgel.

Assim, aumentou os recursos, está promovendo ajustes administrativos e vai construir os equipamentos que descongestionarão o Walfredo Gurgel, velho problema na área de Saúde do Estado.

De igual forma, já assegurou 800 milhões de cruzeiros para implantação pioneira no Nordeste do Sistema de Medicina Hierarquizada.

SEGURANÇA COBRADA É PRIORIDADE

Quando a segurança do cidadão se torna aspiração da maioria, o Governo José Agripino transforma este item numa de suas prioridades.

Prioridade expressa na melhoria do policiamento ostensivo já empregado na cidade do Natal, 24 horas por dia; na aquisição de mais de dez viaturas para a Rádio Patrulha; instalação dos pelotões isolados da Polícia Militar nos Conjuntos Santa Catarina e Santarém; instalação de PM-Box nas Praças Kennedy e Gentil Ferreira, nos Conjuntos Jiquí e Candelária, e ao longo da orla marítima, da Via Costeira até a Avenida Circular.



Nova frota de viaturas para a Polícia Militar é ação de Governo para aumentar a segurança do cidadão

Uma preocupação que continua pela descentralização da presença da Polícia Militar que deixa o QG de Natal e vai aos bairros, processo já iniciado pela instalação da sede de uma Companhia no Alecrim e outra em Lagoa Nova.

Ação que continuará com a instalação de mais 20 PM-Box que estão sendo adquiridos juntamente com mais dez viaturas equipadas com rádio.

O passo a seguir será a instalação de 30 pelotões em pontos estratégicos no interior.

TODAS AS ATENÇÕES PARA A "NOSSA CIDADE NATAL"

Nossa cidade Natal não podia deixar de merecer todas as atenções do Governo José Agripino.

Essa atenção é identificada na multiplicação de obras que atualmente somam 64. Elas estão espalhadas nos diversos bairros, onde há necessidade de implantação de um maior número de benefícios que assegura bons índices de valorização humana.

Nesses oito primeiros meses foram investidos em obras de pavimentação asfáltica e a paralelepípedos ou drenagem, perto de Cr\$ 500 milhões.

Mantido o mesmo espírito de, atendendo a vontade do povo, fazer as pequenas obras que escapam ao planejamento convencional, o Governo José Agripino, através da Prefeitura, contabiliza também a execução de grandes feitos como pavimentação e drenagem de trecho da Av. Antônio Basílio; conclusão da pavimentação e drenagem da Romualdo Galvão; a solução definitiva da antiga «Lagoa» da rua Dr. José Gonçalves em Lagoa Nova; pavimentação dos corredores de transportes coletivos dos Conjuntos Gramoré, Santarém, Panatis, Mirassol e Candelária.

OFERTA DE VAGA ESCOLAR AUMENTA NO MEIO RURAL

Sessenta e oito novas obras, já concluídas e envolvendo investimento de Cr\$ 465 milhões, vão permitir a abertura de 1.900 novas vagas em salas-de-aula, beneficiando a clientela onde se verifica o maior deficit educacional: o meio rural.



Os artistas inatalenses tiveram um ano movimentado

BALANÇO CULTURAL

Ano regular. Mas valeu pela busca esforçada de soluções

A área de produção cultural do Estado, tradicionalmente um dos setores mais vulneráveis à crise econômica, se caracterizou este ano pela busca de soluções para superar a grave recessão que não apenas atinge o setor, mas toda a sociedade: arrojando os salários, inflacionando os preços das mercadorias e empobrecendo ainda mais o Estado. Por outro lado, porém, se a produção não foi a desejada pelos dirigentes de veículos culturais e os artistas, em particular, a busca de soluções resultou em boas idéias e no pipocar da criatividade.

Intelectuais e artistas da cidade foram entrevistados por RN/ECONÔMICO para um balanço da produção de arte e cultura este ano. Editores, entre os quais Carlos Lima; o Presidente da Coart, Francisco Alves da Costa Sobrinho; o jornalista Nelson Patriota, o teatrólogo Racine Santos, o romancista Manoel Onofre Jr., o artista plástico Leopoldo Nelson, entre outros, comentaram sobre as performances dos vários segmentos artísticos.

Entre as principais idéias colocadas em prática este ano, de acordo com os entrevistados, duas levaram à criação da Comissão Interinstitucional de Cultura e na fundação de associações artísticas. Dessa última, surgiram a Cooperativa dos Artistas de Natal (Cooart) e a Associação dos Artistas Plásticos Profissionais do Rio Grande do Norte (AAPRN). As três entidades têm em comum os objetivos de evitar paralelismo de ações e dispersão de recursos humanos e financeiros. Enfim, colocaram em prática o ditado «a união faz a força».

A Comissão Interinstitucional é formada por dirigentes da Fundação José Augusto, UFRN, Secretarias Municipal e Estadual de Educação e Cultura, Coart, AAPRN, Cine-Clube Tirol, Federação de Teatro, Conselho Estadual de Cultura, de Natal; e a Fundação Guimarães Duque e a Fundação Universidade Regional, de Mossoró. A Comissão já fez duas reuniões mensais, desde quando foi criada em agosto, e está preparando o plano de ação cultural para o próximo

ano. A Coart, e a AAPRN por ora limitam a sua ação aos artistas de Natal.

IDÉIAS — Mas outras boas idéias deixaram de ser aproveitadas. Uma delas, foi a de feiras culturais que a Fundação organizava periodicamente na Praça Padre João Maria, Cidade Alta, com uma boa movimentação de público para ver apresentações do folclore e comprar livros. Carlos Lima, proprietário da Editora Clima, é favorável à realização de feiras culturais: “Na Feira dos Municípios deste ano, em Eduardo Gomes, a Clima colocou um box só com livros de autores potiguares e, em três dias, conseguiu vender mais de 700 volumes”.

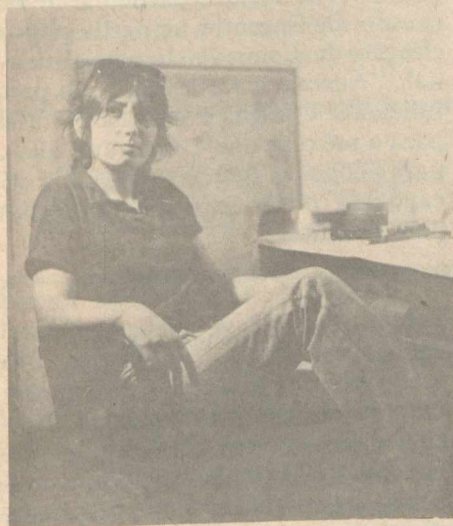
Carlos Lima acredita de tal modo na viabilidade comercial dos livros de autores norte-riograndenses, pelo menos dos já consagrados, embora a Clima abra suas portas para os novos escritores, que a sua empresa editou este ano 11 livros e patrocinou 43 lançamentos literários. Os principais, segundo opinião unânime dos entrevistados, foram o de Nei Leandro, que estreou como romancista com esse «O Dia das Moscas», editado pela Codecri, do Rio de Janeiro; e Vicente Serejo, com o seu «Cena Urbana».

Dos 11 livros editados, “quase um por mês”, se entusiasma Carlos Lima, ele destaca o livro «Salvados», de

Manoel Onofre Jr., elogiado no Suplemento de Livro do Jornal do Brasil; e o «Aeroplano», de Pery Lamar-tine.

LIVROS — A maior parte dos livros da Clima, igualmente os da Fundação José Augusto e da Editora Universitária, têm em média 100 a 150 páginas com uma tiragem geralmente de mil exemplares em cada título lançado. O preço é calculado a Cr\$ 15,00 a página, de acordo com resolução dos editores à nível nacional. A Fundação, atualmente com recursos suficientes para editar apenas um livro, cujo orçamento gira em torno de Cr\$ 800 mil, conseguiu publicar aproximadamente 20 livros. Quase todos em regime de co-edição com editoras do Sul do País. Seis desses livros, da «Coleção História do Seu Município», sob a responsabilidade do Centro de Pesquisas Juvenal Lamartine, foram editados com recursos da Prefeitura de cada município pesquisado. A Prefeitura paga também aos pesquisadores, assegurou Jansen Leiros, da Comissão de Editoração da FJA.

Entre os principais livros que a Fundação lançou este ano, Jansen cita a reedição de «A Biblioteca e Seus Habitantes», do professor Américo de Oliveira Costa: «Foi o lançamento



Trindade: expressão

mais importante este ano”, disse ele. Citou ainda «O Compadrio da Política do Sexo», ensaio sociológico Itamar de Souza.

Embora a crítica especializada local diga o contrário, para Jansen a Fundação está aberta ao novo escritor. Entretanto, ele citou apenas um, Vicente Vitoriano, que já está com um livro de poemas e contos a caminho do prelo. Disse ainda que, devido

ao regime de co-edição, a FJA se limita apenas a promover a edição, servindo de intermediária entre o autor e a editora interessada em publicar, após estudar a viabilidade comercial. Entre as editoras que a Fundação mantém convênio estão a Achiamé, Vozes, Cátedra, Codecri e Gráfica do Senado, que distribuem e comercializam o produto. Para os autores, 10 por cento de direitos autorais geralmente revertidos em forma de livros.

A Editora Universitária editou 30 livros e, entre os principais títulos segundo o seu Diretor, Airton Castro, estão «Natal, poemas e canções» e «Poemas versus Prelúdios», de Diógenes da Cunha Lima; «Feminino/Feminino», de Socorro Trindade; «Ferreira Itajubá», de Francisco das Chagas Pereira, e «História Foto-gráfica da cidade do Natal», do professor João Maurício de Miranda. A Editora continuou sua publicação dos volumes de «Textos Acadêmicos» que já atingem um total de quase 500 títulos, após quatro anos do início da coleção. Publicou as revistas «Saúde» e «Telec, Eletrônica e Eletrotécnica». Informou que programação editorial para o próximo ano, traçada pela Pró-Reitoria de Extensão Universitária, ainda não está definida. Acredita que haverá redução de verbas, mas que isto não atrapalhará a editoração de livros que já se encontram no prelo, como «Ave, Miriam», antologia com textos da poeta Miriam Coeli, organizada por Celso da Silveira, ou «Fundamentos Biológicos da Castidade», ensaio do Padre Monte, organizado e comentado por Jurandir Navarro.

CRÍTICAS — Se por um lado, as entidades culturais mostram trabalho, por sua vez os artistas e intelectuais afirmam que esse trabalho é promocional e, pelo menos na parte literária, a Fundação e a Editora Universitária abrem espaço maior para os autores consagrados, os chamados «medalhões». Pelo menos, em 90 por cento dos casos. Talvez por isso, somando os prós e contras, o jornalista Nelson Patriota seja mais moderado nas críticas e garanta que “a cidade ganhou em termos culturais. Há inúmeras dificuldades de publicação no Estado. A crise responde, em parte, por tudo isso. Mas nota-se um fato novo: a valorização do trabalho intelectual, e este é sem dúvida um elemento positivo. Nossos intelectuais estão cada vez mais conscientes da

UMA QUESTÃO DE BOM SENSO



O slogan “pensou em construir, pensou na Saci”, já está tão difundido e acreditado no Rio Grande do Norte que são raras as pessoas que constroem ou reformam suas casas e não compram o material na Saci — Material de Construção Ltda., ou mesmo vão até a loja pedir informações sobre produtos e detalhes técnicos. É, primeiramente, uma questão de bom senso. A empresa já é uma tradição de mais de vinte anos, vendendo bons produtos ao norte-riograndense, comercializando as grandes marcas. Depois, são os bons preços e os convidativos planos de pagamento. Engenheiros, arquitetos, investidores do setor e até mesmo donas-de-casa “na hora de construir, pensam na Saci”. E, se você vai construir, pense também na Saci.



Pte. Bandeira, 828 Tels.: 223-3626/ 3627/3628
Av. Rio Branco, 304 — Ribeira — Natal-RN

importância do seu trabalho e já se limitam à vida boêmia, escrevem e produzem”.

Osório Almeida, poeta *beat* e animador da contracultura potiguar, deixa a moderação de lado e não faz concessão ao que ele rotula de cultura «acadêmica», que deve ser substituída por aquela “cultura jovem, que pulsa cheia de vida”. Entretanto, é o livro de um autor acadêmico, Itamar de Souza, que Osório cita como o grande acontecimento literário. O livro «Os Degredados Filhos da Seca», de Itamar em co-autoria com João Medeiros Filho. “Itamar é um autor boicotado pelos acadêmicos retrógrados. Entretanto, faz um trabalho sociológico sério, profissional, como poucos nesta terra”, crítica Osório.

Francisco Alves, Presidente da Coart, também não poupa críticas à FJA: “A Fundação José Augusto, entidade responsável pela política cultural do Estado, tem seu quadro de pessoal quase totalmente composto por burocratas e pessoas com ligações políticas, alheias às questões culturais. Os artistas e demais trabalhadores da cultura estão — ou foram?, interroga Francisco Alves — afastados, faltando à FJA a imaginação criadora e experiência dos produtores culturais. Falta sobretudo o compromisso com a atividade cultural que não deve se restringir a realizações meramente promocionais”.

Chico Alves, como ele é mais conhecido, que de positivo este ano, registra o surgimento dos jornais Hotel das Estrelas, Grande Ponto e Dois Pontos. Especialmente os dois primeiros, dedicados exclusivamente a matérias de arte e cultura. Ressalta ainda como positivo a cessão do espaço do Centro Cultural, pela FJA, para funcionamento da Coart/Loja dos Artistas.

PRÊMIOS — Na realidade, embora as denúncias de empreguismo tenham sido bastante comentadas na imprensa diária de Natal, e a escassez de recursos seja um dos seus maiores problemas, a Fundação procurou manter seus prêmios de literatura e artes plásticas com o auxílio em dinheiro de empresas como a Souza Cruz, Galux e entidades empresariais como a Fiern. Os prêmios são em média de Cr\$ 100 mil. Prêmios esses, talvez por seu reduzido valor, cada vez menos motivam os intelectuais a concorrer.

No prêmio de ficção, tradicionalmente um dos menos concorridos,

apenas um candidato se inscreveu. O de poesia, cujas inscrições foram abertas no início de novembro, igualmente poucos de interessaram e as inscrições estavam sendo esperadas para o final do mês quando se encerrariam. O prêmio de pintura teve um nível de concorrência de boa qualidade e o primeiro lugar, Cr\$ 100 mil, foi para Assis Marinho como seu quadro «Filhos da Emergência».

O segmento artes plásticas, na opinião de alguns intelectuais entrevis-

e de considerar sua fundação como positiva, Leopoldo Nelson afirma que está notando pouca participação dos artistas plásticos com relação à entidade: “A dispersão, infelizmente, ainda existe”, afirma ele. O pintor comentou sobre outros temas culturais. Para ele, também, um dos fatos mais importantes foi o I Encontro de Dirigentes Culturais, promovido pela FJA em agosto e que não se limitou apenas à discussão das dificuldades econômicas, reclamadas por todos os



Medeiros, presença ativa



Jomard; um dos convidados

tados, foi o que mais produziu, o que mais se movimentou este ano devido ao número de exposições realizadas, à criação da AAPPRN e o primeiro prêmio de pintura Anna Quadros, patrocinado por uma galeria particular. Outro fato importante foi a exposição do pintor Leopoldo Nelson, no Eron Hotel de Brasília em outubro último. A exposição foi prestigiada por personalidades da política e das artes, foi sucesso de venda dos quadros e teve uma boa repercussão na imprensa local, na de Brasília e, à nível nacional, em revistas como a Manchete.

Apesar de fazer parte da AAPPRN,

órgãos culturais que participaram do evento. Do Encontro, se partiu para a criação da Comissão Interinstitucional: “Agora é botar a Comissão para funcionar e traçar a política cultural para o próximo ano”. O futuro, aliás, para Leopoldo “parece que será marcado por maior restrição de verbas para a cultura”.

TEATRO — O teatrólogo Racine Santos acha que a produção teatral este ano foi fraca: “É preciso uma maior preocupação com o teatro, acima dos interesses individuais”. Nesse sentido, ele critica a Fetern — Federação de Teatro do RN, pois a entidade “alimenta um comportamento divisionista entre os grupos de teatro da cidade”. Esses, por sua vez, “ainda não superaram o nível primário de montagem e apresentação teatral”. Por outro lado, apesar de fazer restrições à qualidade literária da peça, acha que um dos bons momentos foi a encenação de o «Anjo Negro», encenada pelo grupo oficial de atores do Teatro Alberto Maranhão. O texto é de autoria de Nelson Rodrigues e a sua encenação parece seguir a tendência atual de revalorização da obra de Nelson Rodrigues.



Chico Antonio, Deíflio, Cascudo...

O mesmo Racine, conquanto tenha escrito duas peças não pode encená-las por causa das dificuldades econômicas, agravadas este ano, por que passam as entidades culturais. As duas peças são: «Maria do Ó», adaptação sertaneja da peça «A Prostituta Respeitosa», de Sartre, explica Racine; e «A Tolda Misteriosa», fábula do universo mágico da cultura popular nordestina: “Espero poder montá-las no próximo ano”, disse ele. Racine também se aventurou no ramo da editoração independente e está editando o jornal literário «Grande Ponto». O jornal é feito, segundo ele, “artesanal e quixotesicamente com



Chico Antonio e Aloisio

apoio dos amigos e algumas entidades que ainda acreditam na cultura”.

POPULAR — Para o folclorista Deíflio Gurgel, o fato mais importante este ano, pelo menos em termos de cultura popular, foi a revalorização, a níveis local e nacional, do coquista



...teatro: movimento

Chico Antônio. Redescoberto por Deíflio em 1979, após 50 anos do memorável encontro do coquista com o escritor Mário de Andrade. Mário ficou tão encantado com a arte do coquista, que escreveu uma crônica sobre Chico Antônio no livro «Turista Aprendiz» e o transformou em personagem principal nos livros «O Coco» e «A Vida do Cantador». Estes dois últimos serão lançados pela Editora Duas Cidades, sob a organização da professora Oneyda Alvarenga, ainda no final deste ano ou início do próximo.

Em julho deste ano, foi realizado um seminário, dentro do Projeto

SIRVA-SE NO ARMAZÉM PARÁ

Agora você vai poder se servir no Armazém Pará. Em dezembro, a moderna filial da Avenida Prudente de Moraes estará sendo inaugurada com muitas novidades para construção, a mesma tradição em

preços e qualidade e o sistema de venda self-service (auto serviço). Mais comodidades, mais facilidades e tudo no coração da zona sul. O Armazém Pará cresce com a cidade que ajudou a construir para servir sempre melhor.

Em dezembro com um novo lojão na Avenida Prudente de Moraes.

ARMAZÉM PARÁ
O MUNDO BARATO DA CONSTRUÇÃO

«Chico Antônio e Seu Meio», no Senac da Cidade Alta. O evento serviu para a conscientização e divulgação acerca da obra do coquista, que chegou a se encontrar com o Professor Aloísio Magalhães, um grande estudioso da obra de Mário de Andrade. O encontro foi no meio do ano de 82. Um ano depois foi lançado um LP, onde Chico Antônio interpreta seus cocos. Virou personagem principal de um álbum de figurinhas escolar, distribuídos com alunos do curso primário.

O coquista foi a São Paulo, no início deste ano, para participar do programa «Som Brasil», da TV Globo. Foi notícia de primeira página na Folha de São Paulo e outros jornais do Sul. O filme «Chico Antônio — Herói Com Caráter», do cineasta Eduardo Escorel, que já fez outras incursões pela obra de Mário, arrebatou alguns prêmios em importantes mostras e festivais de cinema.

LAZER — Outras áreas da cultura, como por exemplo o cinema e a música, vistas pelo grande público como meios de diversão, são bastante criticadas pelos intelectuais conterrâneos. O romancista Manoel Onofre



Espectáculos entusiasmados

Jr., por exemplo, afirma que pouca coisa melhorou na programação de cinema da cidade. Cita dois filmes bons, «Inocência», de Walter Lima Jr., e «O Tambor», de Volker Schlöndorff. Os dois foram exibidos no Cine Rio Grande, que na opinião unânime dos entrevistados, foi o cinema que teve a melhor programação durante o ano inteiro. O seu concorrente, o Cine Nordeste, se destacou pela exibição do filme «Ghandi», durante quase um mês.

O poeta Volonté, entretanto, critica a «burrice» da antiga diretoria do Cine-Clube Tirol, que não procurou motivar um maior número de espectadores na sessão do Cine-Arte, que o Cinema Rio Grande mantinha, sob a

alegação de que é “melhor se passar uma pornochanchada do cinema nacional, nas casas comerciais, do que um filme de arte”. Para Volonté, isso é burrice, é repetir uma frase de Paulo Emílio, um estudioso do cinema, e transformá-la em slogan. O Cine-Clube, por sua vez, manteve uma boa programação nos fins de semana, com exibição de filmes de arte no Centro de Turismo.

Quanto à área de música, o ano se passou e serviu apenas para consolidar alguns novos nomes como os de Saliel, o pessoal da Banda Imaginária, elogiados por Egberto Gismontini, e cujo trabalho desses novos está gravado num dos LP's do Projeto Memória Musical, da UFRN. Aliás, esse Projeto foi o mais apaixonadamente elogiado e atacado. Foi elogiado por nomes como o poeta Carlos Drummond, que não se limitou à apenas agradecer o disco que a diretoria da Escola de Música da UFRN havia enviado. Ficou sensibilizado com a preocupação, raríssima, de se preservar a memória dos compositores de todas as épocas no Estado. Críticas foram as mais variadas, desde àquelas de omissão de nomes a reclamações quanto a direitos autorais. □

MAIS UM ANO DE VERDADES

RN/ECONÔMICO completa mais um ano de verdades.

Divulgando, informando, interpretando, explicando, exercendo um sadio e construtivo jornalismo, a revista chega aos seus 14 anos plena de vitalidade e atualidade.

A **ALGODOEIRA SÃO MIGUEL** é uma testemunha ocular dessa trajetória.

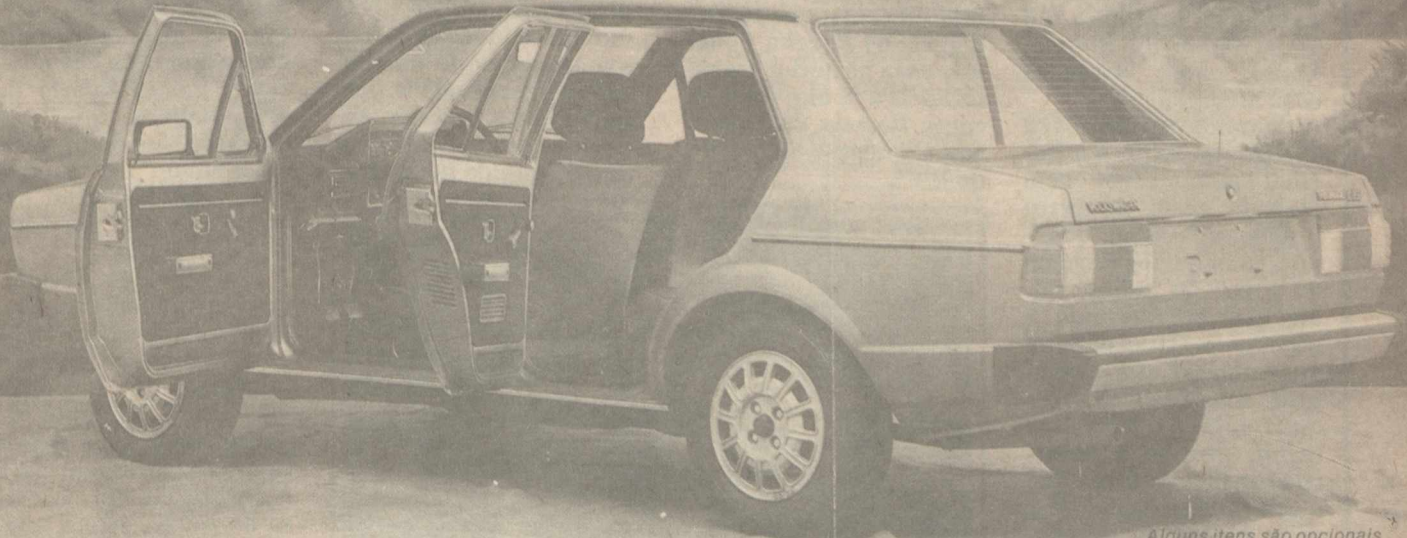
E, como personagem da história econômica que vem sendo contada, manifesta satisfação por mais essa etapa cumprida.



ALGODOEIRA SÃO MIGUEL S/A

Quatro maneiras de entrar com classe em um lugar elegante.

Voyage 4 portas.



Alguns itens são opcionais

O interior do Voyage 4 portas é um lugar elegante que leva você aos lugares mais elegantes, com a maior elegância. O Voyage 4 portas foi projetado de modo a permitir uma abertura das portas traseiras, superior a qualquer modelo de sua categoria. Isso quer dizer que agora o universo seguro, silencioso e aconchegante do Voyage ficou ainda mais aberto para você. Sem prejudicar em um centímetro o espaço interno da parte dianteira.

Mas a grande preocupação da Volkswagen foi com

a segurança. Cada Voyage 4 portas vem com um sistema especial de travas nas portas traseiras. Uma vez acionado, nem mesmo as crianças mais desobedientes vão conseguir que as portas traseiras sejam abertas por dentro.



Enquanto isso, você aproveita essa tranquilidade para apreciar o conforto, os revestimentos luxuosos das portas e dos bancos.

Mas nem tudo é novidade no Voyage 4 portas: o desempenho, a economia de combustível, a eficiência aerodinâmica e outras características que consagraram o Voyage, continuam iguais. Porque o melhor deste 4 portas é justamente isso: ele é um Voyage. Venha ao seu Concessionário Volkswagen conhecer o novo Voyage 4 portas e aproveite as facilidades de pagamento.

MARPAS S/A

MARPAS S/A
Av. Tavares de Lira, 159
Filial Alecrim — Av. Pres. Sarmento, 592
Telefones: 222-0140/223-1931



Revendedores autorizados
VOLKSWAGEN
para o Rio Grande do Norte

DISTRIBUIDORA SERIDÓ

Rua Nascimento de Castro, 1597
Filial Alecrim — Rua Cel. Estevam, 1576
Telefones: 223-4566/223-3228

A maioria dos assalariados brasileiros vê, perplexa, o automóvel novo (zero quilômetro), se transformar em um sonho. Sem dúvida, o carro nacional está muito caro, não obstante os representantes da indústria automobilística contestarem essa tese. Segundo as montadoras, o automóvel brasileiro é o mais barato do mundo. Como, então, entender essa divergência?

Segundo os técnicos, a **TRIBUTAÇÃO** é a principal responsável pelo elevado custo do carro brasileiro. Assim, quando o consumidor reclama do preço do automóvel, ele está se referindo à quantia total que dará de desembolsar para comprar um veículo «zero quilômetro». Por seu turno, quando a indústria brasileira afirma que o seu produto (carro) é o mais barato do mundo, está falando do automóvel vendido no **EXTERIOR**. Entre esses dois valores existe uma substancial diferença — cerca de 45%, ou mais.

No caso dos carros vendidos pelas concessionárias, são incluídos no preço: ICM, IPI, PIS, FINSOCIAL, IT e IOF. Esses impostos somados, representam, em média, 39,6% do valor cobrado ao comprador de um carro à gasolina. No carro à álcool, o peso do imposto é menor: 37,5%.

Quando, porém, esse mesmo carro é exportado, a situação é totalmente diferente. Além de ser beneficiado com a não incidência do ICM e com a isenção do IPI, o que já representa uma diferença a menos, da ordem de 38%, em relação ao preço no mercado interno, o fabricante recebe ainda um prêmio de exportação de 11% sobre o preço FOB do veí-

culo, pago na forma de crédito financeiro junto ao banco interveniente na operação de câmbio. Segundo a Portaria 292/81 do Ministério da Fazenda, o valor desse prêmio é “levado a débito da conta **DEPÓSITOS DO GOVERNO FEDERAL, À VISTA, RECEITA DA UNIÃO**, mantida em nome da Delegacia da Receita Federal, para posterior transferência a débito final na conta Receita da União, como anulação da receita do IPI”.



É de bom alvitre lembrar, também, que os benefícios fiscais que permitem a redução do preço do automóvel exportado, não ficam apenas nisso. As empresas exportadoras ainda mantêm os créditos de ICM e IPI resultantes da aquisição de matérias-primas ou insumos que tenham sofrido tributação anterior. Esses créditos podem ser usados para pagamento de outras operações tributárias, transferidos para terceiros em pagamento de aquisições de matérias-primas, máquinas e equipamentos; ou, ainda, no caso do IPI, devolvidos em dinheiro.

Além disso, as empresas exportadoras são be-

neficiadas pelo Imposto de Renda, com a exclusão do lucro líquido do exercício, para efeito de determinar o lucro real (a ser tributado), da parcela desse resultado, correspondente à exportação de produtos manufaturados nacionais.

Os benefícios acima mencionados, usados de uma forma ou de outra em quase todos os países exportadores do mundo, são os responsáveis pelo baixo custo do carro exportado em cotejo com o que é vendido no merca-

do interno.

Embora essa diferença de tratamento entre os dois mercados pareça injusta, a indústria automobilística alega que, sem esses benefícios, seus produtos não teriam competitividade no mercado externo, o que implicaria em reflexos nos preços internos, pois a produção seria menor e, conseqüentemente, os custos fixos teriam de ser divididos por um número menor de carros. Isso, sem levar em conta o interesse que tem o País em exportar cada vez mais.

Mas o problema não se resume à questão tributária. Mesmo se excluindo o valor dos impostos sobre o «Fusca»,

por exemplo, esse carro continuaria custando cerca de Cr\$ 2.200.000,00 (preço Natal), o que significa 44 salários-mínimos. Na Alemanha, o mesmo «Fusca», excluídos os 14% sobre os automóveis fabricados naquele país, custaria 7.740 marcos (o preço público está por volta de 9.000 marcos), o que representa pouco mais que cinco vezes o menor salário do país. Sabe-se que, não obstante inexistir salário-mínimo na Alemanha, o piso salarial daquele país está por volta de 1.500 marcos.

E aí cabe uma pergunta: o carro brasileiro custa caro ou nós ganhamos pouco dinheiro? Tenho a impressão que o problema não é somente de poder aquisitivo; outros fatores contribuem para o encarecimento do carro no Brasil, senão vejamos: juros altos, baixa no nível da nossa economia, etc. No que concerne aos juros, não há negar que os mesmos estão inviabilizando as transações de compra. Aqui em Natal, tenho conversado com vários lojistas e o depoimento é unânime: “As pessoas chegam às nossas lojas, escolhem o carro e, na hora de fazer os cálculos da prestação, constataam que o valor das mesmas colidem com seu poder de compra”.

Apesar desse quadro, as montadoras se mostram otimistas com relação ao crescimento do mercado nos próximos anos, justamente porque a demanda se encontra muito reprimida. É bom lembrar que, no Brasil, a relação veículo por habitante ainda é uma das menores do mundo. Isso é devido, entre outras coisas, ao baixo «poder aquisitivo». No entanto, a rea-

proximação entre o preço dos carros e esse «poder» da população, não deve ocorrer a curto prazo em nosso País, infelizmente. Acredito, pessoalmente, que nós necessitamos de uns 8 a 10 anos para que ocorra essa «reaproximação». E por que? Porque a indústria automobilística não tem condições de diminuir a sua margem de rentabilidade (para uma redução teórica de 10% no preço dos veículos, seria preciso um aumento de mais de 50% no volume de vendas, o que é praticamente impossível no Brasil, em virtude da crise que enfrentamos).

É preciso, portanto, que a nossa economia retorne aos níveis de 2 ou 4 anos atrás; que haja recuperação dos níveis de investimentos; que se promova um aumento de empregos, incorporando, assim, mais consumidores.

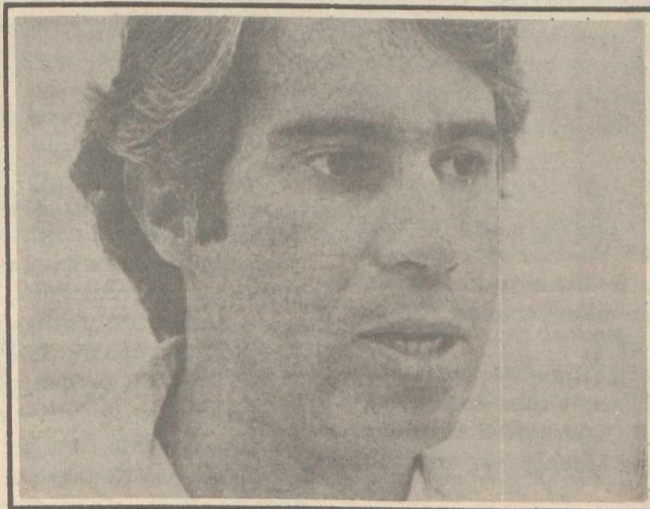


Oliveira & Neves e o Consórcio Eldorado se uniram e lançaram o 1.º Grupo SELVAGEM S. Com esta novidade o natalense pode adquirir o seu Bug em até 50 meses, sem juros e com a maior tranquilidade. Não há dúvida que nestes tempos de dificuldade, essa é uma saída. Segundo nos declarou Sérgio Pinto, Diretor do Consórcio Eldorado, essa versão do «Selvagem», o «S», custará cerca de Cr\$ 3.550.000,00, ou seja, dois milhões a menos do que a versão luxo. Em visita à Fábrica da Selvagem em Eduardo Gomes, tivemos oportunidade de entrevistar a Sr.ª Margarida, Gerente de Vendas daquela montadora, que nos afirmou do sucesso das vendas da nova versão do Selva-

gem, notadamente através do «Consórcio».

Recentemente, tivemos testando um Selvagem e constatamos o seu conforto e segurança. Muito resistente e ágil, o Selvagem percorre, com indiscutível facilidade percursos arenosos e de dunas, com elevados índices de economia. Realmente, é um produto que orgulha a todos nós, natalenses.

A SAVEL, concessionária Fiat Automóveis, promoveu, em convênio com a Universidade Fe-



Jornalista Lindolfo Paoliello

deral do RN, uma palestra do Sr. Lindolfo Paoliello, Gerente de Comunicação Social da Fiat, subordinada ao tema «Fiat — um compromisso com a comunidade». Naquela oportunidade, tivemos o ensejo de tomar ciência das técnicas indispensáveis à implantação de uma Gerência de Comunicação Social em uma empresa, tendo como modelo a própria Gerência da Fiat Automóveis. A palestra foi realizada no dia 18 de novembro último. No dia anterior, o Sr. Paoliello concedeu entrevista coletiva à imprensa de Natal, à qual estivemos presentes em companhia do nosso Diretor Marcelo Fernandes. Vários te-

mas estiveram em debate. Entre eles, destacamos: a posição das vendas da Fiat em cotejo com o mercado; o quadro atual daquela empresa; sua produção e perspectivas para 1984, além de lançamentos de novos produtos. O UNO ocupou espaço destacado na entrevista. Como se sabe, o «UNO» é o carro que a Fiat está preparando para ser lançado no mercado brasileiro até julho de 84.

A Fiat vem de aumentar o seu capital em 100

lado janeiro/outubro, a Fiat cresceu 14,5%, 60.518 carros foram comercializados.

F. Alves Neto está concluindo a construção de sua loja na Av. Prudente de Moraes. Chico Alves, que há muito vem sendo procurado por várias montadoras para representá-las em Natal, prefere comercializar indistintamente todas as marcas. No entanto, em visita ao seu estoque, constatamos que a maioria dos veículos ali estacionados são da linha Chevrolet. Chico, a semelhança de Vilani, tem preços altamente competitivos em carros zero quilômetro, daí a sua numerosa e selecionada clientela.

Marpas S/A e a Distribuidora Seridó, concessionárias da Volkswagen do Brasil em nossa cidade, estão prometendo, para breve, um «Show» de ofertas do Gol 83, zero quilômetro, enquanto aguardam a chegada do mais novo integrante da família Volks, o «SANTANA». Este, segundo informações chegadas de São Paulo, foi a vedete da 1.ª Feira do Automóvel a Álcool, realizada, com sucesso, no Anhembi, de 11 a 20 de novembro próximo passado.

Os lojistas de Natal estão unidos em torno da comissão organizadora do «3.º FEIRÃO DO CARRO E DA MOTO», marcado para o dia 18 deste mês, no parque de estacionamento do Hiper Center Bompreço. As principais FINANCIERAS de Natal (FINASA e CREFISUL) já confirmaram presença, com taxas especiais para aquele dia. Várias ofertas serão levadas para esse «FEIRÃO».

Fernando Siqueira

Política populacional

CORTEZ PEREIRA

Em 1970 o IBGE projetou para 1980 a população de todos os Estados e o Rio Grande do Norte apareceu com uma previsão de 2.173.000 habitantes. Realizado o Recenseamento, encontrou-se apenas 1.899.000, isto é, 274.000 a menos.

A constatação de uma diferença tão grande, sem causas definidas como foi o caso do Paraná, despertou atenções especiais para o Rio Grande do Norte. Enquanto o universo, quase homogêneo do Nordeste, ofereceu uma média de 4,24% a menos do previsto em 1970, o nosso Estado apresentou uma diferença de 12,60% quando foram conhecidos os números do Censo de 1980.

A revista «Veja», de 16 de novembro último, analisando «A ameaça da superpopulação» no Brasil, nos atribui a afirmação de que 50% da diferença encontrada pelo IBGE no Rio Grande do Norte teria sido uma decorrência do programa de planejamento familiar que implantamos a partir de 1973.

Preferimos formular uma hipótese mais modesta e, sobre ela, desdobrar o raciocínio que demonstra a significação extraordinária de uma acertada política populacional, para se alcançar o desenvolvimento como expressão humanista.

Imaginemos que naquele diferencial encontrado pelo Recenseamento de 1980 no Rio Grande do Norte, apenas 10% da diferença tenha como causa o programa de planejamento familiar. Assim, dos 274.000 a menos em relação ao previsto, que se atribua ao programa a responsabilidade pela redução de 27.400 nascimentos.

Com esta hipótese, raciocinemos, houve uma redução real de 27.400 disputando alimentos, escolas, empregos, habitação, transporte, saúde, etc... nesse já tão terrível «vale de lágrimas» cheio de desempregados, famintos, doentes, analfabetos; foram 27.400 pessoas a menos.

Conhecer e quantificar, pela economia feita, os benefícios daí resultantes não é tarefa difícil, basta que se projete o custo que deixou de haver na criação de empregos, de escolas, de habitação, etc.

Ora, temos em abundância recursos naturais e mão-de-obra, que deixam de se tornar produtivos, por não termos o capital necessário a transformá-los de potenciais em reais. Essa carência de dinheiro seria ampliada, com os 27.400 habitantes a mais da hipótese que levantamos, com os seguintes itens e quantitativos:

a) Emprego para 8.100 pessoas em idade ativa; isto

é, 30% de 27.400, a razão de Cr\$ 9.000.000,00/o emprego (Sudene) Cr\$ 72.900.000.000,00;

b) Escolaridade, primária, em 2 turnos, exigiria 240 salas de aula, 6.850 carteiras, 480 professores e respectivas obrigações sociais — Cr\$ 623.000.000,00;

c) Saúde, calculada com base no índice da Secretaria de Saúde do Estado — Cr\$ 7.357,00/pessoa/ano — Cr\$ 201.000.000,00;

d) Habitação, à razão de 5 pessoas por casa, seriam 5.480 novas moradias de 60 m² cada — Cr\$... 9.864.000.000,00;

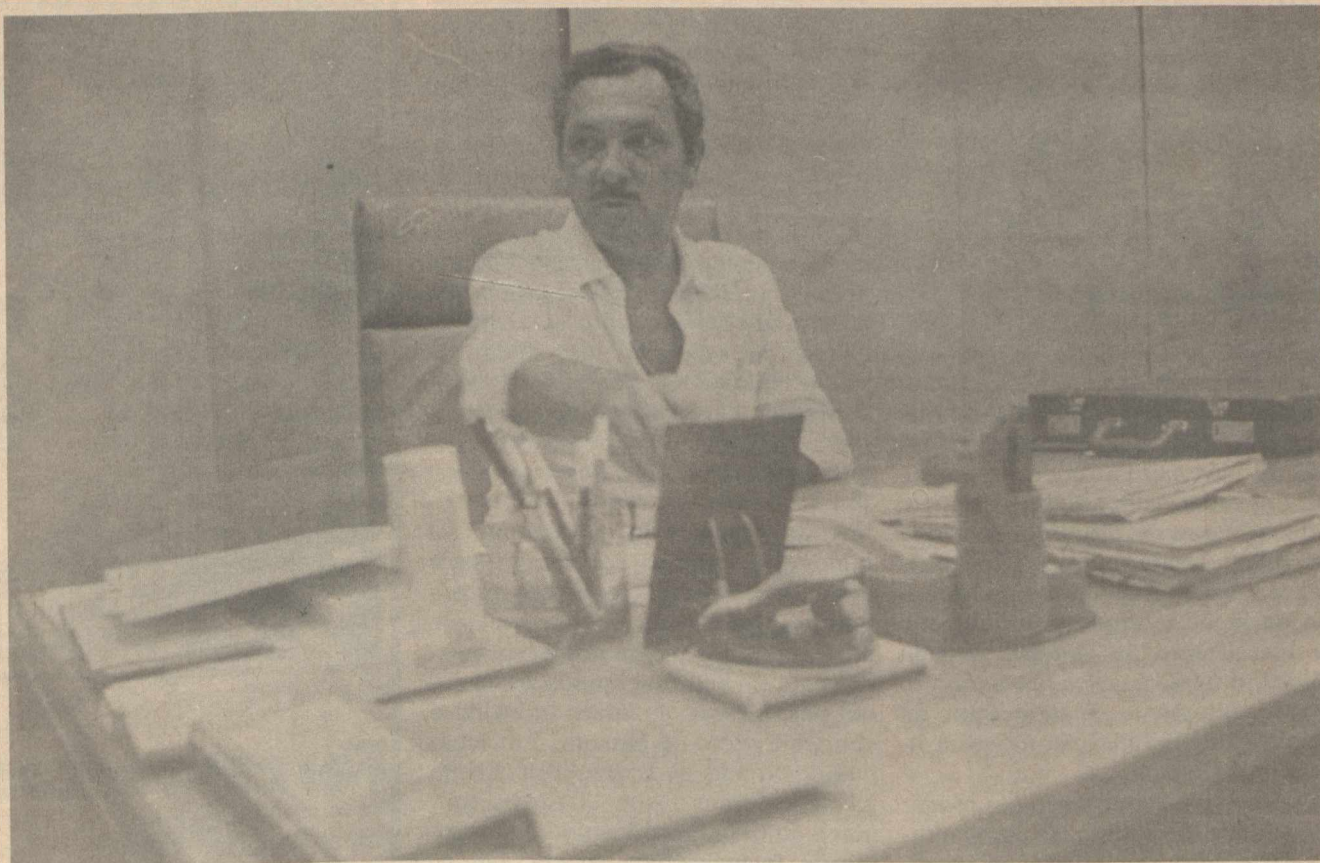
e) Alimentação, calculada à base mínima de 400 gramas per capita/dia — Cr\$ 4.000.000.000,00. Soma parcial — Cr\$ 87.588.000.000,00;

87 bilhões de cruzeiros é a soma de cinco itens mais facilmente quantificáveis, deixando tantos outros como segurança, transporte, Previdência, energia, água, comunicação, etc. 87 bilhões de cruzeiros representa tanto quanto a contribuição tributária da produção de algodão do Estado.

Se, com maior realismo, com maior aproximação da verdade, atribuímos ao desempenho do programa de planejamento familiar não os 10% da nossa hipótese, mas 40 ou mesmo os 50% divulgados na reportagem de «Veja», chegaríamos a conclusão de que o programa possa ter dado ao Estado uma economia da ordem de Cr\$ 348 ou 435 bilhões, só nos 5 itens projetados, em 10 anos. Mais importante, bem mais importante, do que a quantificação materializada de quase meio trilhão de cruzeiros como expressão parcial do benefício, é ter-se a consciência de que por isto passou a haver menos miséria, menos crianças matriculadas no crime pelo abandono, menos revolta, menos indignação, menos vergonha de ver a «imagem e semelhança de Deus» marcada de ódio no rosto dos marginais e bandidos, filhos da fome.

Foi aqui, no Rio Grande do Norte, no nosso Governo, onde se fez o primeiro programa oficial de planejamento familiar no Brasil. O preço pago foi alto, as dificuldades numerosas. Nas circunstâncias da época não foi fácil enfrentar, ao mesmo tempo, a decisão contrária do Governo do General Médici, a antipatia de áreas religiosas e o combate furioso das esquerdas.

A total convicção do acerto, os estudos que fizeram sólida a decisão, a certeza de tornar miragem o desenvolvimento sem a antecedência do planejamento familiar, tudo isso, fez-nos, não apenas fazer, mas com urgência eficiente o programa que virou cópia em favor de regiões subdesenvolvidas no mundo e que, agora o Governo do Brasil prepara-se para segui-lo.



Alvaro Motta: Bandern financia projeto importante

BANDERN VAI APLICAR 1,5 BILHÃO NO "PROJETO ARENÃ"

O Banco do Estado do Rio Grande do Norte vai aplicar mais de 1 bilhão e 500 milhões de cruzeiros no «Projeto Arenã», tendo como objetivo principal incentivar a produção de mandioca e aumentar a a farinha produzida a partir deste produto. A informação é do Presidente do Bandern, Álvaro Motta, acrescentando que em princípio, este aumento de produção visa atender a demanda do mercado interno, com amplas perspectivas de voltar-se futuramente para os mercados externos.

Para Álvaro Motta, o «Projeto Arenã», objetiva, através de sua estrutura, capacitar o produtor rural — na área de mandioca e derivados — a aumentar sua produção, bem como sua área cultivada com a matéria-prima, fazendo com

que, a mandioca e seus derivados passem a figurar no quadro econômico do Estado, não como cultura e produção artesanais, mas sim, como item de caráter realmente produtivo.

Atualmente, o Bandern já financiou 38 casas de farinha, aplicando mais de 51 milhões de cruzeiros, nos municípios de São José de Mipibu, Vera Cruz, Montê Alegre e Brejinho. A próxima etapa beneficiará Touros, Pureza, Taipu e São Bento. Segundo o Presidente do Bandern, o «Projeto Arenã» estará presente também em todo o litoral do Rio Grande do Norte.

Com isto, acrescenta Álvaro Motta, se estará incrementando, de forma real, a atividade agrícola-industrial deste setor de produção, com o aumento da receita do pro-

ductor e crescimento da arrecadação estadual, que, sem dívidas, são fatores de desenvolvimento.

OBJETIVOS SOCIAIS — *Com o apoio às casas de farinha, o «Projeto Arenã», além de visar um horizonte econômico, objetiva também a melhoria de vida do homem do campo com geração de novos empregos, fixação do homem à terra, aumento de sua receita financeira e outros benefícios como a melhor qualidade de vida nas comunidades pela infra-estrutura a ser instalada pelo Projeto.*

Hoje, esta atividade econômica acha-se produzindo em estado semi-artesanal, notadamente em núcleos produtores onde inexiste todo um conjunto de medidas capaz de incentivar e assegurar uma produção em escala industrial.

PESCA

Também está em baixa produção de lagosta

A produção de lagosta na costa do Rio Grande do Norte, esse ano, representou apenas 40 por cento do que foi produzido o ano passado. Até o mês de novembro a produção era de 180 toneladas, com previsão para até o final do ano de 210, enquanto que em 1982 a produção foi em torno de 480 toneladas. Essa queda na produção da lagosta, segundo o delegado de Fiscalização da Sudepe, Wilson Collier, deve-se à pesca predatória e, conseqüentemente, à total falta de condições de fiscalização na costa litorânea do Estado.

O Setor de Fiscalização — convênio Sudepe/Secretaria da Agricultura — funciona atualmente em condições consideradas precaríssimas, se levada em consideração os custos que requer uma fiscalização eficiente. Não há barcos disponíveis, os carros são poucos e em condições lamentáveis, não há combustível e o número de fiscais (4 do Estado e mais 8 emprestados da Sudepe) “é irrisório, uma piada, não existe”, diz nervoso Wilson Collier, que lamenta profundamente que o Setor de Fiscalização não tenha nem orçamento e, de acordo com suas previsões, é possível que no próximo ano esse setor deixe de funcionar. Wilson Collier se

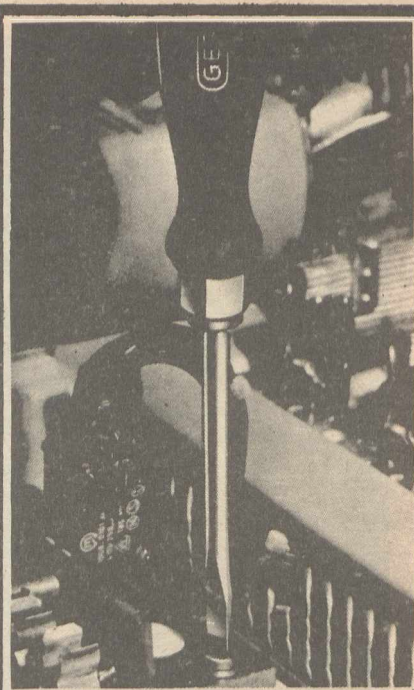
diz cansado de procurar as autoridades competentes para resolver o problema e informa que em alguns setores da administração estadual deixou de ser recebido sob a alegação de que ele só «leva problemas». Mas os problemas existem, argumenta ele.

PESCA PREDATÓRIA — A legislação pesqueira do Governo Federal prevê a proibição de pesca da lagosta no período de novembro a fevereiro, quando há a desova, mas diante da impossibilidade de se fiscalizar devidamente, o que está acontecendo é a pesca indiscriminada da lagosta pequena, prejudicando dessa forma o seu crescimento e reprodução, sacrificando assim todo o cardume. O maior problema se dá com a pesca ilegal de empresas cearenses (outro Estado produtor da lagosta), que se utilizam de barco para pescar em nossa costa e «aliciam» nossos pescadores para pescar em época indevida e vender a preço de banana. Em meados deste mês de novembro próximo passado foram vistos 13 carros com placa do Ceará, conduzindo a lagosta miúda, inclusive uma carreta, segundo informou Collier.

Collier informa ainda que, além do prejuízo para as empresas locais — eles deixam de exportar a mesma quantidade do que foi produzido devido aos meios ilegais utilizados — tem o lado da sonegação fiscal, porque não gera ICM. Para o gerente da Produmar, Luís Antônio Puglia, “o pescador compartilha dessa safadeza, por mais que se converse sobre o assunto”. A quantidade da pesca predatória nesses últimos meses, no Estado, tem dado para encher um navio, confessou Wilson Collier, que



Collier: fiscalização difícil



Ferramentas para todos os fins

Para um bom serviço, uma boa ferramenta.

Qualidade com o preço criterioso, as melhores marcas com a tradição de quem sempre vende o melhor pelas melhores condições. Procure no lugar certo a ferramenta que você precisa: Queiroz Oliveira.



QUEIROZ OLIVEIRA

Comércio Indústria Ltda.

Av. Rio Branco, 185 — Fone: 222-2056

em tom de revolta diz que estamos em período de maior incidência de desova.

Collier diz que tem sido impossível fiscalizar — “nem um barco temos” — 400 quilômetros de costa que está sob a responsabilidade da Sudepe. Os maiores produtores de lagosta no Estado tem sido Rio do Fogo, Maxaranguape, Caiçara, Touros, Tibau do Sul, Areia Branca e Natal, e portanto são também os mais afetados pela pesca ilegal. O Rio Grande do Norte, informou o gerente da Produmar, Luís Puglia, está entre os primeiros maiores produtores de lagosta do Brasil, acompanhado de perto pelo Ceará, que insiste em invadir a costa norte-riograndense.

CONSEQUÊNCIAS — A pesca predatória, continua Collier, traz consequências desastrosas para as 25 mil famílias que vivem de pesca no Estado, porque há o desequilíbrio ecológico, vez que o peixe também começa a escassear. Segundo ele, o Propesca (projeto do Governo) está prestes a parar por falta de matéria-prima, “e isso já é reflexo do desequilíbrio ecológico que a pesca predatória da lagosta provoca, vez que com a continuidade, o cardume vai ser ex-



A lagosta está mesmo sumindo

tinto. Diz ainda Collier que “não adianta o investimento no Propesca, se não é dada condições de fiscalização. Com essa situação, as previsões são as mais negras possíveis”.

A exportação da lagosta — que representa tudo que se pode salvar da produção do Estado, significa milhões em dólares. Para exemplificar os custos da lagosta, Wilson Collier afirma que na praia, a lagosta está custando Cr\$ 15 mil o quilo. Ele defende veementemente a produção lo-

cal porque, além do ICM, gera empregos e se alguma empresa está falindo, é exatamente pela pesca ilegal e saída do produto, também ilegal, para outros Estados.

Afirmado que o Governo devia dar maior atenção a esse setor de fiscalização, Wilson Collier diz que sua luta do dia-a-dia é acabar com essa situação e promete que, se as coisas não melhorarem, ele vai ter de sair do Setor de Fiscalização, porque do jeito que tá “eu enlouqueço”. □

DESTINO: O PROGRESSO.

No ato, diário, de transportar mais de 300 mil pessoas em Natal as empresas urbanas cumprem o papel de manter as energias da cidade voltadas para a ação do progresso. Uma carga preciosa de vidas e destinos, num trabalho continuado que começa nas primeiras horas do dia e termina com as últimas. As empresas Guanabara, Aparecida, Cidade do Sol e Pirangi repartem a tarefa e a desempenham em comum, conscientes do destino que precisa ser atingido.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES URBANOS

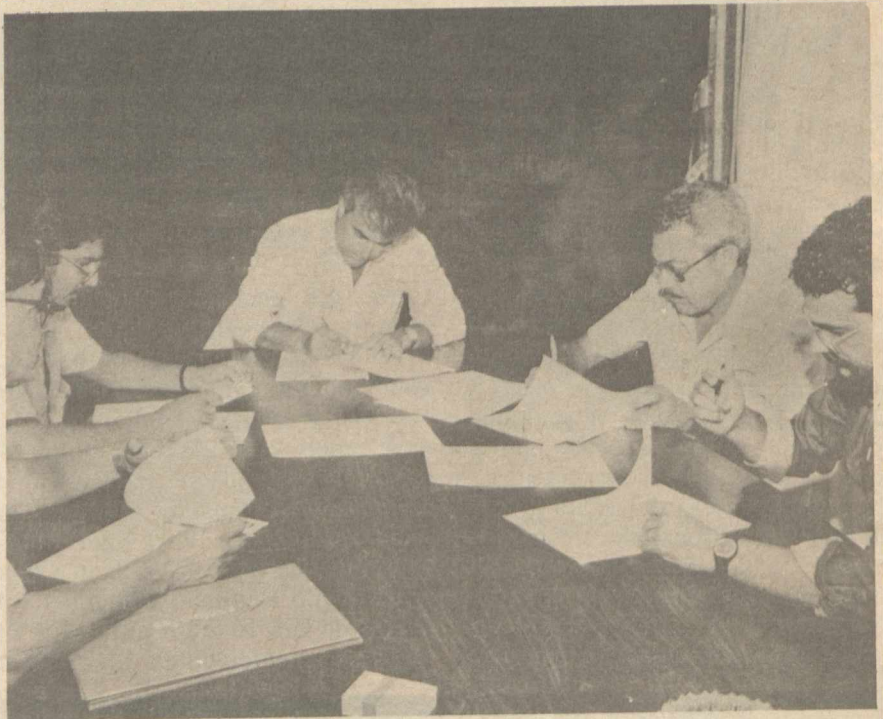
SESI IMPLANTA PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO

Com o objetivo de propiciar ao trabalhador da indústria a possibilidade de adquirir alimentos a preço de custo, o Serviço Social da Indústria — Sesi, está implantando o Programa de Alimentação para o Trabalhador da Indústria — Proalti, que, além de contribuir de maneira decisiva para o desafogamento do orçamento familiar do industrial, terá ainda reflexos positivos como evitar desperdício de tempo para ir às compras, economia com transporte, impede que o trabalhador fique endividado e atende às necessidades básicas da família.

A iniciativa partiu do Diretor Regional do Sesi, empresário Fernando Bezerra, que também preside a Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte — Fiern, constituindo-se numa proposta pioneira e voltada para a integração da empresa à realidade do trabalhador, atribuindo a estas um relevante papel social frente ao quadro de dificuldades atualmente posto.

DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA — As informações a respeito do Proalti foram prestadas pelo Superintendente Regional do Sesi, Marcos Aranha, dizendo que periodicamente é feita uma avaliação da programação desenvolvida no Departamento Regional, através da Assessoria de Controle e Planejamento — Acoplan, dirigida pelo Professor Manoel Barbosa, constatando-se que o maior problema do trabalhador da indústria é a sua perda de poder aquisitivo, com resultados negativos na dieta familiar, drasticamente reduzida frente ao contínuo e descontrolado crescimento de preços da alimentação.

Assim, afirmou Marcos Aranha, ao tomar conhecimento das observações da Acoplan, o Diretor Regional, Fernando Bezerra, sensibilizou-se diante do fato, propondo ao Conselho que fosse desenvolvido um trabalho voltado para o atendimento dessa carência. Em função disso, lembra Marcos Aranha, foi feita uma consulta às fábricas, escolhendo-se, a partir das informações dos trabalhadores, 11



Na assinatura do convênio, Manoel Barbosa, Marco Emílio Aranha, Fernando Bezerra, Joca Mota e João Bosco

produtos a serem comercializados.

Em seguida, a equipe de assistentes sociais estabeleceu contatos com diretores de empresas, visando a divulgação do Programa. Atualmente, já duas estão conveniadas com o Sesi: o Curtume Jota Motta e a Empresa Nossa Senhora Aparecida. Esclarecendo a participação de uma empresa de transporte inscrita junto a tal iniciativa, que volta-se prioritariamente às indústrias, disse Marcos que o Sesi, além de sua clientela típica, assiste ainda às empresas na área de pesca, comunicação e transportes.

30 MILHÕES — Falando a respeito da presença do empresariado na iniciativa, disse Marcos Aranha que faz-se necessário total apoio do setor, salientando até mesmo as finalidades sociais da empresa. Acrescentou que tem havido divulgação através da imprensa e pelo próprio Fernando Bezerra, que em reunião do Conselho da Fiern destacou a importância do Proalti, convocando a categoria a unir-se em favor da idéia.

A tendência, salientou, será um crescimento progressivo, acreditando que o empresariado industrial será sensível à promoção. Como prova disso, citou que, de Macau a Mossoró, já surgiram consultas a respeito da possibilidade de ampliação do Programa até aquelas cidades, o que deverá ser analisado oportunamente. Enquanto isso, deverá ser intensificada a divulgação do Proalti, seja através dos veículos de comunicação, seja através do setor de assistência social do Sesi.

Visando uma maior consolidação do Programa, disse Marcos, Fernando Bezerra objetiva conseguir do Departamento Nacional do Sesi uma maior dotação para a aquisição de alimentos, com maiores garantias ao seu custeio, prevendo-se, que, com recursos locais, serão investidos Cr\$ 30 milhões para aquisição do alimento. A necessidade do aporte de recursos deve-se acima de tudo a que a proposta tem finalidades não-lucrativas, onerando sobremaneira a Superintendência local.

ABAIXO DO CUSTO — A inten-

ção, em função da repercussão que o Proalti venha alcançar, será a criação de postos de venda a preços de custo, criando-se até mesmo uma cadeia de postos, visando atender à maior massa possível de trabalhadores. Detalhando, disse que o Sesi dispõe de instalações na Salgado Filho, atualmente alugadas à Telern, mas que, futuramente, poderão ser utilizadas como posto de comercialização.

O Programa conta com o assessoramento do economista Braz Morroni, ressaltando Marcos Aranha que o Proalti, mesmo dizendo-se que atua a nível de preços de custo, na verdade colocará produtos abaixo de custo, porque o Sesi não repassa ao trabalhador toda a sua grande estrutura de funcionamento, posta à disposição do Proalti, como funcionários, depósitos, energia elétrica, instalações, viaturas. Afinal, manifestou a certeza de vitória na iniciativa, contando com a participação do empresariado no Programa, que vem ao encontro dos anseios da classe trabalhadora e funciona como elemento precioso no enfrentamento da crise que atinge toda a sociedade brasileira.

Um programa que tem um grande alcance

O Programa de Alimentação para o Trabalhador da Indústria — Proalti, com amplos e densos resultados sociais, poderá beneficiar largas faixas do operariado, desde que o industrial se conscientize de sua responsabilidade perante o momento atual. Para tanto, basta manter contato com a Assessoria de Controle de Planejamento — Acoplan, firmando um convênio para a recepção das mercadorias que serão repassadas ao trabalhador.

Pelo convênio, o Sesi obriga-se a fazer a entrega dos alimentos à empresa, que, por sua vez, deverá destinar um local convenientemente preparado para servir de depósito, fazendo então a entrega aos operários inscritos. Estes, somente serão atendidos até à faixa de dois salários-mínimos regionais. A empresa encaminhará ao

Sesi ordens de compra para cada empregado e este, por sua vez, no prazo de dez dias fará a entrega do material. O desconto será feito em folha.

Inicialmente, 11 produtos foram escolhidos para comercialização, e seus preços permitem uma economia de 40 por cento em relação a uma cesta básica, comprada em supermercado ou mercearia. Assim, mensalmente o trabalhador poderá comprar feijão preto, ao preço de Cr\$ 440,00; feijão cari-quinha, ao mesmo preço; arroz, Cr\$ 395,00; açúcar, Cr\$ 300,00; farinha, Cr\$ 240,00; margarina Bem-Te-Vi, Cr\$ 330,00; Óleo Violeta, Cr\$ 975,00; Leite Ninho, Cr\$ 975,00; Vitamilho, Cr\$ 280,00; Macarrão Pilar, Cr\$ 189,00; Café Estrela, Cr\$ 420,00, por 250 gramas; Sal Marlin, Cr\$ 64,00; rapadura pequena, Cr\$ 100,00; e mortadela, Cr\$ 700,00.



SANTO DE CASA FAZ MILAGRE? FAZ.

Nós fizemos. Completamos 14 anos de trabalho sério e consciente em favor do Rio Grande do Norte. E vamos continuar prestando, com o mesmo nível editorial e gráfico. Por isso afirmamos que santo de casa faz milagre.

RN/ECONÔMICO

REVISTA MENSAL
IMPRESSOS EM
OFF-SET E
TIPOGRAFIA

Rua São Tomé, 421 - Telefone (084) 222-4722 - Centro - CEP 59.000 - Natal-RN



Agripino: agora, um novo ritmo

GOVERNO

Agripino ajusta o time e já partiu para reação

Oito meses depois de ter assumido o Governo do Rio Grande do Norte, o sr. Agripino Maia praticamente não teve tempo de sentar para administrar, forçado a uma correria incessante atrás de recursos. Mas, mesmo sem tempo para elaborar esquemas administrativos, o Governador potiguar sentiu que tinha de, com crise

ou sem crise, definir um rumo para o Estado. Afinal, a Oposição está aí. E para ela pouco importam motivos, estando interessada apenas em pretextos para criticar como, de resto, ocorre com toda oposição. No dizer de um assessor do Palácio Potengi, Agripino conseguiu tempo, entrou no ritmo de Governo com crise e passou

COMIDA TÍPICA ESPANHOLA



Em Natal, somente no Restaurante Nemésio você encontra os pratos típicos da cozinha espanhola. No Centro da Cidade, Nemésio oferece também:

- Cozinha Internacional
- Ar condicionado
- Música ambiente
- Bebidas finas

26 anos a serviço da boa culinária.

TODOS OS DIAS
BACALHOADA.

**NEMÉSIO
RESTAURANTE**

Av. Rio Branco, 728 tel.: 222-4658



Se você paga caro por sua saúde e de sua empresa, certamente você entrou no sistema errado.

Além dos convênios com Empresas a INTERMÉDICA está lançando a assistência personalizada à sua saúde e a dos dependentes que V. designar.

CONSULTAS, EXAMES COMPLEMENTARES, INTERNAMENTOS para V. utilizar quando necessitar, aqui e em todo Brasil.

Sendo a maior organização de Medicina de Equipe do Rio G. do Norte... (200 especialistas, Clínicas, Hospitais e Maternidades), é claro que os planos que oferece são seguramente os melhores. Ponha a saúde de sua família em primeiro plano. Chegou INTERPLAN, o plano de saúde da INTERMÉDICA.

Em matéria de Convênios Globais com Empresas (Indústrias, Comércio, Bancos, Hoteis), a INTERMÉDICA também é pioneira. Pergunte à Guararapes, Algodoeira São Miguel, Borborema, Sotep, Textita, Vasp, Chesf, Subaquática, Center Othon, Sudene, Banco Auxiliar. etc, etc. Contacte conosco.



INTERPLAN
Plano de Saúde Intermédica
Avenida Prudente de Moraes, 1495 - Fone PABX 223-3663

INTERMÉDICA
Assistência Médica Global
Avenida Prudente de Moraes, 1495 - Fone PABX 223-3663

a inverter os rumos da situação. Se, até antes de completar oito meses de Governo, estava sendo bombardeado por críticas veementes não só da Oposição como de outros jornais, partiu para uma reação, deu uma checagem geral na equipe e, se não conseguiu um ajuste completo, pelo menos passou a controlar os acontecimentos. Sintomaticamente, depois dos ajustes a própria Oposição parece ter perdido muito da munição com que vinha mantendo o fogo cerrado das críticas.

CONTORNOS DE GOVERNO — Os observadores vêem na maneira rápida com que foram resolvidos os problemas na Secretaria da Educação e na Cosern sintomas de um Governo que não se intimida com as providências internas, nem parece inibido com as conveniências políticas quando há questões delicadas a se decidir. Uma das características que o Governador

tem deixado bem à mostra é o do respeito às críticas. Um respeito que, no entanto, não pode ser confundido com intimidação. Pela maneira com que o Governo tem permitido respostas do jornal oficial a certas campanhas — e a pessoas físicas — da Oposição, é possível também ir ao ataque, sobretudo em relação ao grupo Alves.

Desse modo, o Governo Agripino Maia, ainda sem completar um ano, já tem uma personalidade definida. Há um padrão de comportamento previsível, com a marca nítida da personalidade e do estilo do jovem Governador, que não tem dado mostras de tutela, seguindo um rumo próprio. Mesmo sem a aura de popularidade, impossível com a crise atual, a administração Agripino Maia está, depois de superadas algumas hesitações, conseguindo transmitir o que dela se esperava: segurança. □

IMPOSTO

O leão continua com suas unhas de fora

A arrecadação de Imposto de Renda no Estado do Rio Grande do Norte também refletiu a séria crise financeira que atravessa o País, e particularmente os Estados nordestinos, considerada a região mais pobre do Brasil. Segundo o Delegado da Receita Federal no Estado, Otacílio Dantas Cartaxo, houve “um crescimento nominal em relação ao ano de 1982 em torno de 126 por cento, mas se compararmos com o índice inflacionário, o crescimento foi negativo, o que significa uma queda na arrecadação”.

Para Otacílio Cartaxo, essa queda já estava prevista porque a Receita trabalha com previsões, levando em conta todas as tendências da conjuntura. “Procuramos fazer a previsão de forma mais realista possível”. Este ano a previsão de arrecadação foi em torno de Cr\$ 18 bilhões “e essa arrecadação está sendo acompanhada passo a passo”.

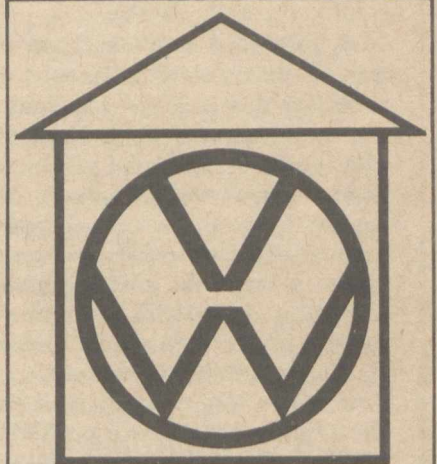
O Delegado da Receita explica que durante todo o ano é feito o acompanhamento da previsão, primeiro da previsão mensal de arrecadação “e essa previsão é feita por imposto. Quando acontece que um determinado mês a arrecadação não

acompanhou as previsões, então se faz um estudo das causas desse descompasso”. A Receita atua a partir dessas causas detectadas, no sentido de recuperar a arrecadação perdida naquele mês.

SONEGAÇÃO E ATRASO — Os atrasos no pagamento ou mesmo sonegação, são poucos, adianta Cartaxo, embora existam. Ele garante que, apesar da crise, não há grandes problemas com as empresas e que o índice de inadimplência é baixo. O maior índice de inadimplência, garante Cartaxo, é o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

Embora com pouca frequência e apesar da fiscalização permanente da Receita Federal, a sonegação existe e muitas vezes há necessidade de inquérito. Em tais casos o trabalho é feito conjuntamente com a Polícia Federal. Quando se descobre uma fraude normal na arrecadação do leão, aplica-se uma multa de 50 por cento, mas se houver falsificação de documento, aplica-se a multa de 150 por cento e o responsável ainda responde inquérito. □

**PEÇAS PARA
VOLKSWAGEN
E FIAT**



**CASA DO
VOLKS**



É necessário manter seu patrimônio em dia.

A época é de crise.

E se você possui Volkswagen ou Fiat, não se esqueça que a Casa do Volks tem todo tipo de peça e acessórios para esses carros, inclusive tintas automotivas. A Casa do Volks vende a preços, realmente, sem competidor. Um amplo estacionamento coberto e um dos melhores atendimentos da cidade são bons motivos para você comprar na Casa do Volks. Seu carro estará mais protegido e você, naturalmente, mais satisfeito. Afinal, manter um patrimônio não é fácil.

GURGEL & OLIVEIRA

Comércio e
Representações Ltda.

Av. Prudente de Moraes, 1804
Tel.: 223-2488

Inflação e desemprego: uma ótica acadêmica — 1

A inflação é um fenômeno em que se observa o crescimento sistemático dos preços, dos bens e dos serviços, ou uma época de alta generalizada dos preços de mercadorias e dos fatores de produção. Essa alta de preços pode ser vagarosa ou rápida e quando cada aumento de preços provoca aumentos de salários e de outros preços, estamos diante da hiperinflação, ou inflação galopante.

O índice que demonstra a taxa de inflação brasileira é o ÍNDICE GERAL DE PREÇOS, publicado mensalmente na revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas; este índice é encontrado nas colunas 1 e 2, sob os títulos de OFERTA GLOBAL e DISPONI-

BILIDADE INTERNA, respectivamente.

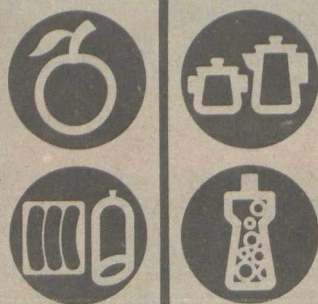
De uma forma geral, toma-se como base de cálculo para a taxa de inflação o ÍNDICE GERAL DE PREÇOS-DISPONIBILIDADE INTERNA (col. 2), tendo em vista que este é o mais objetivo no que tange ao aspecto da utilização dos bens, enquanto que o índice da OFERTA GLOBAL abrange a origem dos bens, introduzindo, portanto, oscilações de preços relativos ao comércio internacional.

A inflação representa a perda do poder aquisitivo da moeda, de uma forma geral e como exemplo, em um País que ocorre uma taxa de inflação anual da ordem de 20%, a moeda que tinha poder

aquisitivo de 100 no ano t passa a ter um valor aquisitivo de 80 ($100 - 0,20 \times 100$) no ano $t + 1$.

As causas da inflação são múltiplas e variadas e temos visto que diversos autores analisando problemas relativos à inflação, percebem que existem em todas as economias diversos campos de desajustamentos, representados por tensões de curta duração que, via mecanismo de preços ou qualquer outra maneira, se equilibram. Qualquer pagamento que não corresponder, de forma geral, a igual contrapartida de bens e serviços provoca certa tensão na economia, podendo-se afirmar que um processo inflacionário somente começa quando as tensões têm caráter nitidamente inflacionário, isto é, diferem das normais por sua duração e por sua potencialidade.

Na apreciação dos fenômenos relativos à inflação, verifica-se dois aspectos: os desajustamentos



supermercado
Nordestão

NATAL FE

Nas festas de NATAL aproveite as ofertas



maionese

ARROZINA



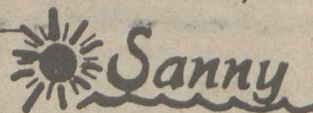
PERÚ



SERIGY



CONFECÇÃO



WHISKY

**OLIVEIRA
EIG**

Sidra
Cereser

B



entre oferta e procura e o acréscimo do meio circulante. Acreditamos que destes dois pontos é que surgiram as diferentes teorias inflacionárias.

Inúmeras são as formas de inflação conhecidas: a inflação de demanda ocorre quando a procura de bens e serviços é maior do que a disponibilidade destes no mercado; então se elevam os preços de certos bens e serviços, tornando mais caros também os de outros, levando a reajustes salariais. A inflação de custos tem origem na introdução de um componente autônomo de custos no sistema econômico. Por exemplo, um sindicato com poder de barganha muito grande consegue elevar os seus salários em termos reais, sem compensação de produtividade. Podemos dizer que um aumento nos preços das importações determina dentro da fábrica um custo mais alto de materiais importados.

Ou que uma elevação de tributos provoca o aumento dos custos de produção e dos preços. Inicia-se assim um processo de inflação, em cujos desdobramentos é necessário que os salários se elevem, que outros preços se elevem. A inflação estrutural deve-se a programas de substituição de importação, ou mesmo relaciona-se com estados de subdesenvolvimento econômico ou com desequilíbrios associados ao crescimento acelerado.

Esses são os três enfoques principais e tradicionais na explicação da inflação, não obstante depararmos com outros tipos de inflação como a inflação latente, resultado da elevação desproporcional dos ativos líquidos em consequência dos quais a procura aumenta, caracterizando uma ausência quase completa de intervenção governamental. A inflação crônica decorre de fenômenos permanentes (dese-

quilíbrios setoriais ou regionais). A inflação aberta se dá quando o público perde totalmente a confiança no meio circulante, entregando-se à especulação desenfreada; sua principal característica está no funcionamento do sistema de preços como único agente de racionamento. A inflação setorial é caracterizada pela coexistência com a deflação, devido ao delicado equilíbrio entre estas duas tendências opostas: excessiva procura de um setor e inaproveitada capacidade produtiva, ou estoques acumulados, em outro. Esse tipo pode ser associado, por vezes, ao crescimento econômico normal ou à rigidez da estrutura de preços e de custos.

JOSÉ RONALDO VILAR DE QUEIROZ, economista, professor de Teoria do Planejamento da UNIPEC — Faculdade de Administração, Ciências Econômicas e Contábeis de Natal-RN.

LIZ NATAL

AL e FIM DE ANO S do NORDESTÃO.



Nordestão



nova margarina



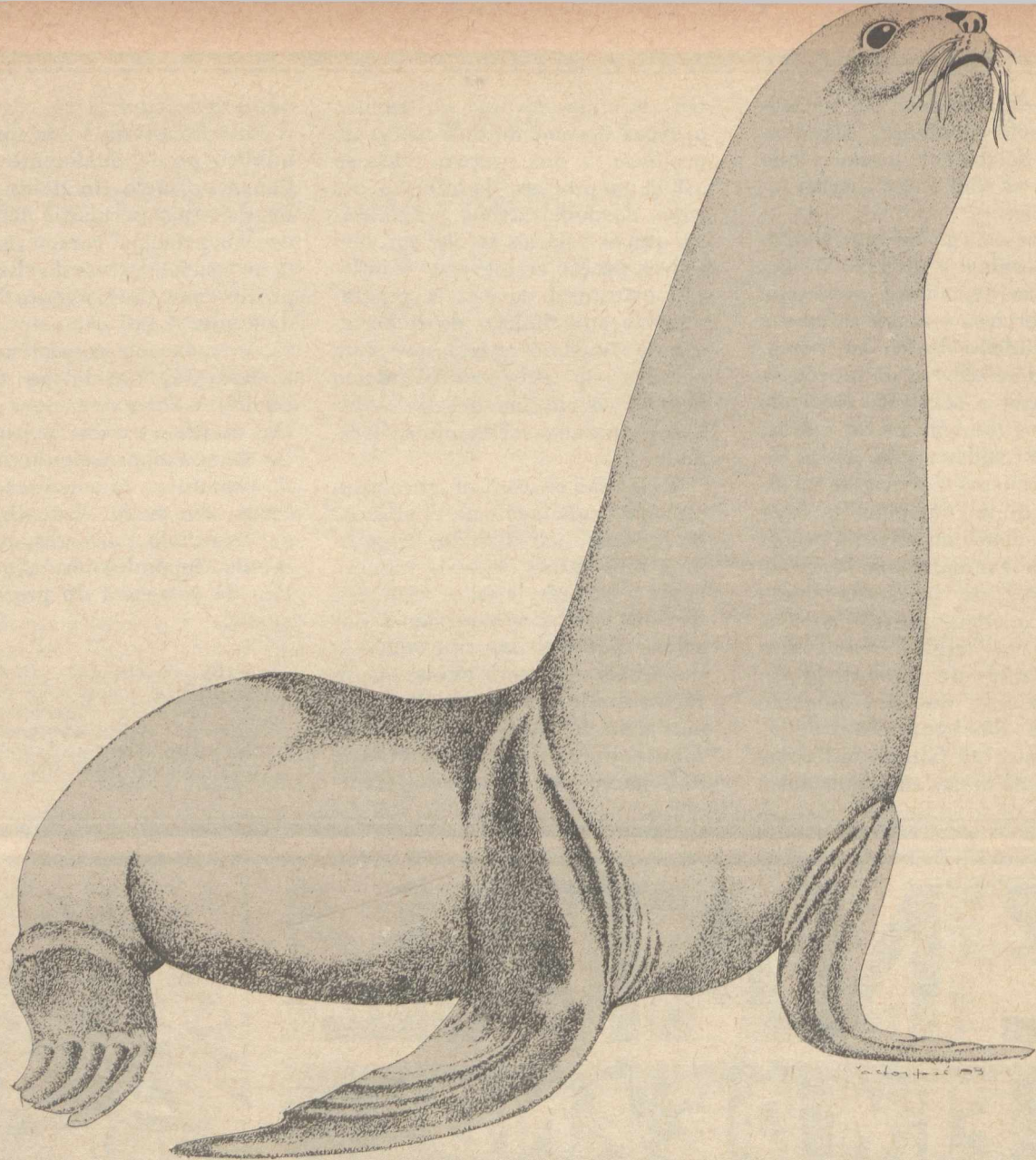
BRINQUEDOS

Bonec-art



supermercado
Nordestão
sua preferência, nossa dedicação

EXPO



TIRE SUA EMPRESA DO GELO CONTRATE UM FOCA*

O segredo não é mais a alma do negócio. Calar significa isolar-se, ficar no «gelo». Agora, o caminho para o sucesso da sua empresa é falar com competência. E ninguém melhor do que o foca para ensinar sua empresa a falar.

Novos profissionais de comunicação deixam os bancos da UFRN, trazendo até você especialistas em divulgação, redação jornalística, assessoria de imprensa e de relações públicas. Além de novas idéias na cabeça e muita garra.

*Jornalista novato, segundo o dicionário de comunicação.

Trabalho elaborado em aula prática de TPDJ IV. Turma Concluinte de Jornalismo 1983 – UFRN.

ARTES

Muita animação para mais um Festival

O V Festival de Artes de Natal será o acontecimento cultural mais importante este ano na cidade. Pelo menos é o que garante Francisco Alves da Costa Sobrinho, Presidente da Coart — Cooperativa dos Artistas de Natal, entidade criada este ano e que está organizando o Festival. Os fatos mostram que ele tem razão. Durante o período de 14 a 18 de dezembro próximo o Forte dos Reis Magos, a tradicional Fortaleza em forma de estrela, abrigará astros das mais diversas proporções nessa já tradicional festa de Natal. Passemos aos fatos:

A programação será dividida entre duas grandes constelações: a primeira formada por artistas de Natal e de capitais da região; a segunda, mais brilhante, formada por artistas do hegemônico eixo Rio-São Paulo. De lá, vêm estrelas irreverentes como Jards Makalé, músico; Waly Salomão e Antônio Cícero, poetas. Os dois últimos ministrarão o Curso «Poesia Brasileira — Tradição e Vanguarda» durante os quatro dias do Festival, na Escola Técnica Federal.

Enquanto desenrolam shows e outras apresentações artísticas, de noite e madrugada a dentro no Forte, pelos turnos de manhã e à tarde serão realizados cursos, ou oficinas, que funcionarão em algumas das salas da ETFRN. Fazem parte da programação de atividades culturais do Festival. A oficina de multimeios terá aulas ministradas por J. Medeiros, artista de vanguarda de Natal, com a colaboração dos pernambucanos Jomard Muniz de Brito, Paulo Brusky e Raul Córdula. Ainda de Recife, vêm Dinara Helena para a oficina de música; e Fábio Coelho para a de dança.

Na parte de música, vêm os artistas Jorge Papapá e Zelito Miranda, da Bahia; Bené Fontelles, de Mato Grosso; grupo Jaguaribe Carne, Dida Fialho e Pedro Osmar, da Paraíba. Além deles, claro, os músicos natalenses aqui residentes. Todos. Até Glorinha Oliveira. Do Rio, vêm os nossos conterrâneos Lola, Lelé, Mirabô, músicos; Kinha Costa e Lenício

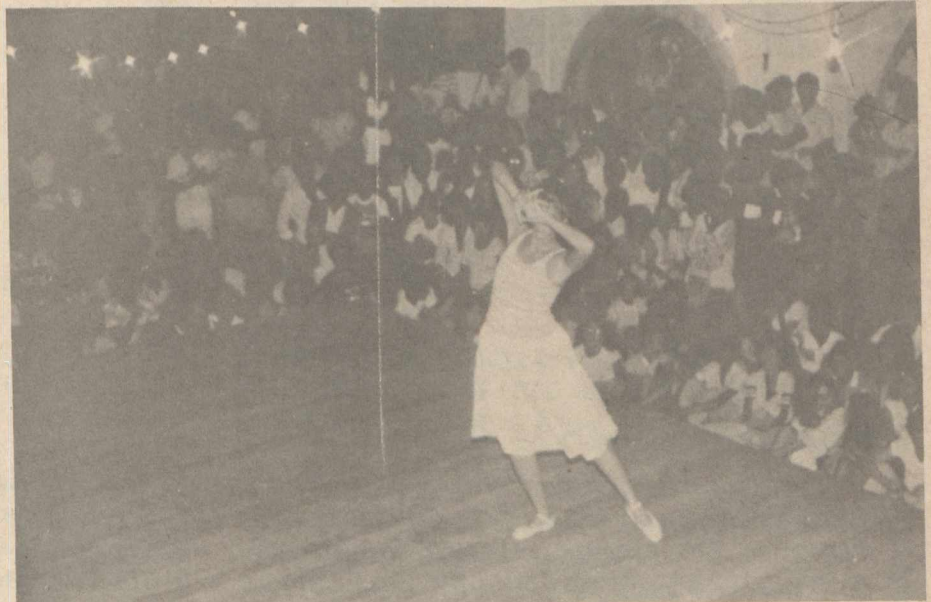
Queiroga, atores. Do Rio, vêm mais: o já citado Jards Makalé, e seu companheiro Xico Chaves.

Ainda na área de música, foram contactados outros. Geralmente aqueles de atuação independente dentro da máquina milionária que é a indústria cultural. Entre eles, Jorge Mautner e seu inseparável companheiro Nelson Jacobina. Mautner, em telefonema com uma das comissões, condicionou a sua vinda à obrigatória presença de Jacobina, e mais quatro ou cinco integrantes do seu novo grupo. Além disso, seria acertado um cachê para todo o grupo. Apesar da grande vontade dos promotores locais de trazê-los, a despesa seria muito alta, já que além do cachê todos teriam que vir de avião. A melhor opção foi Jards Makalé, que não apenas aceitou de imediato o convite como dispensou o cachê, contanto que a viagem, ida e volta, fosse de avião e fossem assegurados ainda a hospedaria e alimentação. A vinda do seu parceiro, Xico Chaves, estava

objeto de plástico que tomará alguns metros do espaço do Forte.

FESTIVAL — Formadas por artistas natalenses, que se aglutinam em torno da Coart, as comissões do Festival estão desde o início do ano mantendo contatos com os órgãos culturais e outros veículos do Estado para traçar uma boa organização na infraestrutura do evento. Dialogaram com a Fundação José Augusto, Emproturn, UFRN, ETFRN, Secretarias Municipal e Estadual de Cultura, Prefeitura, Casa Civil do Estado e Getu. A cada um desses veículos, expuseram os objetivos do Festival, que já se realiza pelo quinto ano consecutivo, com boa aceitação pelo público, com participação de centenas de jovens de classe média, inclusive rapazes e moças de outros Estados que se deslocam especialmente para a grande festa, e conseguiram sensibilizá-los.

Da Fundação José Augusto, por exemplo, se não conseguiram dinheiro, receberam a autorização para uti-

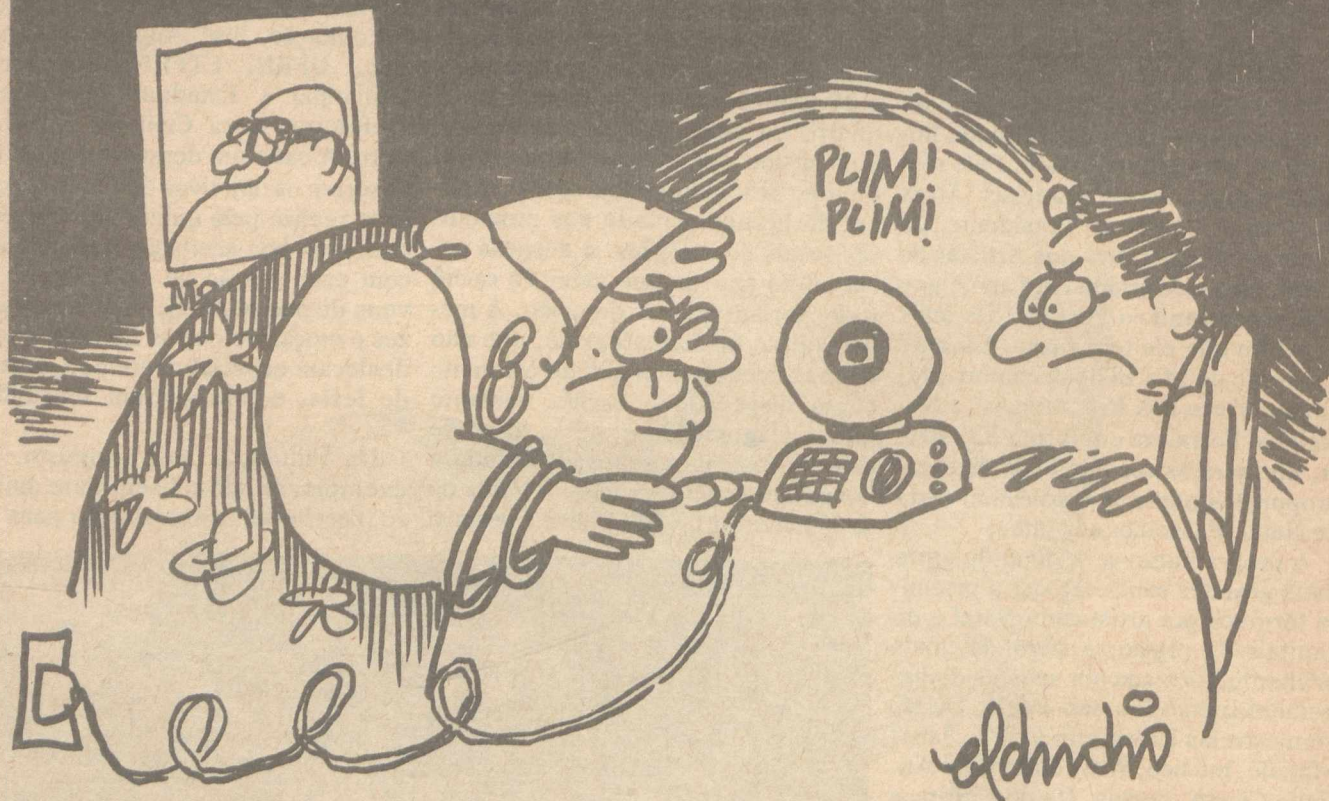


A arte é atração mais uma vez em Natal

ainda dependendo dos últimos contatos com a Rio-Arte, no Rio de Janeiro, que patrocinaria a sua viagem e estadia aqui.

De outros segmentos artísticos, vêm os cineastas Hugo Carvana e Maurício Cirne, do Rio. O primeiro vem por conta própria. Aqui mostrarão filmes e participarão de mesas redondas. Da capital paulista, onde no ano passado o Festival foi notícia na Folha de São Paulo, por ora apenas o artista plástico Marcelo Nietzsche, que, em compensação promete fazer o maior reboleço com a montagem da sua criação artística, «a bolha», um

lizarão o Forte e duas salas no Centro de Cultura, onde funciona a sede da Coart e a Loja do Artista. Dos outros órgãos conseguiram passagens aéreas, hospedagem e alimentação para os artistas convidados. Com relação ao grande público, não esqueceram, inclusive, de solucionar um dos maiores problemas surgidos no ano passado, quando muitos reclamaram da falta de ônibus circulando de madrugada na área do Forte. O Getu colocará duas linhas de ônibus para circular pelo local 24 horas diárias durante o período de realização do evento. □



A crise está tão feia que o Governo pretende livrar-se dos cemitérios: pensa em passar o abacaxi para a mão de empresas privadas.

Tal pretensão, segundo Asclepiades, o bem informado, está gerando descontentamento em alguns setores da oposição que já começaram a articular uma campanha pelo monopólio estatal dos cemitérios com o slogan «O cemitério é nosso».

E nesses momentos difíceis da vida, de futuro, incerto, só há uma saída: Madame Zazá e sua bola de cristal.

Nos deslocamos até o Alecrim para mais uma consulta na Tenda de Madame Zazá. Na tenda, uma novidade na decoração: uma fotografia de Magalhães Pinto com a frase «Magalha na Careca», único presidenciável ao mandato tampão.

Madame ligou sua bola de cristal na tomada, sem antes reclamar da conta da Cosern, que cada mês que passa vem com preços do futuro.

Sintoniza a bola, melhora o colorido e

visualizamos os cemitérios privados, com várias empresas concorrendo, todas oferecendo as melhores oportunidades.

Teremos o loteamento «O céu sem limite», com Shopping Center, com velas, coroa de flores, santinhos, etc. O «Parque São Pedro» oferece áreas de lazar para as almas penadas diminuïrem o seu sofrimento. O melhor de todos, porém, é o «Paraíso das almas», com vistas para o mar, tornando o sono eterno mais tranquilo.

E os condomínios, com túmulos dos mais variados, desde os mais simples até os mais sofisticados. O «Residencial Eterno», por exemplo, oferece túmulos com sala de estar para os familiares do morto no Dia de Finados conversarem sobre tudo, menos sobre o «ente querido».

Até o BNH resolvera construir túmulos populares. O único problema é que não se saberá quando o morto mutuário vai terminar de pagar.

No dia do Juízo Final, talvez.

1 — Sem alteração na constituição, a eleição para presidente da República será feita através de:

- a) Jardim Eleitoral
- b) Escola Eleitoral
- c) Ginásio Eleitoral
- d) Colégio Eleitoral
- e) Universidade Eleitoral

2 — Se as eleições forem diretas, serão marcadas para:

- a) 1985
- b) 1991
- c) 2021, uma urna no espaço
- d) 2045
- e) 2065

3 — O seu candidato é:

- a) Brizola, se os militares deixarem
- b) Maluf, se os militares deixarem
- c) Tancredo, Never
- d) Ulisses Guimarães, apesar do mau hálito

4 — Se Maluf for candidato às eleições diretas, ele vai gastar:

- a) Nada
- b) Pouca coisa
- c) Alguns trocados
- d) Um pouquinho mais que os outros
- e) Apenas as solas do sapato

5 — O candidato de Magalhães Pinto é:

- a) Magalhães Pinto
- b) Magalhães Pinto
- c) Magalhães Pinto
- d) Magalhães Pinto
- e) Magalhães Pinto

6 — O candidato de Tancredo é:

- a) Tancredo Neves
- b) Tancredo Neves
- c) Tancredo Neves
- d) Tancredo Neves
- e) Tancredo Neves
- e) Minas é Minas, ih, ih

7 — O eleitorado carioca vai votar em:

VESTIBULAR DAS DIRETAS



- a) Cacique Mário Juruna
- b) Agnaldo Timóteo
- c) Cacareco
- d) Garota de Ipanema
- e) Zico

8 — O slogan da Campanha de Magalhães Pinto será:

- a) «Magalha no guarda-chuva»
- b) «Magalha na cabeça»
- c) «Magalha no Coração»
- d) «Magalha na Careca»

9 — O candidato de Delfim é:

- a) Rockefeller
- b) Larosiére
- c) Bob Fridman
- d)

10 — E contra as eleições diretas:

- a) Paulo Maluf
- b) Mário Andreazza
- c) Paulo Maluf e Mário Andreazza
- d) Mário Andreazza e Paulo Maluf
- e) Todos os dois

Razões da Decadência

ROSEMILTON SILVA

Por que estamos na decadência? Os fatores são muitos. De um lado estão os dirigentes que investem muito alto em jogadores que nada representam e que, endeusados por uma máquina e por um sistema que procura fabricar ídolos na busca de trazer o torcedor para campo. Acontece que o nosso torcedor também é um técnico, também entende do riscado e, aos poucos, foi se afastando dos gramados. Prova de que não temos mais aquele futebol primoroso de antes é a violência que campeia e se alastra por todos os lugares onde o profissionalismo atua. Enquanto os treinadores brasileiros não quiseram inventar íamos bem; após isso, não pensamos mais do trivial de qualquer pelada do mais baixo índice técnico. Não há mais um trabalho nos clubes de bairros onde, antigamente, surgiam para as grandes equipes os seus futuros craques. Quem vai hoje para uma escolinha de futebol não pensa mais em jogar e sim em ganhar um dinheiro muito alto e aí reside um dos nossos maiores problemas.

Nunca fomos de correria, de resistência física. Nossa bola era jogada ou na raça ou na habilidade dos craques ou, ainda, nas duas coisas juntas. Vencemos três Copas, não pela velocidade mas sim porque a bola era quem corria. Nossos dribles, que deram um colorido especial ao nosso futebol, endoidou os galegos. Mas nós, ao invés de continuarmos com nossa arte, fomos tentar copiá-los quando, na realidade, quem deveria copiar era eles. Apareceram os treinadores que não queriam perder seus empregos e estes buscaram na retranca o seguro, as estabilidades de cada um. E, a partir daí, começou a nossa triunfal queda. É verdade que com a nova Seleção e a nova filosofia nós ganhamos um título de «Campeão Moral» e outro de «Maravilha da Espanha». Isso basta? Não, claro que não.

Com a nova Seleção também veio a política interna do País. Todos nós sabemos disso porque os novos jogadores eram pessoas mais esclarecidas, alguns até passaram por bancos de Universidades. No entanto, tudo isso não justifica a queda porque a grande maioria continua sendo de perna-de-pau mesmo. Prova maior disso continua sendo a violência, pois quem não tem técnica vai na porrada. E não tem dado outra coisa nos estádios: porrada a torto e a direito.

Numa viagem a Recife, nosso Manoel Barbosa me dizia que os jogadores brasileiros não sabem mais futebol. Essa tese de Manoel vem de acordo com opinião minha emitida diversas vezes nas páginas da Tribuna do Norte e neste canto a mim reservado. E Manoel Barbosa fundamentava sua fala num jogo entre Santa Cruz e Náutico que ele havia assistido e em outras partidas do seu tricolor pernambucano. Ele, experiente também no assunto, homem que nunca foi numa arquibancada porque prefere assistir na geral desde os tempos em que era repórter esportivo, em determinados momentos da conversa transmitia sua indignação por tudo aquilo que via. Como Manoel Barbosa eu conheço milhares de pessoas que agem da mesma for-

ma. E não vão voltar aos estádios enquanto não houver futebol, enquanto não voltarmos a ser aqueles artistas da bola.

É verdade que a parte mais degradante de tudo isso continua sendo a violência. E isto acontece por uma consequência natural da falta de bons valores, de jogadores que tratem a bola com «açúcar e com afeto». E eu vou mais adiante: ou voltamos ao amadorismo ou nunca mais seremos os mesmos. O que está faltando é amor a camisa, é jogar pelo prazer de «bater uma pelada» mas, e sobretudo, porque não vamos a cata de jogadores nos clubes de subúrbios.

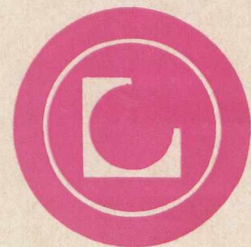
Na minha opinião há um conceito errôneo da parte dos dirigentes, principalmente dos nordestinos. Quem leva torcedor a campo não é o famoso «jogador de nome». Mas aí o torcedor deve estar dizendo que eu estou errado e os dirigentes complementam com uma sonora gargalhada. Por quê digo isso? Por uma razão muito simples e contestada pela volta do torcedor potiguar aos estádios. Primeiro, o torcedor vai a campo quando sua equipe anda bem e para que isso aconteça é preciso que os jogadores sejam bons e não de «jogador de nome»; segundo, os altos contratos feitos na busca desses «jogadores de nome» endoiam os dirigentes que querem resultados positivos. Acontece que futebol não se joga com nome porque se assim fosse os quantos garotos apelidados de Pelé, Garrincha, Zagalo e companhia formariam, sem sombra de dúvidas, por baixo 50 Seleções Brasileiras imbatíveis ao mesmo tempo.

Não precisamos importar jogadores, acreditem. No interior do Estado tem cada um garoto jogando maravilha, mas a burrice de alguns dirigentes é impressionante. No entanto, é de se dizer também que isso já vem de longe, que os dirigentes continuam preocupados em buscar o jogador até pelo telefone. Ora, tem treinador aí que anda com uma patotinha já formada, é o tal «sistema» e «esquema tático». Repito, ganhamos sem esquema quase nenhum. Ganhamos porque éramos artistas e fomos dirigidos por quem entendia de bola. O que eu conheço de Parreira, por exemplo? Quase nada ou tanto quanto ele conhece de futebol. Que eu me lembre, Parreira era auxiliar de Coutinho que por sua vez era auxiliar de Chirol. Foi treinador de uma «seleção de pelada de praia» que não tinha nenhum compromisso e jogava na base de «molecagem meio séria» imitando, em alguns momentos, aquilo que fazíamos anos passados. É a nossa realidade, aqui ou no Rio de Janeiro; na Seleção ou no ABC, América, Alecrim ou Riachuelo e, porque não dizer, Atlético, Baraúnas, Potyguar e Potiguar.

Ora, quem em nosso futebol deu valor a Dedé de Dora antes que o Botafogo o quisesse? Que eu me lembre só alguns companheiros de imprensa. Podem até dizer que estou exagerando. Pois bem, me respondam qual foi o clube que manifestou o seu desejo de ir buscar Zé Neto lá no Potyguar? Que eu saiba, nenhum.



DISTRIBUIDOR
PARA O RIO GRANDE DO NORTE:



L. CIRNE E CIA. LTDA.

Rua Miguel Castro, 1929 • Tel.: 231-1010
CEP 59.000 • Natal-RN



O MUNDO ESTÁ COM PEPSI.



CADA VEZ MAIS.



Fabricante dos produtos Pepsi para o Rio Grande do Norte

Inpasa Refrigerantes S. A. — BR-101 — Km 09 — Fone: 272-2429 — Eduardo Gomes-RN